



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

EVANIELLY SHEYLA VELOZO SILVA

OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA: UMA
ANÁLISE SOBRE LEGISLAÇÃO E DISCURSOS

João Pessoa
2022

EVANIELLY SHEYLA VELOZO SILVA

OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA: UMA
ANÁLISE SOBRE LEGISLAÇÃO E DISCURSOS

Dissertação submetida ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de Pesquisa: Corpo, Saúde, Gênero e Geração.

Orientadora: Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento

João Pessoa
2022

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

S586o Silva, Evanieldy Sheyla Velozo.

Ofensivas antigênero na Câmara Municipal de João Pessoa : uma análise sobre legislação e discursos /
Evanieldy Sheyla Velozo Silva. - João Pessoa, 2022.
109 f. : il.

Orientação: Pedro Francisco Guedes do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Antropologia social - Gênero. 2. Ofensivas antigênero - CMJP. 3. CMJP - Câmara Municipal de João Pessoa. 4. Neoconservadorismo. 5. Linguagem neutra. 6. Linguagem inclusiva. I. Nascimento, Pedro Francisco Guedes do. II. Título.

UFPB/BC

CDU 39:305(043)



EVANIELLY SHEYLA VELOZO SILVA

**OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA: UMA
ANÁLISE SOBRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Resultado: Aprovada

Em: 23 de agosto de 2022.

Banca examinadora

Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento
(Orientador)
PPGA/UFPB

Profa. Dra. Mónica Franch Gutierrez
(Examinadora Interna)
PPGA/UFPB

Profa. Dra. Jeane Félix
(Examinadora Externa)
PPGEDU/UFAL

Documento assinado digitalmente
 FLAVIA MELO DA CUNHA
Data: 21/09/2022 20:39:45-0300
Verifique em <https://verificador.itil.br>

Profa. Dra. Flavia Melo da Cunha
(Examinadora Externa)
PPGA/UFAM

*Dedico esta pesquisa a todas as pessoas
que em algum momento precisaram criar
de si próprio um ser (Clarice Lispector -
Água Viva).*

AGRADECIMENTOS

Esta é a terceira vez que escrevo agradecendo, em trabalhos acadêmicos, às minhas pessoas favoritas no mundo por todo o apoio, companhia, escuta e amor que trocamos. Certamente, sem todos, esta pesquisa não sairia ou sairia de outra maneira.

Antes de citar o nome de cada pessoa, queria expressar a minha realização em poder morar em João Pessoa, ir à praia da Penha ou do Seixas, ver o por do sol na Casa da Pólvora e, principalmente, por poder voltar a frequentar as rodas de samba no sábado à tarde na Praça Rio Branco no Centro da cidade. Voltar para esses espaços após os períodos de quarentena e lockdown devido a pandemia de covid-19 que atravessamos tem me energizado e estimulado.

Me sinto extremamente agradecida por estar viva e poder aproveitar desses momentos junto com as pessoas que amo. E me sinto corporizada, satisfeita e entusiasmada por finalmente, dar espaço para essa outra Vani que se permite sentir e realizar o que deseja, compreendendo suas limitações e necessidades. E de novo, esses acontecimentos são reais e fazem sentido porque me relaciono com pessoas fantásticas.

Pensando em não me alongar (como já fiz por duas vezes) e fazer diferente desta vez, expresso toda minha felicidade em partilhar a vida com pessoas tão incríveis com a letra do samba “A amizade”, do grupo Fundo de Quintal, que faz parte do repertório do Samba na Praça:

*Foi bem cedo na vida que eu procurei
Encontrar novos rumos num mundo melhor
Com você fique certo que jamais falhei
Pois ganhei muita força tornando maior
A amizade
Nem mesmo a força do tempo irá destruir
Somos verdade
Nem mesmo este samba de amor pode nos resumir*

No momento em que essa música é cantada, durante o Sabadinho Bom, olho pros lados, abraço meus amigues e vejo seus olinhos brilharem de alegria. E isso significa muito pra mim que ultimamente venho aprendendo que além das conversas, as ações e os gestos falam tanto quanto ou até mais do que as palavras.

Dedico essa música a vocês, que tem João Pessoa como casa e também pra quem está distante geograficamente, mas que levo sempre no meu coração: Manu, Tonton, Jessica, We, Bibi, Dadá, Anne, Pabs, Ita, Cat, Renara, Eveline, Lu, Raquel, Drielly, Layza, Luiz, Mainha, Vovó, Titia, Lane, Weida, Caio, Lara, Edinha, Marne, Jerlan, Thalita, Barbara, Suellen, Larissa, Isa, Alan e a tantas outras pessoas queridas.

Também agradeço ao meu orientador e amigo, Pedro Nascimento, por ter aceitado essa desafio de mais uma orientação e por ter sido muito generoso em diversos momentos como disciplinas, estágio docente e nas trocas e conversas presenciais que puderam acontecer.

Agradeço à banca de professoras formada por Flavia Melo, Monica Franch e Jeane Félix por aceitarem o convite, pelas contribuições que ocorreram e pelas que ainda vão ocorrer. Agradeço também por tornarem este momento um tanto mais confortável e instigante devido o compartilhamento de visões de mundo, experiências profissionais e gentilezas.

Também fico grata a todas aquelas, que assim como eu, participaram do projeto de extensão Observatório Antropológico. Durante a pandemia, as ações do Observatório foram cruciais para que eu pudesse compreender o caráter político da Antropologia na prática. À Patrícia Pinheiro, Rita Santos e todes pós-graduandes, graduandes e parceiros ligados ao projeto: muito obrigada pelas experiências.

Obrigada a todes que compõem a Minha Jampa, a Rede Nossas Cidades e o Nossas por todos os aprendizados e conquistas nestes últimos anos. Vocês são sinônimo de esperança.

Agradeço as pessoas que compõem o PPGA/UFPB pelas trocas e aprendizados durante esses últimos dois anos.

E por fim, dedico um espaço especial para agradecer aos meus avós, João de Apolônio e Dona Dina, pela presença e base que puderam e conseguiram nos oferecer em vida. Neste ano, um dos momentos mais angustiantes foi vê-los partir. Mas, ao mesmo tempo, entendo que a dor da perda na maioria das vezes é proporcional ao tamanho do amor que sentimos por alguém. Obrigada pelas pamonhas, cafés e cocos de catolé que compartilharam conosco, vovô e vovó!

*Quem padece sono de morto precisando de um despertador
Sol a pino sobre o olho, no protesto estridente
Estrebucha, cerra os dentes
Vinte palavras girando ao redor do sol
Vinte palavras girando ao redor do sol
Vinte palavras girando ao redor do sol
Feito goteira pinicando no teu quengo
Chegou a hora, mostre seu palavreado
Ou então assuma seu papel de mamulengo
Chegou a hora, mostre seu palavreado
Ou então assuma seu papel de mamulengo
Essa luta contra o deserto não tem quem o sangue não corre
E que o vencedor não mata mas o vencido absorve
Essa luta contra a terra, uma boca sem saliva
Os intestinos de pedra, vocação de caliça
Que cidade dia em dia
Que cidade homi a homi
Que cidade seca em seca
Que cidade morta e morta*

(Cátia de França, Vinte Palavras Girando ao Redor do Sol)

RESUMO

Eventos transnacionais, ocorridos na década de 1990 e organizados pela ONU, abriram espaço para um período de politização ativa e reativa acerca da noção de gênero e dos direitos reprodutivos e sexuais. Estudos identificam o momento como uma nova temporalidade, marcada pela criação de condições para a irrupção renovada e simultânea das políticas antigênero. Devido a ocupação massiva da extrema-direita em instituições públicas, como as Casas Legislativas, em países da América Latina, como o Brasil, as ofensivas antigênero têm assumido lugares de relevância em contextos de transição política. Atentando para a ausência de estudos voltados para a compreensão de como as ofensivas são construídas e pulverizadas em contextos locais, esta pesquisa se ocupará em fazer um balanço das cruzadas antigênero encontradas na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) do ano de 2016 até 2022. Tratará também de apresentar os fluxos institucionais e a tramitação de projetos de lei na Casa Legislativa a partir de uma etnografia dos processos legislativos, utilizando documentos de ação e registros encontrados no Sistema de Apoio Legislativo (SAPL). Como resultado, apresento uma análise acerca das tentativas de aprovação de projetos de lei sobre a proibição da linguagem neutra ou inclusiva no município de João Pessoa, expondo os trâmites burocráticos e as manobras políticas e discursivas utilizadas em prol de suas aprovações, compreendendo que este assunto tem se tornado um dos temas atuais e constantemente atacados por alianças neoconservadoras, religiosas ou seculares.

Palavras-chave: Ofensivas Antigênero. Câmara Municipal de João Pessoa. Neoconservadorismo. Linguagem Neutra ou Inclusiva. Documentos.

ABSTRACT

Transnational events, which took place in the 1990s and were organized by the UN, opened space for a period of active and reactive politicization of the notion of gender and reproductive and sexual rights. Studies identify the moment as a new temporality, marked by the creation of conditions for the renewed and simultaneous eruption of anti-gender politics. Due to the massive occupation of the extreme right in public institutions, such as the Legislative Houses, in Latin American countries, such as Brazil, the anti-gender offensives have assumed places of relevance in contexts of political transition. Paying attention to the absence of studies aimed at understanding how offensives are constructed and pulverized in local contexts, this research will be concerned with taking stock of the antigender crusades found in the City Council of João Pessoa (CCJP) from the year 2016 to 2022. It will also deal with presenting the institutional flows and the processing of bills in the Legislative House from an ethnography of legislative processes, using action documents and records found in the Legislative Support System (LSS). As a result, I present an analysis about the attempts to approve bills on the prohibition of neutral or inclusive language in the municipality of João Pessoa, exposing the bureaucratic procedures and the political and discursive maneuvers used in favor of their approvals, understanding that this issue has become one of the current and constantly attacked themes by neoconservative, religious or secular alliances.

Keywords: Anti-Gender Offenses. City Council of João Pessoa. Neoconservatism. Neutral or Inclusive Language. Documents.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CCJ** - Comissão de Redação e Justiça da Câmara Municipal de João Pessoa
CDC - Comissão de Direitos Humanos
CELAM - Bispos Católicos Latinoamericanos
CF - Constituição Federal
CFO - Comissão de Finança e Orçamento da Câmara Municipal de João Pessoa
CIPD - Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento
CIS - Cisgênera
CMJP - Câmara Municipal de João Pessoa
CMM - Conferência Mundial sobre as Mulheres
COVID - Coronavírus - Enfermidade causada pelo vírus Sars-CoV-2
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPLP - Comunidade dos países de língua portuguesa
CPP - Comissão de Políticas Públicas da Câmara Municipal de João Pessoa
ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
JP - João Pessoa
LGBTQIAP+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual e Travesti, Queer, Intersexo, Assexual e Pansexual
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação
ONG - Organização não-governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PB - Paraíba
PCD - Pessoa com deficiência
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEE - Plano Estadual de Educação
PL - Partido Liberal
PLO - Projeto de Lei Ordinária
PMB - Partido da Mulher Brasileira
PME - Plano Municipal de Educação
PMJP - Prefeitura de João Pessoa
PNDH - Plano Nacional de Direitos Humanos
PNE - Plano Nacional de Educação
PP - Partido Progressista
PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PV - Partido Verde
REQ - Requerimento

SAPL - Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

SEDEC - Secretaria de Educação e Cultura

STF - Supremo Tribunal Federal

SP - São Paulo

SPW - Sexuality Policy Watch / Observatório de Sexualidade e Política

TRANS - Transexual

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

VOIP - Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de vereadores e vereadoras eleitos/as e suplentes em João Pessoa/PB.

Tabela 2 - Lista de projetos de lei, entre 2016 e 2022, encontrados no SAPL da CMJP.

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1 - Plataforma SAPL da CMJP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Contexto sociopolítico, sanitário e econômico e o desenvolvimento desta pesquisa	17
Contexto legislativo pós-eleição 2020	20
CAPÍTULO 1 - GENEALOGIA DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO	24
1.1 Eventos transnacionais que gestaram as ofensivas, o papel da Igreja Católica e a criação do dispositivo ou categoria acusatória ideologia de gênero	26
1.2 Manifestação na América Latina	32
1.3 O contexto brasileiro	35
CAPÍTULO 2 - ETNOGRAFIA DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS A PARTIR DOS DOCUMENTOS	40
2.1 O projeto #DeOlhoNaCâmara e o trabalho da Minha Jampa	40
2.2 Mudanças de rota e dificuldades na definição da pesquisa	42
2.3 Definição do método: etnografia do processo legislativo através dos documentos	47
2.4 Fluxos institucionais na CMJP	53
2.5 O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL	57
2.6 Mapeamento dos projetos de lei	59
CAPÍTULO 3 - OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA CMJP	67
3.1 O legislativo municipal em foco	67
3.2 Balanços dos projetos de lei encontrados	67
3.3 Três projetos com a mesma finalidade: proibir o uso da linguagem neutra ou inclusiva	70
3.4 A construção narrativa do PLO 2284/2020	72
3.5 Sobre o uso da linguagem neutra ou inclusiva	77
3.6 Primeira parada: a Comissão de Redação e Justiça	79
3.7 Segunda parada: a Comissão de Políticas Públicas	81
3.8 Um dos destinos: a realização da Sessão Especial	81
3.9 Mais um destino: o Plenário	86
3.10 A penúltima parada: o Executivo recebe o projeto aprovado	91
3.11 O retorno para a CMJP e a nova estratégia: o PLO de n. 976/2022	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

As antropólogas Gayle Rubin (1984) e Carole Vance (1995) apontam que, desde meados dos anos 1980, os trabalhos que têm como foco investigar a construção da sexualidade na sociedade mostram o quanto a área é veementemente disputada por diferentes grupos. Essas lutas, que defendem diferentes retóricas para ver qual interpretação prevalecerá na sociedade, sugerem a corrida para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias.

Desde 1995¹, vivenciamos uma sequência de ataques religiosos, políticos e nos deparamos com uma vasta literatura de repúdio ao gênero², sendo esta teológica ou não clerical. Apesar da cruzada contra o gênero ser caracterizada como um movimento transnacional - se nos espelharmos no escopo, presença e capilaridade das ações da Igreja Católica, protagonizada, inicialmente pela extensa crítica elaborada pelo Vaticano - atualmente, as ofensivas antigênero se expressam, com particular intensidade, na América Latina e Europa (CORRÊA, 2018; MIKOLSCI; CAMPANA, 2017; PATTERNOTTE; KUHAR, 2018).

Segundo Sonia Correia (2018), em alguns países da América Latina, e particularmente no Brasil, os últimos vinte anos foram marcados pelo aprofundamento desses ataques devido a junção do legado colonial da Igreja Católica a expansão das Igrejas Evangélicas. A articulação religiosa - mas não só - estava acontecendo durante anos de redemocratização no Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988 e um intenso trabalho de movimentos feministas e LGBTQIAP+³ em países que estavam (re)construindo suas democracias.

A crescente presença de grupos neoconservadores, religiosos ou não, nas esferas legislativas, desde os anos 1990, desembocou em muitas obstruções e confrontos sempre que propostas legais sobre gênero e sexualidade eram propostas ou aprovadas nesse ambiente. Aproveito para mobilizar o conceito de neoconservadorismo, utilizado por Biroli, Vaggione e

¹ No final da IV Conferência Mundial das Mulheres (Beijing) houve uma reação tardia do Vaticano à adoção do conceito de gênero no documento final de outro evento que havia ocorrido seis meses antes: a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo. Após esse episódio, foi surgindo uma vasta literatura atacando o gênero.

² Gênero é um conceito que surge fora da gramática e da linguística, aproximadamente nos anos 1950, quando o Dr. John Money, da Universidade John Hopkins, o utiliza no estudo da redesignação sexual de pessoas intersexuais. Atualmente, a categoria gênero pode ser pensada como sendo algo fluido, socialmente construído, performado e sistémico. Ver mais em:

<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/51728/afinal-o-que-e-a-teoria-queer-o-que-fala-judith-butler>.

³ Sigla utilizada pelos movimentos em defesa da população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais, assexuais e pansexuais, que diz respeito à identidades de gênero e orientações sexuais diversas da heterocisnortatividade.

Machado (2020), que afirmam que este grupo não se restringe a pessoas religiosas, apesar de maioria se identificar como, principalmente quando falamos sobre ofensivas antigênero. O termo foi formulado nos EUA, na segunda metade do século XX, para descrever reações de conservadores ao movimento de contracultura nos anos 1970. A partir daí, também passou a ser usado para lançar luz sobre os tipos de coalizões estabelecidas entre diferentes atores, “visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista” (p. 25). Por isso, permite a aproximação entre conservadorismo cristão e individualismo liberal. Na verdade, o neoconservadorismo é uma perspectiva moral usada para regular a vida social e reprodutiva de toda a população.

Podemos citar como exemplo as obstruções acerca do reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo em 1994 e toda narrativa criada posteriormente em torno do que foi nomeado de “kit gay⁴” - que na verdade, se tratava do material construído para o Programa Brasil sem Homofobia, que foi financiado pelo Ministério da Educação (MEC) através de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa.

Antes disso, eventos ocorridos na década de 1990 e organizados pela ONU, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (CIPD) em 1994 e a Conferência Mundial sobre as Mulheres (CMM) em Pequim estabeleceram uma nova temporalidade, configurando um período de politização reativa acerca da noção de gênero e dos direitos reprodutivos e sexuais.

O lançamento do livro *Gender Agenda* (1997), da autora Dale O’leary, também foi um marco devido o seu ativismo conservador e participação com destaque na CMM como representante da direita católica. No ano posterior ao lançamento do livro, em 1998, começa a ser registrado o termo “ideologia de gênero” nos documentos da Igreja Católica. Assim, para Sonia Correa e Françoise Girard, na CMM abriu-se espaço para a constituição paulatina de uma política antigênero.

A partir dos anos 2000, as ofensivas passam a ser mais robustas. No Brasil, desde os anos 2010, por exemplo, houveram muitos conflitos acerca dos conteúdos do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Em seguida tivemos a suspensão da distribuição de materiais produzidos pelo MEC através do Programa Brasil sem Homofobia - para a

⁴ Ao longo do tempo, muitos materiais foram apelidados de “kit gay” por grupos conservadores. Mas, foi em 2010 que surgiu a polêmica acerca do conteúdo produzido sobre sexualidade, que integrava o Programa Escola sem Homofobia, do MEC e que visava combater o preconceito na educação. Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml>

promoção do respeito ao gênero e à diversidade sexual no sistema público de educação, mesmo quando houve a decisão positiva do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre uniões civis entre pessoas do mesmo sexo⁵.

Neste período também nos deparamos com o retorno e frequente uso do termo “ideologia de gênero” por políticos da extrema direita e grupos religiosos. Em 2014 assistimos os ataques contra o uso da palavra gênero sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e em 2016 às narrativas utilizadas na Câmara Federal de Deputados visando a justificar um golpe institucional com o objetivo de afastar a primeira presidenta eleita no Brasil, Dilma Rousseff (PT).

Em 2017 a filósofa Judith Butler, autora do livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990) veio ao Brasil, e sofreu ataques antecipados, devido a um abaixo-assinado com mais de 300 mil assinaturas a favor do cancelamento de uma palestra que segundo a filósofa, nunca iria ministrar. Na verdade, o seminário que contaria com sua presença foi dedicado ao tema “Os fins da democracia”. Mas, ao chegar no país, Butler deparou-se com uma onda de protestos onde grupos conservadores chegaram a atear fogo num boneco com o rosto de Butler, aos gritos de "queima, bruxa".

Tudo isso se deu pois, Butler escreve em 1989 sobre o caráter performativo do gênero, demonstrando que o binarismo e a noção de que há um fundamento sexual natural que possa ser contraposto à construção cultural dos papéis sociais, tinha como foco inicial os confrontos ocorridos no próprio campo feminista, no final dos anos 1990. Entretanto, sua obra foi distorcida pelo campo neoconservador sendo um dos motivos, além dos avanços e garantias de direito das mulheres e população LGBTQIAP+, que gerou uma politização reativa sobre reprodução, sexualidade e a noção de gênero.

Nesse contexto, não é à toa que o responsável pelo apelido “kit gay” ao material do Programa Brasil sem Homofobia ganhasse destaque em sua campanha eleitoral à presidência da república do Brasil. Jair Bolsonaro e o bolsonarismo eleitos nas eleições presenciais de 2018, são fenômenos complexos e que contaram com a junção de diversos grupos neoconservadores e neoliberais para a sua concretização - além de diversas ferramentas e atitudes criminosas, como o disparo em massa de mensagens falsas em aplicativos e redes sociais online como o whatsapp⁶. Juntas, estas racionalidades manobradas dentro das estruturas estatais corroboram para a sobrecarga e responsabilização dos indivíduos, retirando

⁵ De acordo com o texto da Resolução 175/2013.

⁶ Ver mais em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>

direito de trabalhistas, sucateando políticas públicas voltadas para mulheres, pessoas pretas e pardas, LGBTQIAP+, indígenas e todas as populações que, durante seu governo, estão sendo ainda mais perseguidas e mortas em nome da “moral e dos bons costumes”.

O interesse estatal na regulação de políticas sexuais ocorre desde o século XIX, aponta Foucault (1997). E nas últimas décadas, percebemos também que o poder legislativo tem se tornado palco de grandes lutas políticas e retóricas em torno da sexualidade (RUBIN, 1984).

Entretanto, e vendo o quanto central estão as ações legislativas durante todos esses anos de ataques, sabemos pouco como estas ofensivas se materializam nos municípios, tendo em vista que em 2020 tivemos as últimas eleições municipais no Brasil e as composições das Câmaras Municipais foram alteradas. Na cidade de João Pessoa-PB, por exemplo, das 27 cadeiras disponíveis na Câmara, 26 foram ocupadas por homens cisgêneros, brancos e heterossexuais. A única mulher eleita compactua com todo histórico de ofensivas que ocorreu nos últimos anos, atua a seu favor e apoia o atual governo federal nas suas posições e ações⁷.

Partindo desta lacuna, esta pesquisa se ocupará em fazer um balanço das ofensivas ou cruzadas antigênero encontradas em matérias legislativas na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) e nos discursos de parlamentares pessoenses. Devido o campo ser múltiplo, com muitas possibilidades de recorte e pesquisas, resolvi focar no que tenho visto como um campo em ascensão acerca das investigações antropológicas: os fluxos institucionais e a tramitação de projetos de lei nas Casas Legislativas.

Sendo assim, neste trabalho, buscarei identificar matérias legislativas encontradas no período entre 2016 até 2022 devido o marco político do golpe à ex-presidente Dilma e o uso do plenário legislativo federal para a propagação de discursos em defesa das ideias de famílias heterocisnormativas e de crianças. Então, através de uma etnografia do processo legislativo, buscarei compreender quais os novos dispositivos encontrados nos discursos antigênero e nos processos legislativos da CMJP, como estes estão circulando e quais os impactos que a sua tramitação traz para os pessoenses - sendo as matérias aprovadas ou não.

Para encontrar as matérias e registrar a sua tramitação desde o protocolo até chegarem ao Plenário, utilizarei como principal fonte os documentos - atas, listas de presença, pareceres, emendas etc. - encontrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) no site da CMJP, mas também procurei me apoiar em Sessões Plenárias transmitidas pelo canal do

⁷ Entretanto, no decorrer do ano de 2022 duas suplentes ocuparam cadeiras na CMJP: Fabíola Rezende, no lugar do vereador Zezinho Botafogo, Helena Holanda no lugar da vereadora Eliza Virgínia, que assumiu o cargo de Deputada Federal e a mais recente, Rebeca Sodré, ocupando a vaga do vereador Marmuthe Cavalcanti.

YouTube da CMJP, em notícias e matérias de jornais e em redes sociais dos respectivos autores/as das matérias encontradas para serem analisadas neste trabalho.

Assim, este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro tratará de fazer um caminho similar ao que Correia (2018) e Melo (2020) fizeram ao retomar acontecimentos importantes a nível internacional, procurando construir uma linha do tempo com as principais ofensivas antigênero desde o final dos anos 1990, perpassando pela literatura produzida e mapeando os/as autores/as nesse processo, até chegar ao Brasil pós-eleições municipais de 2020.

No segundo capítulo, tratarei de expor informações sobre a importância de utilizar Casas Legislativas como campo de pesquisa, principalmente no que diz respeito aos processos e fluxos institucionais, manobras utilizadas por parlamentares e discursos mobilizados. Ou seja: o capítulo tratará de expor a construção de uma etnografia do processo legislativo através dos documentos e como foi possível realizá-la. Ainda neste capítulo, apresentarei brevemente as matérias legislativas encontradas e qual o caminho feito para encontrar as informações necessárias no SAPL.

O capítulo três tratará de analisar um dos temas encontrados nas matérias retiradas do SAPL, que diz respeito a um conjunto de projetos de lei protocolados anualmente desde 2020 sobre a proibição do uso da linguagem neutra nas escolas e em documentos públicos municipais. A primeira matéria encontrada, protocolada no ano de 2020, chegou a ser aprovada na CMJP, mas em seguida foi vetada pelo Executivo Municipal. E apesar de todos os argumentos jurídicos utilizados, a autora protocolou outro projeto de lei similar ao que já havia sido vetado, no ano de 2022.

Utilizo como apoio, para escrever o capítulo 3, as atas das Sessões Plenárias, projetos de leis e suas justificativas, pareceres, emendas supressiva e modificativa, lista de presença e outros documentos de ação ou de registro (POTECHI, 2019) encontrados no SAPL. Também utilizo, quando necessário, as matérias produzidas por jornais locais, conteúdos visuais e audiovisuais (vídeos, sessões plenárias, entre outras fontes) entre outros materiais que complementem a interpretação do conteúdo dos discursos e produções legislativas encontradas.

E por último, trago algumas reflexões acerca da continuação das ofensivas antigênero ao longo dos anos e seus impactos sociais e políticos que estão intensificados devido a junção das rationalidades neoconservadora (BIROLI, VAGGIONE, MACHADO, 2020) e neoliberal (FOUCAULT, 2008; DARDOT, LAVAL, 2016) resultando em processos de encapsulamento de pautas, quando deveriam ser vistas como interdependentes, estruturando o que Biroli

(2022)⁸ chama de agenda de direitos. À medida que pautas são classificadas e categorizadas, há um processo de separação, onde algumas perspectivas são priorizadas e discutidas também de forma distinta. Desta forma, direitos de populações específicas são retirados e chegamos a uma das principais consequências: um processo de desdemocratização (BROWN, 2017) - em países que já possuem democracias mais maduras - ou na impossibilidade da construção de processos democráticos eficientes e eficazes em países como o Brasil, onde processos de redemocratização são recentes.

Uma das motivações do desenvolvimento desta pesquisa é registrar, mais uma vez, como as políticas sexuais (WEEKS, 1989) e gênero não são apenas “cortinas de fumaça”: elas revelam posições políticas (MELO, 2020) além de estratégias e ações que precisam ser entendidas como centrais, principalmente por boa parte do campo progressista, para compreendermos o atual contexto em que vivemos e o que podemos fazer para impedir que haja uma capilarização mais ramificada dos ideais da extrema direita nas instituições e sociedade brasileira.

Cabe aqui, antes de prosseguirmos com uma contextualização de alguns eventos importantes que aconteceram durante o desenvolvimento desta pesquisa, uma breve explicação sobre o porquê as ofensivas antigênero intitularem esta pesquisa. Moura e Silva (2020) ao fazerem um balanço sobre os seis anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil, classificam os projetos de lei encontrados em quatro categorias. Dentre elas, está a categoria de projetos antigênero, que segundo as autoras “são projetos e leis que censuram especificamente e somente o direito à educação em gênero e sexualidade” (MOURA, SILVA, 2020, p. 8). Como veremos no capítulo 3, o projeto de lei que proíbe a linguagem neutra ou inclusiva nas escolas pode ser totalmente classificado como um projeto antigênero - tanto pelo sua pretensão e conteúdo, como pelo seu objetivo ao ser implementado.

Contexto sociopolítico, sanitário e econômico e o desenvolvimento desta pesquisa

E, para além da definição de objetivos e de apontar a estrutura desta pesquisa, comprehendo que, devido o contexto que vivemos, é necessário fazer também uma breve contextualização sobre o tempo e o espaço que esta pesquisa foi desenvolvida.

⁸ Em entrevista ao podcast “Fora da Política não há Salvação”. Ver mais em:
<https://podcasts.apple.com/br/podcast/a-rea%C3%A7%C3%A3o-antig%C3%AAnero-com-fl%C3%A1via-biroli-134/id1510261937?i=1000568529164>

Esta pesquisa foi construída entre os anos 2020 e 2022, em meio a pandemia mundial de Sars-Cov-2. Apesar da maioria da população estar vacinada, no Brasil foram registradas mais de 670 mil mortes devido às complicações da infecção. Além disso, a expansão da pandemia por todo o mundo escancarou ainda mais a desigualdade social e econômica já instalada.

Para além de evitar a infecção pelo coronavírus, grande parte da população (composta por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, mulheres, pessoas em situação de rua, morando em cidades do interior ou em favelas, mulheres, negros/as/es, LGBTQIAP+, etc.) precisa lidar, desde sempre, com as dificuldades no acesso aos seus direitos ou lutar para que direitos conquistados não sejam perdidos. Percebemos de forma muito evidente o quanto alheios estão o Estado e parte da sociedade em relação às instabilidades sociais que afetam uma parcela da população que, historicamente, foi jogada para as margens da sociedade.

Se focarmos na atuação do Estado brasileiro, por exemplo, veremos que além de ausentar-se das principais questões que demandam atenção neste momento delicado, alguns de seus representantes, incluindo principalmente o presidente Jair Bolsonaro, estão sendo acusados de diversos crimes⁹, incluindo: crimes de epidemia, charlatanismo, infração de medida sanitária preventiva e crimes contra a humanidade (extermínio, perseguição e atos desumanos para causar sofrimento intencional).

Um fato importante e que precisa ser destacado aqui é que, no auge da pandemia, em meados de 2020, o atual presidente estava preocupado em enviar para a Câmara de Deputados um projeto de lei para impedir o ensino de “ideologia de gênero” nas escolas em reação à decisão anterior do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou, mais uma vez, a constitucionalidade de uma lei municipal¹⁰ com este mesmo teor. Este fato demonstra, mais uma vez, a centralidade que pautas antigênero têm para os grupos neoconservadores. A sua eleição, manutenção no cargo e aprovação dependem, em grande parte, da reafirmação e implementação de um projeto de sociedade baseado em concepções morais unitárias (BIROLI, VAGGIONE E MACHADO 2020).

Além da má gestão e omissão por parte do Governo Federal repercutida mundialmente, durante este período, índices de violência aumentaram: uma a cada quatro mulheres acima de 16 anos diz ter sofrido algum tipo de violência ou agressão. Cresceram

⁹ Mais informações disponíveis na plataforma do Senado Federal:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/25/saiba-mais-sobre-os-crimes-listados-pela-cpi-da-pandemia>.

¹⁰ Ver mais em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ideologia-de-genero-lei-bolsonaro-congresso/>

também os índices de desigualdade e pobreza¹¹ em consequência também ao desmonte do programa Bolsa Família - uma política de transferência de recursos robusta, responsável por tirar cerca de 3,4 milhões de brasileiros/as da extrema pobreza¹² e distribuída a mais de 18 anos - com seguidas altas de inflação, com disparada dos preços dos combustíveis e da cesta básica¹³. Além disso, o presidente, seus ministros e pessoas próximas já foram processados por crimes de machismo, homofobia e racismo - autorizando a sociedade civil, de alguma forma, a repetir discursos e comportamentos criminosos.

E nesse contexto, estamos nós também - pesquisadores/as - tentando sobreviver, acompanhar os acontecimentos e fazer ciência em meio a um corte de 92% de recursos em ciência, tecnologia e inovação¹⁴. Não sendo suficiente, várias Universidades espalhadas pelo Brasil tiveram reitores nomeados sem terem sido eleitos. Cerca de 20 reitorias estão ou estiveram sob o controle de interventores, tomando posse após perderem eleições para o cargo de Reitor/a. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), inclusive, é um desses casos, pois Valdiney Gouveia Veloso não venceu as eleições e foi nomeado como reitor e por isso, discentes e docentes vêm reagindo e agindo para que as reitoras eleitas assumam o cargo que lhes foi retirado.

No ano de 2020, período que houve o decreto da pandemia de covid-19, iniciei o mestrado em Antropologia no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). E em pouquíssimo tempo tivemos que nos adaptar a vida virtual¹⁵, participando de aulas, eventos, apresentação de trabalhos e tentando construir vínculos afetivos e profissionais. São nítidas as mudanças e os impactos causados por todos esses acontecimentos e com certeza, depois disso, nem nós nem as nossas pesquisas fomos as mesmas.

Uma das maiores dificuldades deste período se revela ao iniciar uma pesquisa científica de casa, quando inicialmente tinha a intenção de ir a campo presencialmente. Isso

¹¹ O índice de Gini, medida para a desigualdade, cresceu para 0,674 no primeiro trimestre, contra 0,642 de um ano antes, renovando o recorde histórico. Quanto mais perto de 1, maior é a concentração de renda. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia#:~:text=O%20%C3%ADndice%20de%20Gini%2C%20que,toda%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%20pr%C3%A9%20pandemia>

¹² Ver mais em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf

¹³ Ver mais em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/maioria-dos-indicadores-piora-apos-2-anos-e-meio-de-bolsonaro-e-com-pandemia.shtml>

¹⁴ Ver mais em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/815978-ministro-reitera-que-foi-pego-de-sorpresa-com-corte-de-92-das-verbas-para-ciencia-e-tecnologia/>

¹⁵ A quarentena e o lockdown foram recomendações de órgãos como a Organização Mundial de Saúde para evitar maior contágio pelo coronavírus.

porque, desde quando entrei no programa de pós-graduação tinha apenas uma certeza: a Câmara Municipal de João Pessoa seria o meu principal campo de pesquisa.

Mas comprehendo também que devido a impossibilidade de ir a campo inicialmente, a pesquisa foi ganhando outro contorno e mudando o método de colher informações e dados. Apesar de ter se tornado uma etnografia do processo legislativo a partir dos documentos, comprehendo que é importante definir o contexto atual de parlamentares eleitos em 2020 e se o cenário municipal é ou não um reflexo dos resultados das eleições.

Sendo assim, o próximo tópico se ocupará de trazer algumas informações sobre o contexto legislativo nacional e municipal, para que assim, possamos construir uma genealogia das ofensivas e chegarmos a entender o funcionamento da CMJP.

Contexto legislativo pós-eleição 2020

Nas últimas eleições municipais, no ano de 2020, mais de 9 mil mulheres cis foram eleitas como vereadoras em todo o Brasil. Se compararmos ao ano de 2016, notamos que esse número passou de 13,5% para 16%¹⁶. Tivemos um pequeno aumento nos índices, mas nada muito animador, pois, se continuarmos nesse ritmo, apenas em 56 anos haverá paridade entre homens e mulheres no legislativo municipal, segundo o pesquisador e doutor em demografia, José Eustáquio Alves.

No entanto, aumentamos quatro vezes o número de candidaturas trans¹⁷ eleitas de 2016 para 2020, e dentre estas candidaturas, quase metade se autodeclara negra. Ainda assim, em mais da metade dos municípios brasileiros, nenhuma mulher negra¹⁸ conseguiu eleger-se como vereadora.

Dispomos de algumas explicações teóricas para esse cenário, e destaco aqui a pesquisa publicada pelo Instituto Alziras em 2018¹⁹. A publicação demonstra que mulheres enfrentam três níveis de dificuldade para serem eleitas: a ambição política, as barreiras do sistema político-partidário e da elegibilidade e a permanência ou a reeleição nos cargos políticos. Acrescento que, se analisarmos mais a fundo as interseccionalidades (CRENSHAW, 1989) e

¹⁶ Ver mais em: <https://www.generonumero.media/>

¹⁷ A identidade de gênero dos eleitos, assim como das candidaturas, foram em sua maioria femininas. Foram, pelo menos, 28 travestis e mulheres trans e 2 homens trans.

¹⁸ Ver mais em: <https://generonumero.media/eleicoes2020/>

¹⁹ Ver mais: <https://mulheresnaseleicoes.org.br/>

os processos de socialização em cada caso, essa quantidade de dificuldades varia e/ou aumenta.

É importante salientar também que os índices acima não representam blocos “homogêneos”. Dentre as eleitas, muitas dessas mulheres são filiadas a partidos conservadores e/ou defendem os mesmos ideais. Na prática, significa que parte dessas mulheres não são feministas e/ou atuam em favor do desmonte de políticas públicas que vem garantindo o acesso à direitos ou oportunidades conquistados por e para outras mulheres, negros/as/es e pessoas LGBTQIAP+.

Na Câmara em João Pessoa, a composição é ainda menos progressista. Nas últimas eleições municipais, mais da metade dos vereadores foram reeleitos e a “renovação” não trouxe nada de novo: a média de idade dos/a parlamentares da Casa atualmente está entre 40-55 anos e é representada por 77% dos eleitos.

A seguir, a lista de eleitos e reeleitos, filiação partidária e quantidade de votos:

Tabela 1: Lista de vereadores e vereadoras eleitos/as e suplentes em João Pessoa/PB.

REELEITOS	ELEITOS
<p>Bispo José Luiz (Republicanos) - 5.883 Bosquinho (PV) - 4.902 Bruno Farias (Cidadania) - 4.244 Chico do Sindicato (Avante) - 4.413 Damásio Franca (PP) - 4.413 Dinho (Avante) - 5.480 Durval Ferreira (PL) - 4.285 <u>Eliza Virgínia (Progressistas)</u> - 5.042 Suplente: Helena Holanda (PP) João Corujinha (PP) - 6.225 Dr. Luiz Flávio (PSDB) - 2.722 Marcos Henriques (PT) - 3.927 Milanez Neto (PV) - 6.238 Tanilson Soares (Avante) - 7.570 Thiago Lucena (PRTB) - 3.864 <u>Zezinho Botafogo (Cidadania)</u> - 4.641</p>	<p>Mikika Leitão (MDB) - 5000 Odon Bezerra (CIDADANIA) - 4.805 Guga (PROS) - 4.389 <u>Marmuthe Cavalcanti (PSL)*</u> - 4.152 Suplente: Rebeca Sodré (PSL) Emano Santos (PV) - 4.126 Marcos Bandeira (PMB) - 3.875 Toinho Pé de Aço (PMB) - 3.404 Marcilio do Hbe (PATRIOTA) - 2.731 Carlão Pelo Bem (PATRIOTA)* - 2.332 Tarcísio Jardim (PATRIOTA) - 2.273 Junio Leandro (PDT) - 2.233 Coronel Sobreira (MDB) - 1.909</p>

Suplente: Fabíola Rezende (Cidadania)	
---------------------------------------	--

Fonte: Elaborada pela autora, com base no site da CMJP.

Se fizermos um recorte a partir da cor e/ou etnia dos vereadores, o site do TSE nos mostra que 18 deles autodeclararam-se brancos, 7 pardos e 2 negros. Não temos representantes jovens, indígenas, LGBTQIAP+, Pessoa com Deficiência (PCD) ou mandatos coletivos e arrisco dizer que todos os vereadores são cristãos - católicos ou evangélicos (de igrejas como a Assembleia de Deus, Batista, entre outras).

Os partidos com mais representações na Casa são Avante, Progressistas (PP), Cidadania, Partido Verde (PV) e Patriotas - cada um com três cadeiras ocupadas. Destaco aqui que o Cidadania tem como filiado o atual governador do estado da Paraíba - João Azevedo -, o PV é o partido do ex-prefeito Luciano Cartaxo e o PP é partido do atual prefeito, Cícero Lucena. E isso nos leva a interpretar outro fato: a atual composição da Casa Legislativa é quase inteira alinhada a atual gestão municipal.

A situação é composta por 26 vereadores/a e a oposição por apenas por um vereador: Marcos Henriques, do PT. Isso se deve, em parte, à coligação partidária construída no período eleitoral pelo atual prefeito Cícero Lucena, que foi composta pelos partidos PP (representados na CMJP pela vereadora Eliza e pelo vereador João Corujinha), PTB, REPUBLICANOS (representado pelo vereador Bispo José Luiz), PTC, PMN, AVANTE (Chico do Sindicato, Tanilson Soares e Dinho), PRTB (Thiago Lucena), CIDADANIA (Odon Bezerra, Bruno Farias e Zezinho Botafogo) e PMB (Marcos Bandeira e Toinho Pé de Aço). Filiados a estes partidos já são 12 vereadores, ou seja, quase 50% da Câmara.

Outro aspecto a se observar é que a eleição de 2020 diferenciou-se das anteriores devido a Reforma Eleitoral: em 2015 foram proibidas doações empresariais às campanhas e em 2017, uma das principais mudanças se deu com o fim das coligações proporcionais²⁰ (para vereadores e deputados), que já foi aplicado para as eleições de 2020. Tivemos em João Pessoa uma quantidade recorde de candidaturas disputando uma cadeira na Câmara de JP: concorreram às eleições 663 candidaturas (TRE, 2020).

²⁰ Antes de 2017, as cadeiras conquistadas pela coligação durante as eleições também eram ocupadas pelos candidatos mais votados de toda coligação, o que poderia incluir vários partidos políticos diferentes. Ou seja: a coligação era compreendida como um grande bloco ou partido. Disponível em:

https://www.politize.com.br/fim-das-coligacoes-proporcionais/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwLOLBhCHARIsAGiJg7mnItH0XePWtGvOKL2x4KMB7DmR3hrxp5zVOy03CReXlmf5pgHTabYaAsUrEALw_wcB e
<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Outubro/mudancas-nas-eleicoes-2020-fim-das-coligacoes-para-os-pleitos-proporcionais>

De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal (CF) de 1988, as cidades dispõem de um número de vereadores/as devido a sua quantidade de habitantes. E de acordo com o censo do IBGE, João Pessoa tem 723.515 (IBGE CIDADES, 2010) habitantes devendo por isso, dispor de 27 cadeiras para os/as eleitos/as:

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: (...) j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (BRASIL, 1988).

Depois de eleito/a pelo povo - através do voto direto e secreto - para assumir um mandato de quatro anos e fazer parte do poder legislativo municipal, um/a vereador/a desempenha três funções primordiais para a consolidação da democracia, de acordo com o que é esperado e idealizado: representar a população, legislar sobre os assuntos de interesse municipal e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. O trabalho de um/a vereador/a deveria ser voltado para buscar compreender os anseios da sociedade, discutir e aprovar propostas referentes as mais diversas áreas que afetam e atravessam a vida dos/as/es pessoenses, pois a principal função do Poder Legislativo é a elaboração das leis e para isso é necessário que se obedeça a uma série de rituais institucionais (e/ou não) desde o protocolo de uma proposta até a sanção do Prefeito para sua posterior implementação.

À medida que fui tendo contato com as referências teóricas sobre as ofensivas, fui vendo o quanto central estão as ações legislativas durante todos esses anos de ataques. Entretanto, antes descrever os fluxos institucionais, pretendo fazer uma breve genealogia das ofensivas antigênero. No capítulo 2 apresento a metodologia deste trabalho e no 3, uma análise mais aprofundada sobre a tentativa de aprovar o PLO sobre proibição da linguagem neutra.

CAPÍTULO 1 - GENEALOGIA DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO

Neste capítulo realizo uma genealogia da nova cruzada ou do ativismo cristão contra o que grupos conservadores intitulam “ideologia de gênero” (MELO, 2020; CORREA, 2018), até chegar à compreensão de como o Poder Legislativo foi um espaço que privilegiou a institucionalização e legitimação de ataques ou ofensivas antigênero. Antes disso, farei uma breve localização sobre a perspectiva de gênero na antropologia.

A antropologia é uma disciplina central nas elaborações sobre a diferença sexual. Trabalhos como o de Margareth Mead, documentam as diversas maneiras em que ‘outras’ culturas lidam com a diferença sexual e problematiza a ideia de que noções de feminilidade e masculinidade eram fixas, mostrando como variavam de uma cultura para outra (PISCITELLI, 2009, p. 128). Depois de alguns anos, teremos uma ampliação dessa perspectiva com atenção as diferenças instaladas nas relações de poder entre homens e mulheres, compreendendo os fatores que colocam as mulheres em posições inferiores.

O conceito de gênero, entretanto, foi elaborado durante a segunda onda do feminismo, a partir da obra de Gayle Rubin, *O Tráfico de Mulheres*, onde a autora traz o sistema sexo/gênero, que se trata de um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana:

Dialogando com Lévi-Strauss, Rubin afirma que, na formulação desse autor, a divisão sexual do trabalho, fundamental para o parentesco, cria o gênero, porque, para garantir o casamento, instaura a diferença, a oposição, entre os sexos. Ou seja: os sexos não são tão diferentes em termos naturais, mas a divisão sexual do trabalho constrói a necessidade de tarefas femininas diferentes das masculinas. Com esse fim, essa divisão acentua, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos. (PISCITELLI, 2009, p. 138).

No final dos anos 1990/2000 as novas leituras sobre gênero se esforçam para eliminar a naturalização da noção de diferença sexual. Butler, inclusive, aponta que a discriminação de gênero atinge também homossexuais, transsexuais e travestis, que são violentados devido a sua identidade de gênero.

(...) nas suas reformulações, o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidades são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idades, e como essas noções de embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres (PISCITELLI, 2009, p. 146).

Além dessa perspectiva, autoras como Oyèrónké (2004) afirmam gênero como uma construção sociocultural. Entretanto, Oyèrónké traz a perspectiva de estudiosas afro-americanas que insistem que gênero não deve ser considerado fora da raça e da classe, o que leva a teorias sobre as múltiplas formas de opressão, atentando-se ao imperialismo, à colonização e outras formas locais e globais de estratificação e sistemas de hierarquia. Oyèrónké também aponta que os conceitos feministas de gênero estão enraizados sobre a família nuclear:

Apesar do fato de que o feminismo tornou-se global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista. Assim, os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, mulher, gênero e sororidade, são apenas inteligíveis com atenção cautelosa à família nuclear da qual emergiram. (OYÉRÓNKÉ, 2004, p. 3).

Assim, para a autora, o gênero é o princípio organizador fundamental da família nuclear, que por sua vez é euro-americana, não universal. Por isso, Oyèrónké apresenta um tipo diferente de organização familiar, a partir da sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria, que é não-generificada e os centros da família não são específicos de acordo com o gênero.

Trazendo outra perspectiva, no livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, Butler (2003) propõe uma descrição do caráter performativo do gênero, onde a cada indivíduo é atribuído um gênero no nascimento, nomeado pela família ou pelas instituições. A autora, que se tornou uma referência importante na construção da teoria queer²¹, chama atenção para o fato de que algumas pessoas vivem bem com o gênero que lhe foi atribuído, mas outras não - pois a imposição a se adequar às normas sociais anula a possibilidade de quem se desejam ser. Além disso, a sua obra não nega a diferença entre os sexos e afirma que a sexualidade humana não deve ser presumida a partir do gênero da pessoa, ou seja: uma mulher masculina pode ser hétero ou homossexual, por exemplo.

A teoria da performatividade construída por Butler, como a autora mesmo afirma, “busca entender a formação de gênero e subsidiar a ideia de que a expressão de gênero é um direito e uma liberdade fundamentais. Não é uma ideologia”. Isto porque, para Butler,

²¹ Queer era o termo para os “desviantes” e a teoria queer começa a se consolidar por volta dos anos 90, com a publicação do livro “Problemas de Gênero” (Gender Troube) da Judith Butler. Assim, “propõe o questionamento às epistemes (pressupostos de saber), ao que entendemos como verdade, às noções de uma essência do masculino, de uma essência do feminino, de uma essência do desejo. Para a Teoria Queer é preciso olhar para esses conceitos e tentar perceber que não se tratam, de forma alguma de uma essência, ou mesmo, que não há uma ontologia do todo, mas, no máximo, uma relação de mediação cultural dos marcadores biológicos”. Ver mais em:

<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/51728/afinal-o-que-e-a-teoria-queer-o-que-fala-judith-butler>

ideologia está ligada as premissas adotadas como certas no cotidiano das pessoas, e não como um ponto de vista.

Esse breve resumo além de localizar a discussão, aponta para uma direção que considero crucial em estudos sobre populações, pessoas e instituições: a interseccionalidade, a localização regional do debate e identificação das heterogeneidades que cada população apresenta. Assim, apesar de apresentar os eventos a seguir de uma forma geral e necessária neste momento da pesquisa, preciso apontar que em cada país, estado e cidade tanto as ofensivas como a construção de políticas robustas sobre gênero e sexualidade podem acompanhar um movimento maior, devido a contextos propícios, mas também apresentam suas particularidades e demandas específicas de acordo com cada população, com o processo de formação política e social específicos e com diferentes sujeitos e sujeitas com biografias distintas.

Além disso, esse resumo apresentado aqui serve para reforçar que existem estudos e pesquisas que reforçam as teorias de gênero, que distancia esses fatos dos discursos acerca de expressões como a “ideologia de gênero”.

1.1 Eventos transnacionais que gestaram as ofensivas, o papel da Igreja Católica e a criação do dispositivo ou categoria acusatória ideologia de gênero

Gabgnoli (2014) considera “ideologia de gênero” como um “dispositivo retórico ofensivo”, enquanto Cornejo-Valle e Pichardo (2017) o denomina como uma “distorção semântica”. Naara Luna (2017) conceitua como uma “categoria acusatória”, sendo forjada por autores/as como O’leary (1997), Alzamora Revoredo (1998) e Jutta Burggraff (2004), Scala (2010), Marquez e Lage (2016) e Guisasola (2018). E, para sua definição, utiliza-se a concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista de falsificação e de propagar uma ideia enviesada sobre gênero, enquanto quem combate esse movimento está isento de vieses ideológicos (POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA, 2021, p. 11).

A versão que predomina sobre “a constituição paulatina de uma política antigênero” Correa (2018), e como apontam autores/as como Kuhar e Paternotte (2018), é que a história da construção da categoria “ideologia de gênero” tem sua origem em 1994, no Cairo, na elaboração de uma contra estratégia da Igreja Católica após a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e logo após, em 1995, na Conferência Mundial sobre as Mulheres (CMM), em Pequim.

Assim como Biroli, Vaggione e Machado (2020) afirmam, há nos anos 1990 uma politização reativa acerca da noção de gênero e dos direitos reprodutivos e sexuais, e por isso, uma nova temporalidade estava se estabelecendo. É importante ressaltar aqui também que, outras narrativas sobre “cultura de morte” e “mentalidade contraceptiva” precederam a noção de “ideologia de gênero” e que estas noções são encontradas, inicialmente, em documentos católicos. A ideia por trás dessas narrativas visa situar a natureza como determinante dos papéis sociais, fortalecer uma moral familista unitária e definir temperamentos distintos para homens e mulheres:

(...) os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual “natural”, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano (POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA, 2021, p. 11).

Desta forma, a noção de “ideologia de gênero”, central para a compreensão deste debate, tem origem no final dos anos 1990 e foi utilizada como estratégia política que facilitou a atuação de um conjunto de atores conservadores, servindo também como base para a mobilização popular. Por isso, é considerada como uma espécie de “cola simbólica” (BIROLI, VAGGIONE E MACHADO, 2020) por viabilizar a atuação conjunta de atores/as com interesses originalmente diferentes. Podemos citar como exemplo a união de grupos de políticos de carreira, think-tanks neoliberais, grupos literários de direita, membros de corporações profissionais, militares e até a direita judaica (como é o caso do Brasil) com católicos e evangélicos fundamentalistas (POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA, 2021, p. 13).

Além disso, como afirma Sonia Correa, em entrevista para à Conectas (Entrevista: a ofensiva antigênero como política de Estado, 2020), a categoria acusatória “ideologia de gênero” possui uma certa elasticidade, é adaptável e utilizada em contextos diversos. Por isso, é considerada “um significante vazio, uma grande cesta onde cabem e de onde se tiram múltiplas coisas — como a educação em gênero e sexualidades, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o feminismo, os direitos das pessoas trans”, que mobiliza e aciona pânicos políticos e morais.

Seu primeiro registro se deu em um documento da Igreja Católica em 1998, no informe “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, escrito pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana (BIROLI, VAGGIONE E MACHADO, 2020). Sua noção foi forjada por intelectuais e teólogos católicos, ganhando mais força quinze anos mais tarde (MELO, 2020), e sua expansão por diversos países, principalmente por territórios da América

Latina e Europa, vem aprofundando os questionamentos e distorções sobre a científicidade do conceito de gênero. Isto se explica, pois a

Autonomia reprodutiva e direitos sexuais deslocam sentidos e hierarquias que organizam a ordem patriarcal na modernidade, como a santificação da maternidade e a definição da reprodução como o fim único da união conjugal entre dois adultos, formando a família como célula básica da sociedade (BIROLI, VAGGIONE, MACHADO E BIROLI, 2020, p. 20).

A publicação “Women’s Declaration on Population Policies”, divulgada em 1993 e aprovada em 1994 no Rio de Janeiro durante a Conferência Saúde Reprodutiva e Justiça - que foi uma preparação para a Conferência da ONU no Cairo, que aconteceria no mesmo ano - consolidava os direitos das mulheres como direitos humanos e ressaltava a agência das mulheres enquanto sujeitas de políticas (principalmente quando se tratava de políticas populacionais).

Há quem aponte também a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, como o início de tudo. Mas, nem sexualidade, nem direito ao aborto estiveram em pauta neste evento, havendo discussões acerca das políticas de controle populacional e controle da fecundidade.

Como podemos ver, população e autonomia reprodutiva foram temas importantes na década de 1990. Os temas acerca do campo da sexualidade, por outro lado, foram sendo mobilizados posteriormente devido ao ativismo de mulheres lésbicas. Segundo Correa (2018), no Comitê Preparatório para a CIPD, estas ativistas tentavam incluir demandas da não discriminação por orientação sexual, o que levou a discussão sobre direitos sexuais e sexualidade adolescente e originou a crise do Terceiro Comitê Preparatório e os ataques por parte do Vaticano - que referiu-se a possibilidade da inclusão dos direitos das lésbicas como anti-humanos (BUTLER, 2009).

Na IV CMM de Pequim a palavra gênero já estava em colchetes em alguns documentos. E essa pontuação sinalizava que o entendimento do conceito do gênero não era consensual e isso passou a gerar conflitos entre as delegações presentes no evento. Os delegados de países como Honduras, Sudão, Nicarágua e El Salvador manifestaram-se a favor do colcheteamento do termo e, com esse posicionamento, revelaram uma inédita aproximação entre o Vaticano e os estados islâmicos (CORREIA, 2018, p. 4).

Antes do início do mesmo evento, foram distribuídos para os delegados alguns panfletos “contra gênero”, por uma organização da direita católica norte-americana: a Coalizão das Mulheres pela Família, liderada pela jornalista Dale O’Leary (autora do livro A

agenda de gênero, publicado em 1997). Esse material, adulterava um artigo escrito por Anne Fausto-Sterling²² sobre intersexualidade.

Em outro material, escrito por Dale O'leary, pode-se ver que mesmo anos depois das Conferências do Cairo e de Pequim, incomodava a presença do conceito de gênero nos relatórios. Este texto, inclusive, foi traduzido e encontrado na plataforma online Aleteia²³, onde a autora afirma que

Por trás da perspectiva de gênero, há políticas anti-maternidade, que são fundamentalmente anti-mulher, anti-criança e anti-família. Por exemplo, na Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim, não havia uma referência positiva à maternidade, ao casamento, e os maridos estavam longe de ser encontrados nos documentos oficiais da conferência; mas "gênero" – como na "incorporação da perspectiva de gênero" – apareceu mais de 300 vezes nos textos. (O'LEARY, 2013).

O'leary continua sobre a conferência no Cairo:

Na Conferência da ONU do Cairo, em 1994, foi divulgado um documento delineando uma estratégia para encaminhar as demandas por direitos sexuais e reprodutivos, distorcendo o significado dos direitos humanos universalmente aceitos. Se o objetivo é a eliminação total da diferença entre os sexos, a diferença mais óbvia entre homens e mulheres é o fato inegável de que, se um homem e uma mulher se envolvem em relações性uais, só a mulher pode engravidar. Para fazer com que as mulheres fossem como os homens, neste sentido, as mulheres tinham de ser capaz de ter relações性uais e não engravidar. A contracepção e o aborto se tornaram, então, o sine qua non da revolução feminista. Para conseguir isso, elas exigiram o reconhecimento do que chamaram de "direitos sexuais e reprodutivos" – a saber, o acesso irrestrito à contracepção e ao aborto, liberdade sexual absoluta para crianças e adultos e educação sexual abrangente – que, além de impor a contracepção, o aborto e a liberdade sexual absoluta em todos os níveis, também ensinou aos alunos que todos os comentários não-positivos sobre a homossexualidade são indícios de homofobia e intolerância (O'LEARY, 2013).

Nestes recortes, percebemos a centralidade que os direitos reprodutivos e sexuais têm nas suas narrativas e que, para conservadores, a forma como são defendidos por movimentos feministas e LGBTQIAP+ distorcem o significado “universalmente aceito” de Direitos Humanos. Além disso, para movimentos conservadores, o que distingue homens e mulheres é o fato de mulheres poderem engravidar. Por isso, segundo O'leary, os movimentos sociais trazem o aborto e a contracepção como pautas basilares para borrar essa diferença entre “sexos” - entendido por grupos conservadores como algo biológico, natural e imutável.

²² Professora de biologia e estudos de gênero da Nancy Duke Lewis na Brown University.

²³ Publicação online de informação e formação, em 7 idiomas (português, inglês, francês, espanhol, italiano, polonês e esloveno), que segundo o próprio site “oferece uma visão cristã do mundo, com notícias laicas e religiosas, livre de influências ideológicas, de onde quer que venham”. Ver mais em: <https://pt.aleteia.org/>

Entretanto, sabemos que a luta pelos Direitos Reprodutivos dizem respeito a saúde, qualidade de vida e sobrevivência de mulheres cis e homens trans, na sua maioria pretas e pobres, devido a falta de serviços públicos que garantam abortos seguros e legais, além de educação em relação a contracepção - de gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis. A questão do aborto por exemplo, como afirma Butler²⁴, é

(...) um dos muitos direitos que pertencem ao arco mais amplo da justiça reprodutiva, e a justiça reprodutiva faz parte da luta complexa e dinâmica pela justiça, então estaremos no caminho de imaginar uma força transformadora que poderá igualar-se e superar as forças que promovem o ódio e a desigualdade.

Além do ataque às conquistas de Direitos Reprodutivos, O'leary diz que por trás da perspectiva de gênero há políticas anti-mulher, anti-criança e anti-família. Essa narrativa foi fortalecida ao longo dos anos e até a atualidade é usada para justificar ofensivas antigênero, com fins de aprovar legislações restritivas e barrar avanços de direitos. No capítulo três veremos como essa narrativa ainda é utilizada por vereadoras/es na Câmara Municipal de João Pessoa.

Em 1997, dois textos fundacionais da cruzada contra gênero foram publicados: o Sal da Terra (RATZINGER, 1997) e a Agenda de Gênero (O'LEARY, 1997, 2008). Este último, inclusive, serviu como base para a construção do documento religioso, anteriormente citado aqui, “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances” (1998). Em seguida, nos eventos que aconteceram nos anos de 1999 e 2000 - durante a Revisão +5 da CIPD e da IV CMM - o gênero, que antes já tinha sido colcheteado, foi intensamente atacado.

Algumas estratégias discursivas são evocadas com frequência nestas e em outras publicações analisadas por Melo (2020):

- 1) ameaça a crianças (...); 2) a conspiração entre marxistas, comunistas, feministas e movimentos LGBT+ (...); 3) reconfiguração do sexo como uma categoria normativa (...); 4) o questionamento da científicidade dos estudos de gênero e ênfase no seu caráter ideológico (...); 5) a imposição de um projeto de países ricos sobre pobres, por meio da ONU (...); e 6) o caráter profundamente escatológico da “ideologia de gênero”, uma poderosa fábula sobre o fim do mundo que, como outras narrativas de não futuro, anuncia uma catástrofe causada pela propagação de uma “teoria pseudocientífica” que rejeita a natureza humana e promove a sua extinção (PAPA BENTO XVI, 2008) (MELO, 2020, p. 5).

De todo modo, é interessante observar que, apesar de todo o investimento do Vaticano, poucas vezes seus ataques obtiveram vitória nas votações. Correa (2018) afirma:

Estou convencida de que esse novo fracasso político da Santa Sé foi o que alavancou o investimento teológico contra o gênero que iria tomar forma em anos

²⁴ Em entrevista para Alona Ferber, disponível no site <https://sxpolitics.org/ptbr/12729-2/12729>.

subsequentes. Seus exemplos mais significativos são Léxico de Termos Ambíguos e Discutidos sobre a Vida Familiar e Ética (2003) e na Carta dos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração dos Homens e das Mulheres na Igreja e no Mundo (CORRÊA, 2018, p. 12).

Entretanto, outros movimentos anteriores foram importantes para a compreensão de quando e como se deram as ofensivas antigênero iniciais (marcadas aqui neste texto no final dos anos 1990): desde o final dos anos 1970 já havia produções de intelectuais feministas recorrendo ao termo gênero para tratar das diferenças entre feminino e masculino como fundamentalmente sociais (RUBIN, 1975; SCOTT, 1986,), que foram formuladas, inclusive, a partir do movimento feminista, que utilizaram a ideia de gênero como diferença produzida na cultura, unindo a essa noção a preocupação situações de desigualdade vividas pelas mulheres:

Foi portanto a partir de uma luta social, que surgiu uma contribuição teórica fundamental para o pensamento social. Nesse momento, aspectos presentes na longa história de reivindicações feministas, relativos à dominação masculina, articularam-se a noções teóricas que procuravam mostrar como as distinções entre feminino e masculino são de esfera do social (RUBIN, 1975, p. 125).

Na década de 1980, as novas democracias latino-americanas transformaram-se em espaços de disputas também de movimentos feministas e LGBTQIAP+ contra os movimentos considerados conservadores; e no fim dos anos 1990 o livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, escrito por Judith Butler, teve um grande impacto nesse debate e foi largamente utilizado em documentos religiosos e acionados em discursos de diversos atores conservadores.

Temos observado nos últimos 40 anos o fortalecimento de segmentos católicos carismáticos e evangélicos pentecostais, mas também dos movimentos feministas e LGBTQIAP+. Enquanto estes últimos trabalham em prol da construção de uma agenda de expansão dos direitos reprodutivos e sexuais, os primeiros defendem a liberdade religiosa, da família e da moral cristã:

As propostas de revisão da legislação existente no campo do aborto e a criação de novos direitos para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais amplificaram a tensão já existente entre os coletivos religiosos tradicionalistas e o governo (MACHADO, 2012, p. 33)

E apesar de ser um movimento de ataque construído transnacionalmente, as ofensivas antigênero, marcadas temporalmente pelo ataque ao gênero em eventos organizados pela ONU, intensificaram-se em territórios específicos. Veremos a seguir como se deu na América Latina até chegar ao Brasil.

1.2 Manifestação na América Latina

Apesar da cruzada antigênero ser transnacional, pode-se dizer que com o passar dos anos, as manifestações com mais intensidade foram ocorrendo na Europa e na América Latina. Focarei aqui em perpassar alguns apontamentos sobre como esse movimento ganhou força nesta região do continente americano, até chegar ao Brasil.

Nos últimos vinte anos na América Latina, os impactos dos ataques por parte da Igreja Católica ganharam ainda mais força quando houve também uma grande expansão evangélica. Correa (2018) aponta que vivemos uma “síndrome de denegação”, vendo esta onda como “mais do mesmo”, ou seja: mais ataques religiosos contra pautas democráticas de gênero e sexualidade (p. 10). Mesmo assim, a autora chama atenção para compreender melhor o que há de novidade nesse movimento, mesmo sob bases culturais, religiosas e políticas muito antigas.

Devido a ascensão de governos de extrema direita na América Latina nos últimos anos e a consequente concepção e implementação de políticas de governo e ou de Estado conservadoras, notamos que há um grande esforço por parte de alguns/mas autores/as em organizar dados e informações, mesmo que estes sejam fenômenos recentes. Inclusive, algumas publicações muito importantes foram lançadas recentemente e servirão como base para este capítulo: duas delas foram um esforço de pesquisadores/as vinculados ao SPW, intituladas “Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação” (2021) e “Políticas antigênero na América Latina” (2021), e “*Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina*” organizada por Biroli, Vaggione e Machado (2020).

O aprofundamento das cruzadas antigênero por parte do Vaticano - que já tinha a América Latina no radar há muitos anos - foi impulsionada, segundo Sonia Correa, quando houve a alteração do jogo geopolítico no final dos anos 1990:

Desde as primeiras etapas do caminho ao Cairo ficou evidente que o “rebanho” dos Estados latino-americanos, a começar por Brasil e México, estava se desgarrando muito rapidamente da influência do Vaticano em relação a questões, para ele, viscerais como família, reprodução, gênero, sexualidade. Tal deslocamento facilitou os consensos Norte-Sul em torno a esses temas, especialmente nos processos de Revisão +5 em 1999 e 2000, quando a América Latina liderou uma rebelião contra a regra da votação em bloco em relação a todos temas estabelecida no G77. Criou-se então novo grupo negocial nomeado Some Latin American, African and Caribbean Countries (SLAAC) que asseguraria os consensos finais, inclusive no que diz respeito a gênero (CORREA, 2018, p. 14).

Junto a isso, podemos somar os interesses em comum da ultra direita que nos últimos anos assumiu a máquina estatal em países como o Brasil, o Chile, a Bolívia, a Venezuela e a Argentina e que tem como objetivo também “ignorar as políticas de direitos humanos e os tratados internacionais assinados para garantir direitos nos campos da sexualidade e reprodução” (BIROLI, 2020, p. 7).

Entretanto, o que os estudos desenvolvidos na América Latina sugerem²⁵ é que as ofensivas antigênero têm assumido lugares de relevância em contextos de transição política. Desta forma, na primeira metade do século XXI estudos identificam um momento de “condensação e criação de condições para a irrupção renovada e simultânea das políticas antigênero” (Ofensivas antigênero no Brasil, 2021, p. 33), devido a chamada “virada à esquerda” em alguns países e também a consolidação de populismos de direita em outros. Enquanto que, na segunda década, entre os anos de 2010 e 2021, registrou-se a “virada à direita” - e podemos identificar rapidamente essa manobra olhando para o Paraguai - que elegeu um aliado com movimentos autointitulados “pró-vida” - e o Brasil, com eleição vitoriosa de Jair Bolsonaro em 2018.

A América Latina também experimentou três outros acontecimentos que merecem destaque por abrir caminhos para a instalação de governos de direita em alguns países. O primeiro deles é a falência político-econômico da Venezuela; o segundo é a explosão social no Chile, Brasil e Colômbia; e o terceiro foi o rejuvenescimento dos eleitores de direita devido o uso das redes sociais como canais de divulgação de retóricas conservadoras, vindas principalmente de países do Norte global. Em resumo, esses acontecimentos impactam e dão base a narrativas e ações dessa ultradireita, que são pautadas pela fobia da esquerda radical, defesa da ordem da sociedade e adesão a temáticas libertárias, cada vez mais popular entre jovens conservadores (Mathias Alencastro em entrevista ao podcast Café da Manhã).

Podemos perceber que durante e após esse contexto, as políticas antigênero na América Latina nos permitem observar as várias dimensões da generificação e sexualização dessas transições políticas como, por exemplo,

a emergência do gênero e da sexualidade nos debates públicos, sua instrumentalização por atores políticos em lutas pelo poder, o seu impacto nas instituições e nas políticas públicas ou a formação de cidadãos e de públicos. Essas dimensões são problemáticas e contraditórias entre si, uma vez que procuram responder e lidar com conflitos sociais, econômicos, políticos e culturais prolongados e têm, sem dúvida, efeitos negativos sobre uma variedade de

²⁵ Retirados do relatório produzido pela SPW, Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação e mobilização social, disponível em <https://sxpoltics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>.

mobilizações sociais (...) (POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA, 2021, P. 24).

As condições necessárias para essa virada à direita, tanto na América Latina como no Brasil se assentaram, basicamente, sobre redes mais antigas, sobretudo católicas, de oposição ao direito ao aborto, podendo ser consideradas como heterogêneas, “como hidras de muitas cabeças que se alimentam de fontes ideológicas heteróclitas ou mesmo contraditórias, cuja mobilidade e contornos são difíceis de captar e nos confundem” (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, p. 13, 2021). Desta forma, o núcleo central é formado tanto por católicos como por evangélicos fundamentalistas, sendo orbitado por uma variedade de sujeitos e sujeitas institucionais ou sociais seculares.

Ao identificar grupos e indivíduos envolvidos na politização do gênero, notamos um forte investimento para ganhar espaço e poder na esfera pública. “Trata-se, de fato, de um investimento no sentido de preservar a centralidade de uma certa ordem do gênero e da sexualidade na identidade nacional (POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA, 2021, p. 28).

Estudos de Corrêa e Kalil (2020) demonstram como no Brasil o combate à “ideologia de gênero” é parte fundamental de uma ação política de ampla escala, agregando uma enorme heterogeneidade de eleitores em torno da pauta autoritária e excluente que Jair Bolsonaro vai se utilizar fortemente para ter êxito nas eleições. Desta forma,

No Brasil, não apenas, a política antigênero operou como um “aglutinante simbólico” – tal como analisado por autoras feministas que estudam Leste Europeu – (Grzebalska, Kováts, & Pető, 2017) -- mas também teve um efeito modelador e articulador de públicos que não se verifica com tanta evidência em outros cenários de disputa política analisados pelos estudos (POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA, 2021, P. 29).

Veremos mais especificamente alguns acontecimentos importantes, anteriores ao período eleitoral de 2018 no Brasil, que foram basilares para o fortalecimento dos ataques antigênero e para sua ramificação nas instâncias estatais, a ponto de converterem-se em políticas públicas e/ou em obstáculos para a garantia de direitos.

1.3 O contexto brasileiro

Primeiro, é importante destacar que, no cenário político como um todo “o espaço público constitui-se como lócus no qual ocorrem enfrentamentos entre distintos atores sociais,

movidos por interesses e valores conflitantes que expressam disputas e relações de poder” (LUNA, 2017, p. 2, *apud* GOMES; NATIVIDADE; MENEZES, 2009:20).

Sendo assim, à medida que existem avanços na construção de políticas públicas, ocupação de espaço institucional por sujeitas e sujeitos que durante toda a história foram (e continuam sendo) marginalizados e a conquista, mesmo que tímida, de reconhecimento e cidadania para a população de mulheres, de pessoas pretas e LGBTQIAP+, veremos que estas mudanças foram consideradas por conservadores como uma verdadeira afronta, já que esse grupo, formado por uma elite política, branca e heterossexual esteve acostumada a ter uma política construída para a sua manutenção do poder e a proteção de muitos privilégios garantidos pela normatização de padrões sociais impostos justamente por quem está no poder.

Inclusive, foi durante a redemocratização do país, a partir da década de 1980, que houveram avanços na construção de políticas voltadas para uma população até então excluída e que esse processo foi fruto de muita mobilização de um conjunto amplo e plural de vozes, que contestaram a ditadura e criaram uma gramática voltada para a inclusão dos Direitos Humanos no vocabulário de política nacional.

Estas vozes, segundo o relatório da SPW “Ofensivas Antigênero no Brasil” (2021), também representavam um grupo complexo e heterogêneo de diversos movimentos políticos, incluindo aqueles que reivindicam direitos no campo de gênero, dos direitos reprodutivos e da sexualidade. Podemos observar, inclusive, que o período de redemocratização coincide com o auge das reivindicações em torno da epidemia de HIV-Aids, o que abria espaço para incidência e implementação de políticas públicas relacionadas à questões de gênero e sexualidade (p. 6).

A Constituição Federal de 1988, como um dos resultados desse período intenso de mobilizações sociais, estabelece

fundamentos sólidos de respeito e promoção da liberdade e da igualdade, incluindo igualdade sexual e racial, direito à privacidade e proteção total contra a discriminação. O Preambulo Constitucional também inclui parâmetros relativos à incorporação de normas internacionais de direitos humanos nos marcos legais e jurídicos nacionais sempre que tratados e convenções são ratificadas (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 6).

Sendo assim, o contexto favoreceu também as profundas transformações socioculturais em relação às dimensões do gênero, da sexualidade e da reprodução pautadas pelos movimentos feministas e LGBTQIAP+, tanto em esferas estatais, através de intensos trabalhos de incidência institucionais e elaboração de políticas públicas, como também em relação a comportamentos e aspectos que estruturam relações e vivências nos campos da vida

social como um todo. Como exemplo, podemos citar a incidência nos anos 1980 nas áreas de “saúde da mulher e da prevenção e punição da violência de gênero, para, mais tarde, se expandir em relação a políticas de HIV/AIDS, educação e, sobretudo, direitos humanos” (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 7).

Após esse período, caminhando já para final dos 1990 e anos 2000, muitas dessas reivindicações ganharam mais consistência, e como exemplos podemos citar a aprovação da Lei Maria da Penha (2006) e um conjunto de medidas legislativas proibindo a discriminação de pessoas LGBTQIAP+, além da criação em 2003 da Secretaria Nacional de Política da Mulher e de uma área para os direitos LGBTQIAP+ na Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Entre 2004 e 2012 também foram realizadas algumas conferências nacionais sobre estas mesmas populações, resultando em novas demandas por políticas públicas em gênero e sexualidade que foram levadas ao Poder Executivo. No relatório da Ofensivas antigênero no Brasil (2021), há o destaque para duas áreas neste contexto de intensa participação social no processo político: “à igualdade de gênero foram a participação política das mulheres, a violência de gênero e a saúde sexual e reprodutiva e, no que diz respeito às reivindicações LGBTQIAP+, os principais avanços foram alcançados em relação à não discriminação, à educação pública e à saúde” (p. 8).

Apesar de muitas conquistas e avanços, essa trajetória não esteve isenta de obstáculos e ataques:

Como em muitos outros países, os ganhos da transição para democracia foram afetados negativamente pelos efeitos deletérios da penetração da racionalidade neoliberal na economia, mas, também, na política, no tecido social e nas subjetividades. E, além do que possam ter sido os impactos da neoliberalização da política estatal e da vida social, esse campo específico da ação estatal - gênero, sexualidade e direitos humanos - foi particularmente comprometido pela repolitização do religioso (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 9).

Como citados no início deste capítulo, as ações do Vaticano e Santa Sé em eventos transnacionais o que posteriormente se fortalece nos territórios, e a expansão do evangelismo fundamentalista, principalmente devido a sua politização e intensa ocupação de cargos institucionais no legislativo, tiveram impacto sobre normas, condutas e leis, bem como nos discursos que circulariam na sociedade. Além disso, muitos avanços ocorridos nas décadas de 1990 e 2000 não tiveram sua efetiva implementação, o que significa que no cotidiano, muitas pessoas continuaram sendo violadas, violentadas e mortas em relação a sua identidade de gênero e orientação sexual.

Este fato aponta para uma grande fragilidade, voltada para a baixa adesão das instituições estatais aos compromissos legais, o que demonstra uma imensa distância entre a realidade e os conteúdos legais. Há, de fato, um certo descrédito das leis, principalmente quando são elaboradas para populações mais afetadas, que encontram-se em situações de maior vulnerabilidade devido a todo processo de formação histórica e política de um país como Brasil, que devido os processos políticos, ainda apresenta resquícios e novos arranjos com base na colonização, escravização e invisibilização de parte da população formada por mulheres, pretos e LGBTQIAP+.

Desta forma, na segunda década dos anos 2000, começamos a ver com maior robustez e sistematização, as ofensivas vindas de forças religiosas e seculares, contra mudanças sociais e ganhos legais no campo do gênero e sexualidade. Em 2010, por exemplo, já explodem as controvérsias sobre os conteúdos do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que traz no seu conteúdo descriminalização do aborto, direitos LGBTQIAP+, remoção de símbolos religiosos de espaços estatais, mas, também, direitos indígenas e a proposta de estabelecimento da Comissão da Verdade para revisar as violações de direitos humanos pela ditadura militar. No mesmo ano, tivemos a eleição da primeira mulher presidente do país, Dilma Rousseff - que foi atacada por seus posicionamentos em relação a declarações favoráveis ao aborto legal, e posteriormente, será alvo de pressões devido ao apoio à causas e garantias de direitos para a população LGBTQAP+.

Esse contexto teria levado a um ativismo conservador nas eleições de 2010 e prossegue até hoje:

Vaggione, referindo-se ao ativismo conservador da Igreja Católica constata o deslocamento das argumentações religiosas para as seculares, das referências à Bíblia às referências à ciência (Vaggione, 2012:69). Tais deslocamentos estão relacionados a maior legitimidade do discurso científico e jurídico no espaço público, associado à cosmovisão ocidental que considera a natureza como fundamento da realidade, e pelo papel do Direito como discurso adequado para a resolução de disputas públicas (LUNA, 2017, p. 11).

Em 2011 o STF emite decisão positiva sobre a união entre pessoas do mesmo sexo, o que levou em 2013 ao reconhecimento do casamento igualitário por medida outorgada pelo Conselho Nacional de Justiça. No mesmo período, conteúdos elaborados pelo MEC para compor o Programa Educação Sem Homofobia, voltados para a promoção do respeito ao gênero e à diversidade sexual foi amplamente criticado pela bancada neoconservadora no Congresso Nacional. Posteriormente, o material foi apelidado de “Kit Gay”. Devido a pressão legislativa, os materiais sobre gênero e diversidade tiveram suspensão desde 2010.

E, em 2016, tivemos a larga utilização do termo “ideologia de gênero” nos discursos destes mesmos atores destacados até aqui. Entretanto, o termo foi usado pela primeira vez no legislativo através do discurso do Deputado Elimar Damasceno, nos anos de 2003 e 2004, que utiliza o dispositivo para atacar o que considerava uma “má conduta sexual”. Logo após a sua utilização, estudos apontam para a realização da Conferência dos Bispos Católicos Latinoamericanos (CELAM), realizada em Aparecida do Norte (SP), no ano de 2007. O documento final resultado do evento, recomendou “às autoridades eclesiásticas que se engajassem no combate à “ideologia de gênero”:

O CELAM deflagrou a disseminação mais sistemática, nos planos regional e nacional, do dispositivo “ideologia de gênero”. No Brasil, essa propagação foi feita inicialmente através de circuitos ultracatólicos, como o Instituto Plínio Correia de Oliveira (IPCO)¹⁵ e a editora carismática Canção Nova que, em 2008, publicou a tradução em português de uma versão mais curta do livro *A agenda de gênero: redefinindo a igualdade* (1997), de autoria de Dale O’Leary. Esta difusão permaneceu em grande parte confinada aos circuitos católicos até 2013, quando foi retomada pela mídia digital fundamentalista evangélica e suas lideranças políticas (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 12).

Após essas ofensivas, o termo “ideologia de gênero” volta a circular, com mais força, no Congresso Nacional, justamente no período em que o material do Programa Brasil Sem Homofobia iria ser votado. Desta forma, há a utilização frequente do termo e pode-se dizer que, desde 2013 ele foi integrado ao vocabulário dos neoconservadores religiosos e atores políticos de direita. A adesão ao termo torna-se ainda mais forte quando forças religiosas conservadoras se aliam a iniciativas ditas seculares, como Escola Sem Partido²⁶ - que desde 2003 visa “combater a ‘ideologia’ na educação pública”.

Além disso, a coalização entre atores religiosos e seculares foi uma estratégia importante para a manutenção de ataques antigênero, pois permitiu um intenso ativismo religioso durante a supressão da palavra gênero no PNE. O objetivo das lideranças aliadas era banir a perspectiva de gênero da educação e esse confronto se deu para além do Congresso, alcançando vinte e seis estados brasileiros. Desta forma, os Planos aprovados excluíram expressões como gênero, sexualidade, orientação sexual e diversidade sexual dos seus textos (MELO, 2021, p. 5).

Em 2017, essa coalizão impulsionou atuações para além das Casas Legislativas, o que resultou, dentre outras ações, ataques online e protestos de rua contra a filósofa Judith Butler,

²⁶ Trata-se de uma falsa dicotomia, pois não diz respeito a não partidarização das escolas, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola. Ver mais em: https://www.geledes.org.br/nada-mais-ideologico-do-que-uma-escola-sem-partido/?amp=1&gclid=Cj0KCQiAtICdBhCLARIsALUBFcEgDClba_GTREjNJEgmtVgcLFbdqK7cPYcHAzJhDMNdLr_Fu3-wgwaAITIEALw_wcB.

que visitava o Brasil para participar de eventos acadêmicos com objetivo de discutir democracias:

No protesto uma efígie retratando Judith Butler como bruxa foi queimada. Corrêa e Kalil (2021) interpretam esse ataque grotesco como sendo a antecâmara das eleições presidenciais de 2018, porque a mesma constelação antigênero que povoou este evento teria um papel significativo na propulsão de ondas de pânico moral e político que contribuiu para a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 (MELO, 2021, p.13).

Em 2018, como citado várias vezes ao longo deste trabalho, tivemos a eleição de Jair Bolsonaro, além de uma intensa ocupação do Congresso, Senado e posteriormente em 2020, das Câmaras Municipais por atores religiosos e seculares conservadores. Ao decorrer desses mandatos, percebemos que o Brasil tornou-se um dos poucos países do mundo onde a ideologia antigênero está decididamente enraizada no aparelho estatal, devido ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, bem como da extinção de pastas importantes para avanços e implementação de políticas públicas voltadas para o gênero e a sexualidade, além da instalação da linguagem no masculino genérico que passa a ocupar todas as pastas e ministérios, o fato de encontrarmos poucas mulheres em cargos no comando do executivo federal e toda generificação que atravessa essas políticas e do governo Bolsonaro.

Apesar de termos muito o que analisar e registrar sobre a atuação do Executivo Nacional, este trabalho terá como foco o poder legislativo, representado pela Câmara Municipal de João Pessoa. No próximo capítulo, apresento a importância destes estudos, bem como a análise dos fluxos institucionais, dos documentos e dos discursos de dois temas importantes para a corporização das ofensivas antigênero dentro e fora das estruturas do poder público.

CAPÍTULO 2 - ETNOGRAFIA DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS A PARTIR DOS DOCUMENTOS

Desde o século XIX acompanhamos o crescimento do interesse estatal na regulação da sexualidade. Nas últimas décadas, notamos também que a área legislativa e de políticas públicas tem se tornado palco de grandes lutas políticas em torno de questões de gênero e sexualidade. Essas lutas, que defendem diferentes retóricas para ver qual interpretação prevalecerá, sugerem a corrida para implementar plataformas sexuais e projetos de sociedade diversos.

Trabalhos como o de Teixeira (2016), Carrara (2015) e Lima (2015), nos fornecem muitas reflexões sobre o campo legislativo em instâncias federais - o Congresso e o Senado - e nos revelam informações sobre as relações políticas, negociações, movimentações partidárias, entre outros processos. Pesquisas como estas são verdadeiros *insights* para que outras sejam desenvolvidas, sobre outra escala, recortes e tempos diversos.

Por outro lado, ainda sabemos pouco como as ações legislativas se materializam nos municípios, tendo em vista que no ano de 2020 tivemos as últimas eleições municipais no Brasil e as composições das Câmaras Municipais foram alteradas. Esta ausência de pesquisas sobre o campo legislativo numa escala local junto com a minha experiência como ativista na ONG Minha Jampa me levaram a ver a Câmara Legislativa como um campo de pesquisa cheio de possibilidades e ainda pouco analisado pela antropologia.

2.1 O projeto #DeOlhoNaCâmara e o trabalho da Minha Jampa

O trabalho que passei a fazer em abril de 2021 junto ao projeto #DeOlhoNaCâmara da Minha Jampa foi crucial para que houvesse a delimitação desta pesquisa. A Minha Jampa existe para monitorar e fiscalizar o poder público, com o intuito de alertar e mobilizar a sociedade civil, intensificando sua participação na política local. Para que isso aconteça, a Minha Jampa tem na sua base dois pilares: um de criação de campanhas de mobilização social e outro voltado para o desenvolvimento de projetos.

As campanhas de mobilização social são criadas a partir de uma metodologia desenvolvida pela Rede Nossas Cidades, e por isso, são desenvolvidas em outras cidades do

Brasil onde existem mobilizadores/as da rede. Geralmente, há a identificação de oportunidades de criação de campanhas a partir do monitoramento de sites institucionais e notícias para que as mobilizações sejam desenvolvidas. As mobilizações podem ser reativas ou propositivas, caracterizam-se pela definição de alvos (prefeito, vereadora, secretário etc.) e por apresentar urgência no chamado para ação.

Enquanto isso, os projetos desenvolvidos pela Minha Jampa diferem das mobilizações pois não tem alvos definidos para serem pressionados e nem precisam ser desenvolvidos no calor da urgência. O #DeOlhoNaCMJP, por exemplo, é um projeto que surge a partir do contato constante que temos com as atividades legislativas da Câmara, pois percebemos que, mesmo com um fluxo intenso de circulação de pessoas na Casa, muitos/as/es pessoenses desconhecem pautas importantes que estão sendo discutidas e votadas. A mídia local notifica com raridade o que acontece na Câmara, divulgando, na maioria dos casos, as matérias mais polêmicas ou as que apoiam determinados/as parlamentares e seus posicionamentos.

Por isso, o #DeOlhoNaCâmara monitora o trabalho dos/as vereadores/as e tem o objetivo de informar aos/as/es pessoenses das principais pautas discutidas na Casa e os resultados das votações de matérias legislativas relevantes, através da compilação e divulgação de informações mensais via redes sociais e e-mail, e através da produção de podcasts informativos.

Minha contribuição e participação no projeto #DeOlhoNaCâmara foi voltada para o monitoramento do que acontece na Casa e por isso, interajo com frequência com o site oficial da CMJP, com o SAPL – Serviço de Apoio ao Processo Legislativo e com seu canal do YouTube. Desta forma, estas plataformas serão as principais bases de informações utilizadas no desenvolvimento desta pesquisa.

Apesar do contato constante com os trabalhos legislativos, posso afirmar que a definição do objetivo desta pesquisa não foi imediata. Por isso, antes de descrever os caminhos percorridos para chegar aos documentos que serão analisados, apresento as dificuldades encontradas para a definição do objetivo desta pesquisa e como este foi sendo alterado à medida que tive contato com disciplinas do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), com o projeto #DeOlhoNaCâmara e com a participação de em eventos acadêmicos.

2.2 Mudanças de rota e dificuldades na definição da pesquisa

Apesar de trabalhar no projeto #DeOlhoNaCâmara apenas no ano de 2021, desde que iniciei o mestrado no PPGA/UFPB em março de 2020 tive como campo de pesquisa a CMJP. É interessante ressaltar que março/2020 foi o mês que o coronavírus apresentou uma disseminação geográfica rápida e a Organização Mundial de Saúde declarou pandemia mundial. As aulas presenciais e as pesquisas de campo foram suspensas, e em pouquíssimo tempo tivemos que nos adaptar a vida virtual, respeitando a quarentena e o *lockdown* para evitar maior contágio pelo coronavírus. Desta forma, participamos de aulas, eventos e apresentação de trabalhos virtuais, e devido a essa dinâmica, houveram nítidas mudanças e impactos em nossos relacionamentos e, consequentemente, na pós-graduação.

Devido o contexto e as modificações que precisaram ser feitas em todos os âmbitos das nossas vidas, novos desafios e dificuldades surgiram e exigiram mudanças de rota. Por isso, nesta seção, pretendo expor brevemente os caminhos que foram recalculados até chegar à ideia central desta pesquisa.

Inicialmente, entrei no PPGA/UFPB buscando compreender como se dava o manejo político das emoções a partir dos discursos dos/as vereadores/as na Câmara Municipal de João Pessoa. No primeiro semestre da pós-graduação, quando cursei a disciplina de Métodos e Práticas Antropológicas, fiz a primeira modificação do projeto para que pudesse enviar como avaliação da disciplina. O objetivo mudara para buscar compreender, a partir de uma etnografia multi-situada, como o projeto-político em curso usa os dispositivos ideológicos e sistemas estatais para legitimar-se, a partir da atuação das mulheres eleitas a vereança na cidade de João Pessoa desde 2016.

Neste momento, a etnografia multi-situada parecia ser um método interessante a ser seguido, pois para conseguir mapear a atuação das vereadoras, utilizaria tanto as bases de informações institucionais - como o site da CMJP -, dados sobre suas trajetórias e também buscaria, se fosse necessário, realizar entrevistas. A etnografia multi-situada é uma tendência apontada por George Marcus (1995), e foi retomada por Teixeira, Fernandes e Cruvinel (2016) no texto “Notas etnográficas sobre mentiras, segredos e verdades no congresso brasileiro”, para lidar com o que os autores denominam “objetos de estudos mais complexos” (p.9):

Desta perspectiva, Marcus destacou a relevância do etnógrafo desenvolver alternativas que permitissem recortar universos empíricos e construir problemas de pesquisa que se constituem e se atualizam dispersos espacialmente. Dentre essas, destacou os trabalhos que já naquele momento buscavam: seguir pessoas e coisas envolvidas no processo em foco; rastrear as metáforas nos modos de pensar e de expressá-los discursivamente em diferentes contextos; acompanhar as partes envolvidas em um conflito ou disputa na vida cotidiana, instituições judiciais, media, internet e instâncias estatais; levantar histórias de vida e biografias para mapear as múltiplas localizações de um universo. (TEIXEIRA, FERNANDES E CRUVINEL, 2016, p. 9).

Após essa primeira modificação, surgiam algumas lacunas e questões a serem respondidas, o que incidiu na viabilidade e desenvolvimento da pesquisa. Dentre as questões surgidas, destaco a seguinte: como ou a partir de que informações constataria que os planos de ex ou atuais vereadoras, que se alinham ao projeto político prevalecente atualmente, estão sendo implementadas?

Desta forma, modificações precisariam ser feitas, pois para apresentar o projeto em outra disciplina, Seminários de Pesquisa - Mestrado, precisava delimitar o campo e definir os/as sujeitos/as de pesquisa. Desta vez, o objetivo tornou-se a compreensão de como práticas de governo protagonizadas pela vereadora Eliza Virgínia (PP) são legitimadas nas esferas estatais da cidade de João Pessoa.

Nesta fase, comprehendo que práticas de governo legitimadas nas esferas estatais seriam aquelas que utilizariam a estrutura e burocracia públicas como canais para a sua implementação. Ou seja: a aprovação de projetos de lei, o uso do Plenário como palco para disseminação de ideais, a realização de eventos na CMJP, entre outras ações.

Ao chegar nesse objetivo, considero que dei início a pesquisa pois escrevi alguns diários de campo, comecei a utilizar o site da CMJP com o fim de colher informações e documentá-las e assisti entrevistas com a vereadora Eliza. Não poderia ir à CMJP presencialmente pois os Decretos Estaduais e Municipais publicados ordenavam que diversas instituições não funcionassem presencialmente para se evitar aglomerações e consequentemente, aumentar o número de pessoas infectadas pelo coronavírus.

Neste momento também estava iniciando os trabalhos no projeto #DeOlhoNaCâmara, o que me estimulou a documentar algumas informações iniciais. Percebi o quanto já havia adiado o contato mais atento não só com a vereadora Eliza, mas com toda a atual composição da Câmara. Isso porque temos 26 homens héteros, cis e brancos (na sua maioria), onde pelo menos 25 deles fazem o trabalho de situação ao poder executivo, que por sua vez, é

representado pelo prefeito Cícero Lucena (PP), um político com um histórico repleto de polêmicas.

Então, após as eleições de 2020, a CMJP passou a ser ainda mais conservadora. Assistimos, inclusive, a criação da Bancada Cristã ou Religiosa em fevereiro de 2021, com o objetivo de reagir a um dos Decretos Estaduais da Paraíba que buscava regular a abertura e o fechamento dos templos religiosos num momento em que era necessário a redução de aglomeração e consequente riscos de infecção do novo coronavírus.

Os vereadores que compunham a bancada naquele momento - Durval Ferreira (PL), Eliza Virgínia (PP), Coronel Sobreira (MDB), Cartão Pelo Bem (Patriota), Marcílio do HBE (Patriota) e Bispo José Luiz (Republicanos) - se auto intitulam com pelo menos uma dessas categorias: católico praticante, militar reformado, policial civil ou evangélico. Estes vereadores reforçam nos seus discursos as referências trazidas pelos ambientes religiosos e/ou profissionais que circulam, e por isso dizem atuar em defesa da “família” (neste caso, de base nuclear²⁷, formada por um casal heterocisnormativo²⁸ e seus filhos/as) e das crianças (que são descritas como o lado mais vulnerável das relações), contra a descriminalização do aborto e o uso de linguagem neutra ou inclusiva, entre outras pautas que serão analisadas no próximo capítulo deste trabalho.

A vereadora Eliza faz parte desta Bancada, compõe a Mesa Diretora da Câmara como vice-presidente do biênio 2021-22 e preside a Frente Parlamentar da Educação. Foi a única mulher eleita como vereadora de João Pessoa em 2020 com mais de 5 mil votos, sendo a sexta mais votada, o que significa, segundo Eliza, uma perda de quantidade, não de qualidade de representação.

Enquanto eu estive evitando essas informações, aumentavam as dúvidas sobre o campo e/ou sobre permanecer pesquisando a trajetória de uma vereadora que representa muito do que ultimamente repudio e que fere diretamente a minha existência como mulher cis, lésbica e feminista. Eliza recusa os avanços e discussões científicas – se colocando contra a “ideologia de gênero”, por exemplo - defende um Estado eclesiástico e se coloca contra casamento homoafetivo. O contato mais próximo a sua atuação me fez questionar várias vezes se fazer pesquisa nesse contexto, com essa interlocutora, aguçaria minha curiosidade, me

²⁷ A família nuclear é uma família generificada por excelência (...) é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos (OYERÓNKE, 2004, p. 4).

²⁸ Casal formado por pessoas de gêneros diferentes e que identificam-se com a sua identidade de gênero, socialmente pré-estabelecida e em consonância com o suposto “sexo biológico”, desde o seu nascimento.

estimularia e me faria querer continuar estudando. E, após compartilhar a ideia do projeto de pesquisa para alguns colegas, identificamos alguns riscos.

Além disso, em uma ocasião específica, a vereadora anexou o nome da ONG Minha Jampa num processo enviado ao Ministério Público, construiu e divulgou o uso da Plataforma Alô Educação²⁹ e perseguiu e citou em Plenário e em entrevistas³⁰ a atuação de diversos professores da rede pública estadual de ensino de João Pessoa acusando-os/as³¹ de estarem praticando “doutrinação ideológica³²” sob os estudantes. Vale ressaltar aqui que ações e projetos como este tem como efeito uma pedagogia do medo entre os/as professores/as e um ataque à autonomia das escolas, que é garantida por Lei nº 9.394/1996³³.

Além dos riscos, percebi que ao ter contato com uma das publicações mais recentes do *Sexuality Policy Watch* (SPW) ou Observatório de Sexualidade e Política e com a disciplina de Gênero, Sexualidade e Diferença, cursada no PPGA/UFPB em 2020, meu interesse foi se contornando melhor. Tinha em mente que seria crucial compreender a atuação de vereadores/as conservadores/as e o que de fato estava sendo absorvido e replicado na sociedade civil a partir dos seus esforços, principalmente ao utilizarem a estrutura burocrática pública a seu favor.

E para que houvesse análise e aprofundamento a partir do que seria mapeado, foi necessário ter um recorte temporal e temático bem definido. Compreendo que, apesar da importância do desenvolvimento de pesquisas sobre trajetórias e/ou genealogias conservadoras, meu interesse foi, por um lado, se intensificando acerca das políticas sexuais (WEEKS, 1989) ao ter contato com estudos de gênero e sexualidade. Percebi também que o foco na vereadora retirava da análise antropológica muitos outros discursos e projetos de lei antigênero mobilizados na CMJP. E diante do atual contexto político brasileiro, sabemos que

²⁹Ver mais em: <https://www.instagram.com/educacaogovpb/?hl=pt-br>

³⁰ Ver mais em:

<https://paraibaja.com.br/com-ferramenta-ilegal-eliza-virginia-expoe-professores-a-constrangimentos-e-transtorno-s-psicologicos/>

³¹ Ver mais em:

<https://www.paraibanoticia.net.br/vereadora-eliza-denuncia-doutrinacao-ideologica-em-escolas-da-rede-estadual-de-ensino-em-joao-pessoa/>

³² Ver mais em:

<https://paraibaja.com.br/com-ferramenta-ilegal-eliza-virginia-expoe-professores-a-constrangimentos-e-transtorno-s-psicologicos/>

³³ Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

um dos pilares que sustentam as retóricas conservadoras são construídos a base de diversas especulações e distorções sobre o conceito de gênero e as diversas práticas de sexualidade.

E não é à toa que o contexto está mais favorável para quem diz ser conservador/a: desde a crise imobiliária concentrada inicialmente na Califórnia (2007) e a formação de diversos protestos sinalizando a insatisfação da adoção da política de austeridade como solução para a crise em vários países (2011), compreendemos que, apesar da sua natureza complexa, ambígua e não-linear, os eventos políticos ocorridos desde 2013 no Brasil serviram como oportunidade para que grupos de extrema-direita organizassem a insatisfação social instalada para o lado conservador e autoritário (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Percebemos também que para além do que aparece na superfície dos discursos, a extrema direita tem um projeto de conhecimento que procura definir uma nova direção para a sociedade global: está em jogo a produção e disputa de novos regimes de verdade sobre a humanidade e o planeta. E como sabemos, além de todos os conflitos e convulsões sociais devido a economia e política nacionais, é crucial apontarmos os acontecimentos voltados para o cenário autoritário e intelectualmente empobrecedor no debate sobre sexualidade e gênero: “no Brasil, é impossível separar a crise econômica da crise do macho” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 92).

Compreendo também que as ofensivas e ataques feitos nesse período são uma forma de retaliar a trajetória consistente e ascendente das conquistas dos movimentos sociais feministas, antirracistas e que lutam em defesa dos direitos LGBTQIAP+. Assim, resta-nos perguntar, como fez a antropóloga Isabela Kalil³⁴ durante o lançamento do e-book *Políticas Antigênero na América Latina*: como os discursos conservadores antigênero, muito usados nas campanhas eleitorais e por candidatos/as eleitos/as, se materializaram em políticas de governo ou políticas públicas? E ir além: é necessário que um discurso se torne política pública para ser incorporado na esfera estatal e no nosso cotidiano? O que é necessário para que os ataques antigênero continuem ganhando força? Quais as estratégias e mecanismos estão sendo utilizados para que o projeto de sociedade pensado por conservadores seja implementado?

A fim de responder estas questões, buscarei mapear quais os dispositivos encontrados nos discursos antigênero (escritos, propostos e falados) através de uma etnografia do processo

³⁴ Durante o lançamento do e-book Políticas Antigênero en América Latina. Disponível no canal do YouTube. Ver mais em: https://www.youtube.com/watch?v=tP1GLeCHp0I&t=2643s&ab_channel=SPW

legislativo dos documentos, com apoio de materiais encontrados em redes sociais, canal oficial da CMJP no site YouTube e notícias de jornais locais. Aqui, é importante mencionar que a vereadora Eliza e sua trajetória irão compor parte deste levantamento e análise, mas não terá mais o total protagonismo, pois, a partir das buscas no SAPL, identifiquei outras iniciativas legislativas com autoria de outros vereadores. A próxima sessão tratará de ilustrar melhor como se deu esta fase da pesquisa.

2.3 Definição do método: etnografia do processo legislativo através dos documentos

Num texto intitulado “Processo legislativo e antropologia: dá jogo?”, Sprandel (2021) afirma que, “se tratando de espaços não tradicionais de pesquisa antropológica, como o Congresso Nacional, ensina Mariza Peirano (2014), que é a potência do estranhamento que dá início ao trabalho de campo” (p. 3). No caso da CMJP, e de outras Casas Legislativas, podemos dizer que existem vários estranhamentos que vão desde como os discursos são construídos, até os rituais legislativos, uso de pronome de tratamento nas Sessões Plenárias e de como as relações de parlamentares entre si e com a sociedade civil podem mudar de acordo com o objetivo da sua manutenção.

Para ilustrar a importância de desenvolver trabalhos em locais como a Câmara, podemos citar pesquisas como a de Abreu (1999), Costa (1980), Crewe (2017), Abélès (2000) que utilizam o legislativo como campo, sendo que na maioria dos casos o foco se dá às relações políticas mantidas nesses espaços. Os documentos e o fazer legislativo aparecem como secundário em muitas dessas pesquisas.

Entretanto, mais recentemente alguns trabalhos revelam o interesse da antropologia aos processos legislativos. Como exemplos, temos os trabalhos de Laura Lowenkron (2015), que estudou a CPI da Pedofilia, de Lígia de França Carvalho Fonseca (2015), que analisou os discursos da Frente Parlamentar da Agropecuária, de Luís Augusto Bittencourt Minchola (2020), que analisou o processo de elaboração da nova Lei de Migração e de Júlia Dalla Costa (2020), que estudou a CPI Funai/Incra.

Desta forma, etnografias do processo legislativo revelam muito sobre os diferentes projetos, agendas, conexões e negociações que acontecem dentro das Casas Legislativas, que

apesar de serem munidas de Sistemas como o SAPL, ainda externalizam pouco sobre o seu funcionamento, fluxos e manobras que acontecem diariamente na instituição.

Sprandel (2021) demonstra que “a tramitação de um projeto de lei é fortemente influenciada pelas relações que acontecem nos corredores, plenários, gabinetes, ante salas e gramados do Congresso Nacional” (p. 9). Ao analisar uma das pautas escolhidas nesta pesquisa, percebemos que a relação de um vereador que estava atuando como relator da CCJ foi extremamente cuidadosa e atenciosa ao se deparar com um projeto de lei de autoria de uma vereadora que tem muitos princípios e visões de mundo em comum. Houve um apoio para que o projeto de lei não fosse considerado inconstitucional e notamos isso através da confecção de dois pareceres, um modificativo e outro supressivo, para que a tramitação do projeto seguisse seu fluxo, além da utilização das palavras contidas nos documentos e posteriormente, utilizadas em Plenário, no dia da votação do mesmo projeto de lei.

Além disso, uma etnografia voltada para a tramitação de matérias em lugares como a CMJP também pode revelar ritmos, temporalidades e um valor central desse mundo institucional: a rotina de um espaço local, não apenas através das relações com interlocutores, mas também a partir do acesso a documentos:

Se a característica da etnografia é produzir conhecimento em contexto, há que considerar que os conhecimentos locais com os quais estamos lidando têm localização e condições de produção que não pertencem apenas ao mundo das relações face a face ou aos imponderáveis da vida cotidiana a que se referia Malinowski. Os arranjos socioespaciais são distintos, não há um ambiente social totalizante em que se possa passar longo tempo convivendo com estes interlocutores a fim de capturar o ponto de vista nativo, mesmo se o colocarmos no plural (TEIXEIRA, CRUVINEL E FERNANDES, 2016, p. 8)

No Brasil, Mariza Peirano é pioneira no tipo de investigação que examina tanto a produção como os significados dos documentos. Teixeira, Cruvinel e Fernandes (2016) complementam que é impossível fazer etnografia em instituições públicas sem considerar os vários registros escritos, ou seja, os documentos (atas, relatórios, decretos etc.). Assim, documentos passam a ser parte importante das pesquisas, pois “são artefatos de práticas de conhecimento moderno que, por sua vez, definem a própria prática etnográfica – produtora por excelência de práticas singulares de criar documentos: as etnografias”, Annelise Riles (2006).

Segundo Potechi (2019), para analisar documentos é necessário atentar para o seu conteúdo (pelo que descrevem e quais termos são usados para isso), sua forma (como são escritos, negociados, modificados) e seu papel no processo legislativo. Isto porque, documentos do mesmo tipo podem descrever momentos diferentes de uma mesma ocasião a partir do registro de ângulos/perspectivas diversas.

Sabendo que a categoria documentos é vasta, e que a partir dos anos 2000 foi considerada como “objeto de atenção etnográfica” (RILES, 2006; GUPTA, 2012; NAVARO-YASHIN, 2007; LOWENKRON, FERREIRA, 2014), para fins deste trabalho, utilizarei as propostas legislativas, emendas, requerimentos, registros de atos da presidência e de reuniões, pautas, atas, notas taquigráficas³⁵, listas de presenças, bem como o próprio diário de campo e outros documentos redigidos por parlamentares e/ou que tenham sua autoria encontrados no SAPL da CMJP.

Usando a pesquisa realizada por Potechi (2019) sobre a formulação da categoria jurídica mulher a partir da tramitação do PL 1399/2003 intitulado “Estatuto da Mulher” na Câmara dos Deputados como referência, pretendo analisar os documentos separando-os em duas categorias: a primeira é composta por documentos que descrevem uma ação ou proposta e a segunda é voltada para documentos que registravam ações. Ou seja: os documentos que contém ações incluem propostas e podemos citar como exemplo os projetos de lei. E os documentos que registram ações são aqueles onde encontramos discursos, resultados, listas de presença, como as atas de Sessões.

Analisados em conjunto, esses documentos nos permitem ver para além do que está escrito em um ou em outros, apenas: podem se contradizer, conter dados intencionais ou não, apresentar ausência de informações, trazer uma leitura diferente do mesmo acontecimento ou quais as artimanhas legislativas utilizadas. A sua análise também pode demarcar as diferenças entre documentos do mesmo tipo, podendo conter e descrever momentos diferentes de uma mesma sessão ou reunião, bem como a intencionalidade dos movimentos e ações feitas na CMPJ.

Assim, grande parte deste trabalho etnográfico foi feito a partir da análise de documentos encontrados, checando através destes também se houve audiência pública sobre os temas propostos, quais foram as palavras e termos utilizados nos discursos orais e escritos

³⁵ Notas taquigráficas começam com o Presidente da sessão abrindo a reunião, e contêm os discursos proferidos pelos presentes durante aquela reunião.

pelos/as vereadores/as, entre outras informações importantes para a estruturação desta etnografia. Poderei utilizar também referências visuais e audiovisuais, pois quando necessário, recorrerei ao canal oficial da Câmara no YouTube e as redes sociais dos/as parlamentares em destaque.

Para que fosse viável o desenvolvimento desta pesquisa, defini o ano de 2016 como marco inicial das buscas dos documentos no SAPL, devido a todo processo de golpe sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff ao ser afastada da Presidência. E aqui cabe um parênteses: as ofensivas antigênero não começam neste período, pois diversos/as autores trabalham com a perspectiva de considerar o ano 2014 muito importante para a discussão dessas questões devido a construção do Plano Nacional de Educação (PNE) e todo ativismo político conservador para a retirada do termo “gênero” do documento. É um momento importante, pois, após essa “conquista”, vários outros Planos de Educação nos Estados e Municípios foram alterados.

Entretanto, o que nos interessa aqui é o movimento de produção, protocolo, votação e toda a justificativa utilizada para defender matérias legislativas. Sendo assim, o marco temporal se estica para 2016 pela força simbólica contida nos discursos dos Deputados, que aproveitam o espaço institucional e legislativo para atacar a primeira mulher eleita como presidente do país e para retirá-la do poder em nome de suas “famílias” e da “nação”.

Desta forma, serão analisadas as seguintes informações: quem são os/as autores/as das matérias mais polêmicas, como se dá a tramitação de matérias legislativas e a sua votação em Comissões, se houve ou não a realização de Audiências Públicas e/ou Sessões Especiais, como se deu a cobertura midiática e repercussão nas redes sociais sobre o tema tratado na matéria legislativa, entre outros movimentos importantes a partir dos documentos.

Levando em consideração que os discursos que serão analisados vêm de um espaço de poder – o legislativo municipal – e é proferido, escrito e sugerido por interlocutores de um campo *up*³⁶, compreendemos que existem impactos diversos sobre o comportamento de indivíduos da sociedade civil. Além disso, o seu alcance, capilaridade e agilidade para circular na cidade - principalmente agora, com a internet a nossa disposição – é um importante fator a ser levado em consideração. De onde vem, como circulam e que impactos causam ou podem

³⁶ Interlocutores privilegiados política ou economicamente, em termos de trajetória familiar ou de ocupação de cargos de poder e que, por isso, seus discursos são considerados importantes por boa parte da população. Médicos, prefeitos e engenheiros são exemplos de interlocutores *up*.

causar dentro e fora da Câmara são preocupações despertadas a partir do contato com os documentos legislativos.

Por isso, ocupar uma cadeira num espaço como a Câmara Municipal dá muito poder e segurança para que vereadores/as propaguem ideologias que acabam repercutindo na vida de muitas pessoas. Quando estes espaços, somados às mídias, jornais e redes sociais são utilizados por representantes políticos para discursarem, determinadas condutas são autorizadas e transformadas em dispositivos de controle (RUBIN, 2017), causando pânico moral na sociedade a partir de informações que não são verdadeiras.

Devido a toda valorização e tempo disponíveis para o discurso oral dos vereadores/as, neste trabalho busco considerar a perspectiva foucaultiana de discursos, compreendendo que estes são materializados como um instrumento de organização funcional que pretende estruturar determinado imaginário social:

O discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica é, antes, um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (FOUCAULT, 1996, p. 9 e 10).

Desta forma, a aprovação de projetos de lei ainda continua sendo um dos resultados mais importantes a serem considerados nesta pesquisa, isto porque tanto o protocolo de matérias propositivas quanto a sua aprovação são considerados verdadeiros índices de produtividade dos mandatos e da CMJP.

Encontramos no SAPL, por exemplo, diversos relatórios que buscam facilitar as pesquisas destes números, tais como: normas publicadas por mês, normas por vigência, estatísticas de acesso a norma e normas por autor. E ao final de cada ano, o presidente da Câmara se ocupa de fazer um discurso de avaliação do ano legislativo, para encerrar os trabalhos em plenário, e destaca o número de matérias apreciadas na CMJP. Para se ter ideia, em 2021, foram apreciadas 20 mil matérias³⁷.

Para além da quantidade de matérias legislativas produzidas pela CMJP, é preciso considerar que dentro do levantamento total há matérias que foram aprovadas, arquivadas,

³⁷ Ver mais em:

<https://www.joaopessoa.pb.leg.br/noticias/2022/01/presidente-destaca-apreciacao-de-mais-de-20-mil-materias-e-aproximacao-com-o-povo/>.

vetadas e que ainda estão sendo analisadas pelas relatorias das Comissões. E dependendo da pauta, do contexto e de como o tema pode ser basilar para o mandato de algum vereador, não é necessário a sua aprovação para que haja sua implementação informal na sociedade.

Como exemplo, podemos citar a criação da Plataforma Alô Educação, pela vereadora Eliza Virgínia. O site serve como canal de recebimento de denúncias de estudantes que identificam nas suas escolas educadores que estão “doutrinando” - o que segundo narrativas conservadoras diz respeito a falar sobre identidade de gênero, orientação sexual, comunismo, pluralidade religiosa, entre outros assuntos.

A plataforma não é mantida com dinheiro público, nem tem ligação com instituições como o Ministério Público, por exemplo. Mas, a partir das denúncias, a vereadora e seu mandato podem elaborar discursos voltados para a perseguição de educadores, além de reforçar o quanto absurdo é um ambiente escolar que respeita a liberdade de cátedra dos profissionais, por exemplo.

Neste caso, uma ação retroalimenta outra, gerando internamente na CMJP pautas, discursos e matérias legislativas, e externamente, a certeza que mesmo não conseguindo aprovar essas matérias, a vereadora continua alinhada a expectativas da sua base de eleitores, lutando pela implementação de uma ética unitária sobre uma sociedade totalmente diversa.

Num sentido comum, parece razoável supor que o Estado é uma entidade especial, independente e autônoma que oculta a realidade da vida política e impede os nossos esforços de desmascará-lo. Mas, a coisificação do Estado, no final das contas, atrapalha o estudo de problemas sobre o poder político.

Para compreender a estrutura estatal é necessário fugir dessas concepções e atentar para o processo de legitimação do poder, assim como Abrams (2015) aponta. É este processo que projeta a imagem do Estado como uma entidade supostamente desinteressada e acima das lutas sociais e dos interesses particulares/privados de quem o compõe.

E para compreender esse processo, devemos levar em consideração - como antropólogos/as e interessados/as nas temáticas acerca do estado, do poder e das instituições - que é possível e necessário usar a etnografia como método para teorizar (LIMA, 2016) o que nos dará pistas de como percorrer esse caminho: a vivência, experiência, rotinas, relações, discursos, comportamentos e padrões daqueles fazem a manutenção da máquina estatal a partir das suas práticas.

Sabe-se que é necessário a contrução de etnografias que levem em consideração o que técnicos/agentes fazem, mas chamo atenção aqui também para o importância de pesquisar tendo como interlocutores/as aqueles/as que tomam decisões e que usam a estrutura estatal a seu favor.

A pesquisa em um “campo minado de poder” onde, segundo Nascimento (2010), “o etnógrafo se torna particularmente sujeito à censura ou controle pelos ‘poderosos’, o que torna ainda mais difícil a pesquisa pois no Brasil, há pouco debate sobre as dificuldades etnográficas de trabalhar com os detentores de poder (...)" (p.71), é essencial para revelar qual a matéria-prima utilizada para a manutenção dessa ideia de estado - vista como uma espécie de exoesqueleto - e como os/as interlocutoras/es desta pesquisa trabalham diariamente para fortalecê-lo.

Na próxima seção, pretendo expor alguns caminhos e fluxos que as matérias legislativas precisam seguir até que seja apreciada pelos vereadores na CMJP. Como veremos, é necessário que se obedeça a uma série de rituais institucionais desde o protocolo de uma proposta até a sanção do Prefeito para sua posterior implementação. Desta forma é importante destacar aqui brevemente como se dá o funcionamento da Câmara e quais os fluxos que uma proposta segue até ser votada numa Sessão Ordinária.

2.4 Fluxos institucionais na CMJP

Primeiro, é importante destacar que o Plenário é o órgão deliberativo e soberano da CMJP e é constituído pelos vereadores. Sendo assim, toda matéria que será sujeita à apreciação e votação chegará ao Plenário em forma de proposição, e podem ser de diferentes espécies: Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município, Projeto de Lei Complementar (PLC), Projeto de Lei Ordinária (PLO), Projeto de Resolução, Projeto de Decreto Legislativo, Indicação, Requerimento, Emendas, Subemendas, Veto, Lei Ordinária, Lei Declarada, Medida Provisória, Substitutivos, Recursos e Projetos de Códigos. As proposições podem ser de autoria de vereadores/as, da Mesa Diretora, do Executivo Municipal, das Comissões e dos/as cidadãos/ãs (que são encaminhadas para que um/as vereador/a formalize e apresente-a).

Para fins deste trabalho utilizarei como documentos centrais quatro Projetos de Lei Ordinária (PLO), de autoria de dois vereadores e de uma vereadora. Este tipo de proposição serve para regular matérias que são da alçada da CMJP e precisam da sanção do Prefeito para

serem publicadas no Diário Oficial do Município e consequentemente, implementadas pelos órgãos e setores competentes.

Depois de escrita, com termos explícitos e sintéticos, as proposições legislativas são enviadas pelos gabinetes dos/as vereadores/as à unidade técnica legislativa através do SAPL. Por isso que é no SAPL que encontramos todas as diferentes matérias, solicitações e registros de sessões que tramitam dentro da CMJP.

Após esse processo, o projeto de lei de autoria de um/a vereador/a é lido no Plenário pelo Secretário da Mesa Diretora durante o Pequeno Expediente, e é encaminhado às Comissões Permanentes da CMJP que darão seu parecer sob a proposição, permitindo a sua inclusão na Ordem do Dia. Só neste momento é que a matéria estará pronta para ser apreciada pelos/as legisladores/as presentes na Sessão.

Para melhor compreensão dos termos do parágrafo anterior, podemos dizer que existem cinco tipos diferentes de Sessões realizadas na CMJP: ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e secretas. A Sessão Ordinária é voltada para o trato das proposições submetidas e é organizada da seguinte forma: 1) pequeno expediente, 2) ordem do dia, 3) grande expediente e 4) explicação pessoal. Como citado, durante o Pequeno Expediente são aprovados documentos como a ata da Sessão anterior e outros enviados pelo poder Executivo. Após isso, é feita a leitura das emendas das matérias legislativas que chegaram à mesa.

Durante a Ordem do Dia, são discutidas e votadas as proposições. Inclusive, isso acontece geralmente apenas uma vez por semana, mesmo a CMJP realizando, normalmente, duas Sessões Ordinárias semanais. Para que aconteça, é verificado se há no Plenário o “quórum” ou a quantidade mínima da maioria absoluta de vereadores/as. Existe uma ordem na organização das proposições que serão encaminhadas e estas precisam ter sido incluídas com antecedência de 24 horas do início da Sessão. A Ordem do Dia é a segunda parte da Sessão Ordinária que dispõe de mais tempo, logo após o Grande Expediente.

No Grande Expediente, são destinados no máximo 1h30min para que os/as parlamentares se pronunciem. Cada um/a pode usar da palavra por no máximo 10 minutos para apresentar projetos ou requerimentos e se posicionar sobre um assunto de livre escolha. É necessário estar inscrito em livro especial para participar deste momento. Além disso, é de escolha dos/as inscritas cederem seu tempo para outro/a parlamentar inscrito/a. Percebemos aqui a importância dada aos discursos orais dos/as vereadores/as a partir da organização de uma Sessão Ordinária, tendo em vista que a maior parte desta é usada para discursarem sobre

qualquer tema, baseados em fatos e dados científicos ou com a intenção de causar pânico moral na sociedade. Neste momento ouvimos de tudo. Para se ter ideia, ilustro essa parte da Sessão Ordinária com recortes do discurso do vereador Tarcísio Jardim, ao falar sobre uma das operações policiais ocorridas no Rio de Janeiro, no mês de maio de 2022:

[Vereador Tarcísio Jardim diz:] Eu hoje estou como vereador aqui de João Pessoa, eu estou na camada política, mas eu sou policial, eu sou um integrante das operações especiais e não posso me eximir jamais das minhas essências. E hoje eu vejo indiscriminadamente uma mídia que trabalha dia e noite para inverter os valores da sociedade. (...) Será que para marginal existe Estado democrático de direito e para a Polícia é o sistema acusatório? Porque é o que eu vejo. Policial que morre numa briga corporal, como foi o caso dos PRFs do Ceará, morreram por quê? Porque tem medo de atirar, tem medo de ser denunciado por assassinado, por homicídio, tem medo de responder processo administrativo disciplinar, tem medo de responder por abuso de autoridade, são tantas e tantas e tantas outras regras e remédios constitucionais para crucificar o trabalho da Polícia, mas para melhorar não tem nenhum. Então, sociedade, abra o olho, porque a Polícia é a única barreira entre o caos e a ordem, e no dia que os lobos pararem de patrulhar os campos, as ovelhas começarão a ser abatidas aos montes, e essas ovelhas são vocês. (...) Quero também agradecer ao presidente Jair Bolsonaro, que em suas redes sociais parabenizou a ação dos policiais no Rio de Janeiro, e que sirva de exemplo, que marginal que atira para matar tem que levar tiro para morrer. E não existe meio termo nessa guerra não: ou é o bem ou é o mal. (JOÃO PESSOA, 2022, p. 18 e 19).

Além de dispor do Grande Expediente para falarem o que consideram relevante para seus mandatos, a Sessão Ordinária ainda dispõe de um momento voltado para a manifestação dos/as vereadores/as sobre atitudes pessoais. São mais 10 minutos para a conta do tempo que pode ser usado para que eles discursem.

As Sessões Extraordinárias, por sua vez, são um tipo de complemento das Sessões Ordinárias, marcadas em dias e horas diversos das Sessões Ordinárias. Enquanto isso, as Sessões Especiais existem para apreciar relatórios de CPI, para que aja o debate e/ou palestras sobre temas voltados ao interesse público e/ou para ouvir e debater com o Prefeito da cidade, quando é convocado pela CMJP.

Outra importante informação sobre o funcionamento da CMJP diz respeito às Comissões Permanentes Ativas. Atualmente, existem quatro: a Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa (CCJ), a Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública (CFO); a Comissão de Políticas Públicas (CPP); e Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor (CDC). Todas são de natureza técnico legislativa e tem o objetivo de analisar mais a fundo as matérias, investigar possíveis infrações político-administrativas e emitir pareceres para serem apreciados em Plenário.

Todas as matérias precisam passar pela CCJ e depois, dependendo do tema tratado ou do seu mérito, ela deve passar pelas demais Comissões. Existem também as Comissões Especiais, que são instituídas provisoriamente, com prazo para existir e deliberar. Alguns exemplos são as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), a de Estudos, a Processante e a de Representação.

Caso sejam reprovadas, as propostas podem ser arquivadas. E nos casos de matérias que precisam da sanção do Prefeito, como o PLO por exemplo, depois de aprovadas na Casa elas seguem para o Executivo que tem o poder de sancionar ou vetar a matéria. Nestes casos, o presidente da Câmara tem até 10 dias úteis para enviá-la ao Executivo que por sua vez, tem até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la (total ou parcialmente). Passados os 15 dias e o Executivo não deu retorno, é compreendido sua sanção e cabe ao Presidente da CMJP promulgar a lei, segundo o artigo 166, parágrafo único do Regimento Interno. Havendo o voto do Prefeito, a matéria deve, mais uma vez, retornar à CMJP para que os/as vereadores/as votem pela manutenção ou derrubada do seu voto.

Para fins desta pesquisa, o site da CMJP e o SAPL foram as principais fontes. No site da CMJP encontrei o Regimento Interno de funcionamento da Casa, bem como informações sobre parlamentares e notícias. No SAPL encontramos todos os documentos necessários protocolados, sendo estes as minutas de projetos, atas das sessões, relatórios sobre normas, entre outros documentos.

Utilizo os PLO's como documentos centrais, devido seu objetivo enquanto matéria, e a partir da pesquisa destes, farei um mapeamento de projetos encontrados, para à frente, selecionar temas importantes para a estruturação da pesquisa. Além dos PLOs, utilizarei também as atas de Sessões Ordinárias e Especiais, pareceres de Comissões, listas de presença dos/as vereadores em cada um destes momentos, entre outros documentos.

E, para conseguir acessá-los é necessário utilizar o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). Como esta pesquisa pretende ser uma etnografia do processo legislativo a partir dos documentos, exponho na sequência o caminho percorrido no SAPL para conseguir encontrar os projetos e após isso, baixar os documentos necessários para a análise encontrada no capítulo 3.

2.5 O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) é um software alimentado pelas Câmaras com informações sobre projetos de lei, Mesa Diretora, Comissões, Ordem do Dia, atas, entre outras informações do Poder Legislativo Municipal. A ideia é colaborar com a transparência das Casas, porque permite que qualquer pessoa acesse e conheça a produção legislativa de todas/as parlamentares – principal atividade do legislativo.

No site da CMJP, encontramos na lateral direita o botão “SAPL Interlegis”, logo abaixo da barra de pesquisa. Outra forma de acessá-lo é através do menu principal, clicando em “Atividade Legislativa” e depois em “SAPL”.

Ao acessar o SAPL, encontramos a seguinte tela:

Imagen 1 - Plataforma SAPL da CMJP.



Fonte: Captura de tela feita pela autora do site da CMJP.

Cada seção deste menu é constituída por informações que foram úteis para a realização desta pesquisa. Da esquerda para a direita, na primeira linha, temos o botão que nos leva a obter informações sobre a Mesa Diretora. Lá, encontramos informações sobre o órgão colegiado, que é composto por no mínimo três membros: presidente, 1º e 2º secretários/as. Estes representantes têm a função de dirigir os trabalhos legislativos e são eleitos/as a cada biênio. Ao entrar nesta seção, é possível pesquisar a Mesa Diretora de acordo com a legislatura e Sessão Legislativa. Também encontramos os perfis dos/as vereadores eleitos/as, com seus respectivos cargos.

No botão “Comissões” encontramos informações sobre a finalidade e composição de Comissões Permanentes ou Temporárias ativas na CMJP. Cada Comissão tem sua função específica e no geral funcionam como órgãos que prestam esclarecimentos aos parlamentares para tomada de decisão, pois devem elaborar estudos, pareceres e investigações sobre possíveis irregularidades encontradas nas matérias legislativas. Neste local, encontramos informações sobre o total de Comissões, tipos, data de criação e se está ativa ou não. Além disso, acessamos os dados complementares de cada uma, como a sua composição, as matérias em tramitação e sua situação ou *status*.

Em “Parlamentares”, podemos acessar mais informações sobre cada um/a dos/as vereadores/as, de acordo com o período de atuação de cada mandato. Atualmente estamos na 18ª legislatura, iniciada no ano de 2021 e finalizada no ano de 2024 e temos um total de 27 vereadores/as titulares e ativos/as. Nesta seção também é possível ter acesso sobre os mandatos do/a parlamentar, as suas filiações partidárias, as Comissões por onde já passou, entre outras informações.

Na seção Pautas das Seções encontramos o registro das matérias que serão discutidas e votadas, ou seja, que estarão na Ordem do Dia. Quem elabora e define as pautas, segundo o Regimento Interno, é a Mesa Diretora, representada pela figura do Presidente. Encontramos também as matérias que serão debatidas e votadas nas reuniões das Comissões.

Em Sessão Plenária, podemos pesquisar por ano, mês, dia e tipo as reuniões públicas que aconteceram na Casa. Como explicitado acima, são realizadas diferentes tipos de Sessões, dentre elas as Ordinárias, Extraordinárias e Especiais. Ao fazer a pesquisa e encontrar a Sessão procurada, nos deparamos com novas informações: como o relatório da sessão, a Ordem do Dia, as matérias do expediente, lista de presença e um resumo com as informações mais básicas.

Aproveito aqui para pontuar duas observações: a primeira é voltada para a produção legislativa da Casa. Podemos dizer que por Sessão Ordinária temos por volta de 80% de matérias sobre requerimentos e indicações do poder legislativo para o Executivo. Ou seja: são pedidos para realização de obras e serviços de infraestrutura, limpeza, iluminação nos bairros, e também pedidos de votos de aplauso a instituições e pessoas que tiveram algum destaque para o mandato. Essas matérias não são lidas durante as Sessões, pois pela quantidade, seria inviável realizá-la em 2 horas e meia. Por isso, são votados por blocos, logo no início da Sessão.

É através dos requerimentos e indicações que os/as vereadores/as demonstram preocupações com seus/as eleitores/as, destacando regiões, bairros e lugares que precisam de mais atenção do Poder Executivo, já que a realização de obras, por exemplo, não cabe ao Poder Legislativo. Seria interessante entender também qual a relevância dessas matérias para o poder executivo, e se este consegue acompanhar as demandas e se inteirar do que acontece nos bairros da cidade.

Na seção Matérias Legislativas podemos buscar o que anda sendo produzido na Câmara a partir de expressões na ementa, número da matéria, ano, autor, partido, status e também definimos a ordem de como os resultados são mostrados. É possível também buscar matérias de origem externa a CMJP.

Em Normas Jurídicas encontramos as emendas à Lei Orgânica do Município, as Leis Complementares, as Ordinárias, aos Decretos e Resoluções. Essa foi uma das seções que não utilizei para fins deste trabalho.

E por último, encontramos informações estatísticas sobre produção legislativa dos parlamentares e da Casa, atas e outros dados na seção Relatórios.

2.6 Mapeamento dos projetos de lei

Após uma intensa navegação pelo site da CMJP e pelo SAPL, chego a definição do que será investigado mais de perto nesta pesquisa: três PLO's, sendo que três serão analisados em bloco por trazerem ao Plenário a mesma discussão. A análise partirá de projetos de lei ordinária por entender que são proposições importantes de competência dos/as vereadores/as, pretendem legislar sobre temas gerais e precisam da sanção do Prefeito para serem implementados como políticas públicas no município.

Reforço que estes não serão os únicos documentos analisados, pois utilizarei as atas, listas de presença e requerimentos. Bem como também as redes sociais dos vereadores/as e da CMJP, o canal do YouTube e matérias de jornais quando foi necessário.

É importante dizer também que as buscas no SAPL foram pelas matérias legislativas que abertamente são ataques ao gênero, escritas, portanto, com um viés conservador e desconsiderando os avanços e conquistas dos movimentos sociais dos últimos anos no Brasil.

Inclusive, matérias com esse teor foram encontradas em maior número do que matérias que visam ampliar os direitos sexuais e reprodutivos já alcançados.

A busca por matérias legislativas foi feita a partir do uso das palavras-chave: gênero, aborto, reprodução, nascituro, aborto, sexo, sexualidade, homossexualidade, neutra/o, educação, ideologia, escola, mulheres, homens, lgbt+, gay, lésbica, transsexual, travesti, bissexual junto com a definição do período de tempo. Compreendo que, inicialmente, estive buscando matérias que pretendiam censurar, barrar ou retroceder direitos e avanços conquistados pelos movimentos feministas e LGBTQIAP+ e por isso, passei por centenas de projetos de lei durante o período da pesquisa que estive utilizando o SAPL para fazer essas buscas. Mas também destaco as tentativas ou aprovações que procuram garantir direitos e a não limitar a educação, por exemplo.

À medida que encontro as matérias, registro na tabela a seguir. Mais à frente, farei um recorte mais específico das matérias e só depois, identifico as que serão analisadas e as classifico como matérias do tipo ofensivas antigênero, assim como Moura e Silva (2020) sinalizam na sua pesquisa. No arquivo abaixo encontraremos as palavras-chave utilizadas ao lado dos resultados da busca, com o número total de matérias encontradas e a especificação das matérias que interessam para esse trabalho com seu respectivo número, autoria, ano de protocolo e status:

Tabela 2: Lista de projetos de lei, entre 2016 e 2022, encontrados no SAPL da CMJP.

Palavras-chave	Matéria e ementa	Autoria	Ano	Status
Gênero 14 matérias encontradas, dentre elas, algumas sobre gênero alimentício ou esportivo	531/21 - Dispõe sobre a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a gênero e orientação sexual, ou a movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes no município de João Pessoa.	Carlão Pelo Bem	2021	Veto do Executivo rejeitado em Plenário
Bônus: Em 2013 foi encontrado um PLO sobre educação para igualdade de gênero na rede	892/2018 - Determina a instalação de mecanismo de proteção e segurança nos computadores e/ou equipamentos de informática instalados nas escolas localizadas no município de João Pessoa,	Bruno Farias	2018	Lei

<p>de ensino municipal, de autoria de Flávio Maroja. Em 2008, reconheceu-se a utilidade pública do grupo Maria Quitéria. Lei de autoria de Paula Fransinete.</p>	<p>visando proteger estudantes dos conteúdos como pornografia, erotização, apologia e/ou estímulos à violência, consumo de drogas ilícitas, ideologia de gênero e outros temas maléficos à família.</p>			
<p><i>Sexualidade</i> Apenas uma matéria encontrada</p>	<p>514/2017 - Dispõe sobre a proibição do ensino de ideologia de gênero e distribuição de material didático com conteúdo impróprio para crianças e adolescentes em âmbito escolar</p>	<p>Carlão Pelo Bem</p>	<p>2017</p>	<p>Arquivada</p>
<p><i>Sexo</i> Oito matérias encontradas. Bônus: encontramos dois requerimentos do ex-vereador Tibério Limeira solicitando a implantação de vestiários na CMJP observada a separação de sexos.</p>	<p>583/2021 - Dispõe sobre a proibição de transexuais competirem em equipes distintas do seu sexo biológico no município de João Pessoa. Basicamente é o mesmo projeto que foi apresentado em 2019.</p>	<p>Eliza Virgínia</p>	<p>2021</p>	<p>Em pauta - contrário</p>
	<p>1147/2019 - Dispõe sobre a proibição de transexuais competirem em equipes distintas do seu sexo biológico.</p>	<p>Eliza Virgínia</p>	<p>2019</p>	<p>Arquivado</p>
	<p>1575/2016 - Dispõe sobre o desembarque de pessoas do sexo feminino, usuárias do transporte público coletivo, e altera a lei nº 1.824/2013.</p>	<p>Lucas de Brito</p>	<p>2016</p>	<p>Aprovado</p>
<p><i>Aborto</i> Quatro matérias encontradas. Bônus: em 2007 encontramos a formação de</p>	<p>566/2021 - Inclui no anexo único da lei ordinária nº 13.768/2019, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados, o dia 07 de outubro como “o dia do nascituro e de conscientização sobre os riscos do aborto no município de João Pessoa.</p>	<p>Eliza Virgínia</p>	<p>2021</p>	<p>Lei</p>

uma Frente Parlamentar Contra o Aborto através da aprovação de uma projeto de resolução de autoria do vereador Padre Adelino. No mesmo ano, foi aprovado também o requerimento para debater a descriminação do aborto, do vereador Watteau Ferreira Rodrigues (PCdoB).	29/2021 - Dispõe sobre a exigência para que a rede hospitalar da circunscrição do município de João Pessoa implante programas de acompanhamento, orientação e informação sobre as suas consequências do aborto, à gestantes que estejam autorizadas legalmente à sua prática.	Carlão Pelo Bem	2021	Pedido de Vistas
	1654/2019 - Inclui no anexo único da lei nº 13.768 de 04 de julho de 2019, que consolida as datas comemorativas, eventos e feriados, semana municipal de conscientização antiaborto, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de maio.	Raíssa Lacerda	2019	Arquivado
	168/2017 - Dispõe sobre o atendimento e acompanhamento psicológico para as mulheres gestantes que tenham a confirmação da ocorrência de natimorto, óbito fetal e/ou abortos espontâneos pelas maternidades públicas e privadas e pelas unidades (postos) de saúde no município de João Pessoa.	Eduardo Carneiro	2017	Inconstitucional
<i>Conservador; conservadorismo</i>	793/2021 - Dispõe sobre a inclusão no calendário de eventos da cidade de João Pessoa o dia do conservadorismo.	Eliza Virgínia	2021	Relator
Linguagem neutra Três matérias encontradas	394/2021 - Dispõe sobre a vedação do uso de novas formas de flexão neutralizadora de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas no país e aprovadas pela comunidade lusófona, no município de João Pessoa.	Coronel Sobreira	2021	Relator
	2284/2020 - Estabelece o dia 05/05 como o dia municipal de valorização da língua portuguesa e cria medidas protetivas ao direito dos estudantes ao aprendizado de acordo com a norma culta e	Eliza Virgínia	2020	Veto Total

	orientações legais de ensino.			
	976/2022 - Dispõe sobre a proibição da "linguagem neutra" no âmbito do município de João Pessoa.	Eliza Virgínia	2022	
<i>LGBT, LGBTQIA+, gay, lésbica, assexual, transexual, travesti</i>	Encontrei apenas requerimentos, indicando que o Poder Executivo: discuta políticas de cidadania LGBT (6681/2017); construção e instalação do centro de cidadania para população LGBT (26679/2018); suporte alimentar e financeiro a pessoas trans e travestis em situação de risco ou vítimas de agressão física em âmbito familiar (45802/2020). Só nos anos anteriores, 2011 e 2015, temos matérias sobre nome social e formação de Conselho LGBT na cidade.			
<i>Escola</i> 483 matérias encontradas Bônus: a cada ano o número de matérias aumenta e em 2021 tem quase o dobro da quantidade de matérias de 2020	1344/2016 - Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino de João Pessoa , o "Programa Escola sem Partido".	Eliza Virgínia	2016	Inconstitucional
	437/2017 - Dispõe sobre a propositura do ensino de noções básicas sobre a lei Maria da Penha nas escolas do município de João Pessoa.	Sandra Marrocos	2017	Lei
	301/2017 - Institui a "Escola Livre" no município de João Pessoa.	Sandra Marrocos	2017	Arquivada
	18/2017 - Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o “Programa Escola sem Partido” e dá outras providências.	Eliza Virgínia	2017	Inconstitucional
	877/2018 - Estabelece diretrizes para a política de combate à violência nas escolas da rede pública municipal de ensino, e dá outras providências.	Bruno Farias	2018	Arquivado
	834/2018 - Institui a semana de conscientização da exploração sexual infantil e combate aos crimes de internet nas escolas da rede municipal de ensino do município de João Pessoa.	Raíssa Lacerda	2018	Lei

	1396/2019 - Propõe a leitura bíblica nas escolas públicas e privadas do município de João Pessoa e dá outras providências.	Carlão Pelo Bem	2019	Relatoria
	1113/2019 - Institui a obrigatoriedade de monitoramento eletrônico nas escolas municipais de João Pessoa e dá outras providências.	Eliza Virgínia	2019	Arquivado
	1092/2019 - Dispõe sobre a criação de normas administrativas de segurança nas escolas municipais de João Pessoa e dá outras providências.	Eliza Virgínia	2019	Lei
	2086/2020 - Autoriza as escolas da rede municipal de ensino a receber oficinas culturais e artísticas promovidas por igrejas de qualquer seguimento religioso.	Renato Martins	2020	Arquivada
	1985/2020 - Institui o programa de formação continuada de docentes para a promoção da igualdade racial e combate à discriminação nas escolas da rede municipal de ensino na cidade de João Pessoa.	Marcos Vinícius	2020	Arquivada
	706/2021 - Dispõe sobre a inclusão do ensino religioso na matriz curricular do ensino fundamental das escolas públicas no município de João Pessoa, e dá outras providências.	Carlão Pelo Bem	2021	Relator
	344/2021 - Inclui no anexo único da lei ordinária nº 13.768/2019, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados, dia temático de conscientização e enfrentamento do feminicídio nas escolas públicas e privadas do município de João Pessoa.	Dinho	2021	Relator
	224/2021 - Institui o programa “escola em família” nos estabelecimentos de ensino da rede municipal de educação.	Marcílio do HBE	2021	

Fonte: Elaborada pela autora, com base no SAPL do site da CMJP.

Algumas palavras-chave não aparecem na tabela acima, pois na pesquisa não foram encontrados PLO's que a apresentavam no seu texto. Além disso, existem matérias que se encaixariam em mais de uma palavra-chave. Desta forma, na tabela acima apresento os projetos que trazem avanços para a política municipal em relação a gênero ou sexualidade, bem como os que expõem os retrocessos - que como podemos ver, compõem a maioria dos trabalhos legislativos.

Depois de ler com mais atenção as ementas dos projetos e ao encontrar matérias que interessem para esta pesquisa, vou baixando os arquivos no seu texto original para ler posteriormente. Depois desse novo filtro, chego a uma lista de projetos mais resumida e direcionada para o interesse desta pesquisa. A lista é composta pelos projetos de lei marcados na tabela acima em negrito.

Desta forma, chegamos ao número de 20 PLO's que poderiam ser analisados e correspondem a fins desta pesquisa, pois seus conteúdos são voltados para tentativas de implementar o programa Escola Sem Partido, censurar o uso do termo “ideologia de gênero”, proibir o contato de crianças e adolescentes com qualquer expressão artística ou educacional que contenha a palavra gênero e que não são voltados para manutenção da família nuclear heterocisnormativa.

Após o mapeamento e leituras iniciais destes 20 projetos, cheguei a definição das pautas que serão analisadas. São três projetos de lei com o mesmo conteúdo: proibir o uso de linguagem neutra ou inclusiva em instituições educacionais de João Pessoa, sendo que dois deles são de autoria da vereadora Eliza Virgínia (PP), um protocolado em 2020 e outro em 2022, e terceiro é de autoria do vereador Coronel Sobreira (2021). Durante este período, houve também na Câmara uma Sessão Especial sobre o tema.

Entre 2016 e 2018, as narrativas eram muito voltadas para a tentativa de implementar o Escola Sem Partido, bem como censurar qualquer conteúdo que tenha a ver com gênero. De 2020 para cá, percebemos que há uma nova agenda sendo perseguida: o uso da linguagem neutra. Desta forma, este trabalho serve também para expor as bases dos argumentos utilizados, buscando identificar semelhanças e diferenças, e apontando a continuação das perseguições ao gênero, que trazem novos mecanismos e alvos.

Optei também por analisar não só projetos sancionados pelo Prefeito, pois é necessário discutirmos também que apesar de haver projetos considerados inconstitucionais ou arquivados no SAPL, seus conteúdos continuam sendo propagados na Câmara e fora dela, circulando em outros espaços da cidade. Em alguns casos, portanto, a manutenção da narrativa tem tanta eficácia quanto a aprovação de determinados projetos, pois, leva tempo para que políticas sejam implementadas pela gestão e depende da estrutura e dos recursos do poder público local para acontecer. Os discursos, por sua vez, circulam rapidamente, apontam culpados por determinados acontecimentos e podem ser facilmente manipulados, a exemplo do uso de fakes news nas últimas eleições presidenciais em 2018.

CAPÍTULO 3 - OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA CMJP

3.1 O legislativo municipal em foco

A partir dos anos 1990, como vimos até agora, as ofensivas antigênero foram sistematizadas e ao longo dos anos, ganharam muitos aliados. Na esfera legislativa, foco deste trabalho, a presença crescente e influente do neoconservadorismo religioso e grupos seculares levou a diversos confrontos de ideologias e visões de mundo sempre que mudanças legais em torno das políticas de gênero e sexuais eram propostas ou aprovadas.

Além de resultar em muitas obstruções, perseguições e circulação de discursos calcados em preceitos religiosos conservadores,

Estas condições políticas crescentemente desfavoráveis explicam porque, embora muitos projetos de lei de corte progressista tenham sido apresentados nesse período de quase três décadas, foi impossível alcançar reformas legais significativas, não apenas em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas, também, no que se refere à criminalização da homofobia e da transfobia, bem como a descriminalização do aborto (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 9).

Veremos neste capítulo como estas ofensivas são propagadas na Câmara Municipal de João Pessoa a partir de uma etnografia do processo legislativo com os documentos encontrados no SAPL. Focaremos em uma pauta crucial para este entendimento: a proibição da linguagem neutra ou inclusiva (desde 2020 até 2022) que vem sendo atacada com muita frequência nos últimos anos.

3.2 Balanços dos projetos de lei encontrados

Tendo em vista que foram mapeados desde 2016 pelo menos 20 PLOs e que todos poderiam ser analisados caso a caso, comprehendo que a cada ano as ofensivas foram ficando mais intensas à medida que as composições da CMJP foram sendo alteradas a cada eleição. Para termos ideia, em 2016, ano eleitoral, uma matéria foi encontrada sobre a implementação da Escola Sem Partido. Em 2017 e 2018, primeiros anos de mandato, encontramos cinco matérias, sendo duas delas em 2017 e três em 2018. Em 2019 tivemos quatro matérias, em 2020, outro ano eleitoral, apenas uma encontrada. Em 2021, primeiro ano de mandato desta

nova composição da CMJP - diga-se de passagem, a mais conservadora - e terceiro ano do governo Bolsonaro, temos nove matérias encontradas.

Em 2017, os temas tratados pelos PLO's giravam em torno da implementação do Escola Sem Partido e da proibição da ideologia de gênero nas Escolas. Nenhum dos projetos foi aprovado. Neste mesmo ano, encontramos também outras iniciativas progressistas, que também pretendiam legislar sobre as escolas. Um desses projetos foi aprovado e teve autoria da ex-vereadora Sandra Marrocos. Seu conteúdo trata de implementar o ensino sobre a Lei Maria da Penha nas escolas. Além desse projeto, Sandra protocolou outro, chamado Escola Livre, como uma reação ao Escola Sem Partido. E por fim, encontramos o PLO do ex-vereador Eduardo Carneiro sobre a disponibilização de atendimento psicológico para mulheres que tiveram um aborto. Tanto o Escola Livre quanto este último projeto não foram aprovados.

Em 2018, temos a aprovação do PLO do Vereador Bruno Farias sobre a instalação de mecanismos de segurança nos computadores das escolas, visando à “proteção” de estudantes em relação a vários conteúdos, como pornografia e “ideologia de gênero”. Também aparece outro projeto do mesmo vereador sobre estabelecimento de diretrizes para a política de combate à violência nas escolas da rede pública municipal de ensino - mas, esse não foi aprovado. Há, entretanto, a aprovação de um PLO da ex-vereadora Raíssa Lacerda sobre a instituição da semana de conscientização da exploração sexual infantil e combate aos crimes de internet nas escolas da rede municipal de ensino do município.

Em 2019 temos a aprovação do PLO de autoria da vereadora Eliza Virgínia, sobre a criação de normas administrativas de segurança nas escolas municipais. Além desta matéria encontramos outras três, que não foram aprovadas, com o intuito de legislar sobre a proibição de pessoas transexuais competirem em equipes distintas do seu “sexo biológico” (Eliza Virgínia), leitura bíblica nas escolas (Carlão Pelo Bem) e a criação da semana municipal de conscientização antiaborto (Raíssa Lacerda, ex-vereadora).

Em 2020, foi encontrada a primeira matéria protocolada sobre a proibição do uso da linguagem neutra nas escolas e em documentos oficiais do município, de autoria, mais uma vez, da vereadora Eliza. Mas, também outros dois projetos de cunho mais progressista: um sobre a possibilidade de as escolas receberem oficinas sobre qualquer religião (Renato Martins) e outro de autoria do ex-vereador Marcos Vinicius, sobre a criação de um programa de formação continuada de docentes para a promoção da igualdade racial e combate à discriminação nas escolas da rede municipal de ensino em João Pessoa. Nenhum dos dois foi aprovado.

Por último, encontramos em 2021 diversos ataques ao gênero e à sexualidade, mas até o momento, apenas dois deles foi aprovado, dentre eles, a criação do dia do Nascituro, de Eliza Virgínia. Além desta matéria, Eliza foi autora de mais duas: uma sobre a criação do dia do conservadorismo e outra com texto igual a matéria protocolada em 2019, sobre a proibição de transsexuais competirem em equipes distintas do seu “sexo biológico”. O vereador Carlão Pelo Bem neste mesmo ano, protocolou quatro matérias: uma que proíbe danças que aludam a sexualidade precoce de estudantes (de acordo com a ementa do projeto); outra que pretende implementar o estudo de religião no currículo escolar; outra sobre a exigência para que a rede hospitalar do município implante programas de acompanhamento, orientação e informação sobre as consequências do aborto a gestantes que estejam autorizadas legalmente à sua prática; e por último a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a gênero e orientação sexual, ou a movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes no município de João Pessoa - o segundo projeto protocolado em 2020 e que foi aprovado em 2022. Encontramos também a matéria de autoria do vereador Coronel Sobreira sobre o projeto Escola em Família.

Em resumo, de 2016 para 2022, dentre os projetos encontrados, quatro foram aprovados, se classificarmos estes como ofensivas ao gênero e a sexualidade. Destes, 1) um cria uma data comemorativa oficial no município sobre o Dia do Nascituro (Eliza Virgínia); 2) instala mecanismos de segurança nos computadores das escolas (Bruno Farias); 3) implementa diretrizes de segurança também nas escolas (Eliza); e 4) proíbe a publicidade através de veículos municipais que contenham alusão a gênero e orientação sexual (Carlão Pelo Bem).

Mas, outros três também foram aprovados e seus conteúdos merecem destaque aqui: o 1) implementa o ensino sobre a Lei Maria da Penha nas escolas (Sandra Marrocos); 2) institui o desembarque do transporte público em qualquer ponto da cidade para mulheres (Lucas de Brito); 3) instituição da semana de conscientização da exploração sexual infantil (Raíssa Lacerda).

Além de legislar a partir de visões distintas sobre a sociedade, esse dois blocos de projetos aprovados contém outra diferença: a permanência dos seus autores na CMJP. Isto porque os vereadores citados no bloco um - Eliza, Carlão e Bruno foram reeleitos na última eleição municipal de 2020. Enquanto Lucas, Sandra e Raíssa - responsáveis pela aprovação dos três últimos projetos citados, não conseguiram a reeleição.

E como última informação importante neste pequeno balanço dos projetos encontrados, destaco que a vereadora Eliza Virgínia é a parlamentar que mais protocolou

projetos antigênero de 2016 até 2022: na tabela encontrada na capítulo anterior, encontramos 10 matérias de sua autoria, mesmo que a vereadora tenha se utilizado da manobra de utilizar-se do mesmo conteúdo de projetos anteriormente não aprovados, mudando apenas a ementa para protocolar como uma nova matéria em anos posteriores. O segundo parlamentar com mais projetos protocolados é o vereador Carlão Pelo Bem, sendo autor de seis projetos de lei acerca das ofensivas.

Neste contexto, Eliza representa o evangelismo fundamentalista, pois pertence à Igreja Assembleia de Deus e Carlão, por sua vez, é a representação do catolicismo, pois é, como afirma em suas redes sociais³⁸, “consagrado aliança/consolação Misericordiosa”. Um fato curioso é que, antes de ser conhecido pelo nome Carlão Pelo Bem, o vereador usava o nome Carlão da Consolação - em referência a Igreja. Na sequência, analiso os projetos de lei sobre a proibição do uso da linguagem neutra ou inclusiva, bem como os documentos de registro e outras informações a cerca das matérias legislativas.

3.3 Três projetos com a mesma finalidade: proibir o uso da linguagem neutra ou inclusiva

Estamos no segundo ano da 18^a legislatura da CMJP e de 2020 para cá já foram mapeados três projetos de lei acerca da proibição do uso da linguagem neutra ou inclusiva em escolas e documentos públicos. Foram protocoladas uma iniciativa por ano na Câmara sobre o tema. A primeira foi o projeto de lei n. 2284/2020 de autoria da vereadora Eliza, seguida do projeto de lei n. 394/2021 de autoria do vereador Coronel Sobreira e mais recentemente o projeto 1404/2022, também de Eliza.

Os projetos apresentam textos similares entre si e entre as dezenas de matérias legislativas protocoladas em outras cidades e estados brasileiros. Entretanto, também revelam diferentes estratégias para sua aprovação e a utilização de argumentos diversos nas suas justificativas.

A análise desses argumentos foi feita a partir dos documentos encontrados no SAPL. Num primeiro momento, documentos de ação foram mapeados e por isso, tive acesso aos textos dos três projetos de lei; um requerimento para realização da Sessão Especial sobre linguagem neutra nas escolas; uma emenda modificativa para o projeto de n. 2284/2020; três

³⁸ Ver no facebook: <https://www.facebook.com/carlaopelobem>

pareceres das Comissões de Justiça e Políticas Públicas sobre o PLO n. 2284/2020 e o veto do poder executivo ao mesmo projeto.

Após essa primeira busca, procurei pelos documentos de registro. Para esta pesquisa foram encontrados e utilizados: a ata da Sessão Plenária do dia 11 de novembro de 2021, os arquivos audiovisuais das reuniões de Comissões, a ata da Sessão Especial sobre o tema, a lista de pautas das sessões e listas de presença dos e das parlamentares.

Como já é possível notar, devido a quantidade de movimentações e documentos encontrados, o projeto de lei n. 2284/2020 ganhou destaque e chegou a ser aprovado na Casa Legislativa no dia 11 de novembro de 2021 por ampla maioria. Apenas os vereadores Junio Leandro (PDT) e Marcos Henriques (PT) votaram contra a aprovação da matéria. Mas, ao chegar no executivo, foi vetada logo em seguida, no dia 31 de novembro de 2021. Este tipo de movimentação acontece porque a matéria trata-se de um projeto de lei ordinária e nesses casos, precisa ser aprovada com maioria dos votos, presente a maioria absoluta de membros da CMJP. Só depois é encaminhada para o poder executivo que pode vetar total ou parcialmente e/ou sancionar a matéria.

Nesse caso houve o veto total ao projeto pelo Executivo e ao voltar para que a CMJP optasse pela sua manutenção ou suspensão, a maioria dos parlamentares votou a favor da manutenção do veto. O veto foi bem escrito, tendo como um dos seus argumentos o apontamento de que, apesar do município ter interesse na criação de datas comemorativas, estabelecer o dia 05 de maio como dia municipal da valorização da língua portuguesa não cumpre critérios fixados na lei 13.768/2019³⁹.

Mas, à medida que lemos os artigos descritos no texto do projeto de lei n. 2284/2020, compreendemos que para além da criação da data comemorativa, a matéria visa a criação de medidas que buscavam “proteger” o direito dos estudantes ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas cultas, e proibir o uso da linguagem neutra ou inclusiva na grade curricular das escolas e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos, documentos, comunicação e publicidade oficiais do município.

Por outro lado, o projeto n. 394/2021, de autoria do Coronel Sobreira apenas passou pela Comissão de Justiça (CCJ) - uma comissão permanente da Câmara, por onde todas as matérias legislativas devem passar para que seus aspectos constitucional, jurídico, legal, regimental e de técnica legislativa sejam discutidos e apontados - e teve parecer favorável,

³⁹ Legislação Municipal referente às datas comemorativas, eventos e feriados.

segundo depois para a Comissão de Políticas Públicas (CPP). Mas, de acordo com o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), o projeto ainda se encontra nesta última Comissão, nas mãos do relator e sem parecer contrário ou favorável, o que impede a sua tramitação e não chega ao Plenário para ser discutido e votado pelos/as demais vereadores/as.

Enquanto o projeto da vereadora Eliza faz uma manobra - criando uma data comemorativa para proibir o uso da linguagem neutra ou inclusiva - o projeto do vereador Coronel Sobreira é mais direto e objetivo: na sua emenda já encontramos o seu objetivo, que é vedar, nas escolas públicas e privadas e demais estabelecimentos municipais provedores de ensino, informação e cultura de João Pessoa, o uso de flexão neutralizadora de gênero e de número que são contrárias, segundo o texto do projeto, às regras gramaticais aprovadas pela Comunidade Lusófona.

Depois de ter o projeto de n. 2284/2020 vetado pelo prefeito e de haver a sua manutenção na CMJP, a vereadora Eliza protocola um novo projeto de n. 1404/2022 com o mesmo objetivo do anterior. A diferença entre os textos está na emenda ou no texto de apresentação: este é direto e objetivo, apontando desde já seu interesse na proibição do uso da linguagem neutra ou inclusiva sem passar pela criação de datas comemorativas.

Estas são as três iniciativas legislativas encontradas e ao longo do capítulo partiremos para a exposição dos discursos acerca do tema e sua análise focando principalmente na matéria que recebeu mais atenção dos parlamentares e chegou mais longe em termos institucionais: o PLO 2284/2020.

3.4 A construção narrativa do PLO 2284/2020

O primeiro texto do projeto de lei n. 2284/2020 apresenta seis artigos. O três primeiros falam sobre a criação do dia municipal da valorização da língua portuguesa, do incentivo à leitura e da garantia do direito ao aprendizado da língua portuguesa, com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Voip) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - aplicado em todo município de João Pessoa.

A partir do artigo 4º é que o projeto apresenta as restrições para o uso da linguagem neutra, especificando que será proibida a sua utilização na grade curricular, no material

didático de todas as instituições de ensino (público e privadas), em editais de concursos públicos, documentos, comunicação e publicidade oficiais do município.

O artigo 5º prevê sanções às instituições e servidores da área da educação que ministrarem “conteúdos adversos” aos estudantes, prejudicando o aprendizado à norma culta. A multa é estipulada no valor de R\$ 5 mil e deve ser revertida diretamente para a Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC-JP) e para ser aplicada em programas de fomento, valorização e aprendizado da Língua Portuguesa Culta.

Os servidores que ferirem a lei responderão pelo Art. 11 da Lei Federal N° 8.429⁴⁰, de 02 de junho de 1992 e deverão participar, como estudante, de pelo menos um programa de fomento, valorização e aprendizado da Língua Portuguesa Culta. O artigo ressalta ainda que a Secretaria de Educação de João Pessoa deve fomentar iniciativas que defendam estudantes nos casos da aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino.

A estrutura textual do projeto de lei é curta e objetiva. Entretanto, é anexado ao mesmo documento a justificativa da autora em escrever o projeto e porque ele deve ser aprovado pelos seus pares na CMJP. Nesta seção, o texto é mais extenso e observamos que a vereadora possui maior liberdade para utilizar argumentos importantes para a construção da sua narrativa.

Desta forma, o texto é escrito para defender uma suposta destruição da língua portuguesa e da possibilidade de reescrever a história para futuras gerações brasileiras, pois a linguagem neutra é vista por neoconservadores como um movimento de ataque à norma culta. Como forma de mostrar sua ação em prol da proteção da língua portuguesa, a vereadora utiliza como referência um trecho do texto “Orgulho do fracasso” de autoria de Olavo de Carvalho:

Língua, religião e alta cultura são os únicos componentes de uma nação que podem sobreviver quando ela chega ao término da sua duração histórica. São os valores universais, que, por servirem a toda a humanidade e não somente ao povo em que se originaram, justificam que ele seja lembrado e admirado por outros povos. A economia e as instituições são apenas o suporte, local temporário, de que nação se utiliza para seguir vivendo enquanto gera os símbolos nos quais sua imagem permanecerá quando esta própria já não existir (JOÃO PESSOA, 2020, p. 3).

No texto referido⁴¹, Olavo de Carvalho afirma que se esses elementos servem a humanidade é porque foram adaptados à “feliz ordem do real” ou a “veracidade”. Para ele, as

⁴⁰ Lei de Improbidade Administrativa.

⁴¹ Ver mais em: <https://olavodecarvalho.org/o-orgulho-do-fracasso/>.

criações de um povo podem servir para outros porque trazem em si a “compreensão da realidade humana que vale para toda condição humana”:

Todas as demais explicações alegadas — a exploração estrangeira, a composição racial da população, o latifúndio, a índole autoritária ou rebelde dos brasileiros, os impostos ou a sonegação deles, a corrupção e mil e um erros que as oposições imputam aos governos presentes e estes aos governos passados — são apenas subterfúgios com que uma intelectualidade provinciana e acanhada foge a um confronto com a sua própria parcela de culpa no estado de coisas e evita dizer a um povo pueril a verdade que o tornaria adulto: que a língua, a religião e a alta cultura vêm primeiro, a prosperidade depois.

Este é um texto escrito no ano de 2003, encontrado no site do autor⁴² que, como sabemos, foi um dos principais gurus do governo Bolsonaro e de tantos outros neoconservadores que ocupam posições de poder nas instituições. Devido a sua busca por professores particulares e por abandonar o curso de filosofia na PUC por não ter encontrado o que ele qualifica como “qualidade no ensino”, foi um entusiasta do ensino domiciliar, livre do que ele chamava de “influência esquerdistas” presente no sistema formal de ensino - pauta que acaba se tornando central no governo Bolsonaro.

Diversos seguidores de Olavo, inclusive, tentam aprovar projetos de lei em todo Brasil com a prerrogativa de que a escola precisa refletir o tipo de educação que estudantes recebem em casa. Moura e Silva (2020) afirmam que estes projetos de lei são a base da agenda antigênero, pois buscam censurar especificamente o direito à educação em gênero e sexualidade. É tanto que esta torna-se uma demanda central entre os neoconservadores: a preservação da privacidade e da autoridade familiar em relação à intervenção estatal (QUINTELA, 2020).

Vemos esse fortalecimento da pauta desde 2010, quando Bolsonaro faz uma forte oposição ao teor da futura lei Menino Bernardo (2003), quando projeto similar ao de 2010 foi apresentado pela Deputada Maria do Rosário (PT-SP). Bolsonaro afirmou que tratar-se-ia de projeto polêmico por permitir ao Estado “intervir na dinâmica procedural para que a família exerça sua autoridade com fins educativos” (SANTOS, 2019, p. 163):

Bolsonaro sempre se afirmou conservador, posicionando-se contra os Direitos Humanos e os “privilégios” (direitos) conquistados por minorias, e a favor do punitivismo e da Ditadura Militar. Contudo, são as suas falas em defesa da família e da moral tradicional, repetidas na Câmara dos Deputados, em suas redes sociais e na imprensa, que aproximam de forma medular a sua figura ao neoconservadorismo, no momento em que tomava força a reação conservadora. (QUINTELA, 2020, p. 8).

⁴² Texto encontrado na íntegra no site: <https://olavodecarvalho.org/o-orgulho-do-fracasso/>

Essa narrativa continuou sendo construída ao longo dos anos pelo atual presidente e por diversos outros parlamentares a nível federal, estadual e municipal. Quando olhamos para a década passada, por exemplo, encontramos outros pilares dos discursos neoconservadores sendo propagados e todo pânico moral construído acerca da promiscuidade, perigo de conversão das crianças em homossexuais, sexualização precoce das crianças e depravação moral da gestão petista o que também os levou a discursarem sobre a primazia da família na educação das crianças e adolescentes.

Esther Solano (2019) e Pablo Stefanoni (2018) apontam que nestes contextos de crise - na década passada tivemos alguns momentos que atestam isso, como as mobilizações de 2013 e o golpe institucional sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff - que são propícios para a mobilização do medo e do inimigo, dando margem para assegurar que retomar valores da família tradicional (ordem, hierarquia, autoridade e moral) é a saída frente à suposta libertinagem do campo progressista num futuro inseguro e incerto, pois os valores tradicionais despontam como as últimas garantias de segurança disponíveis (STEFANONI, 2018). Assim, a direita conservadora reconhece e utiliza-se das emoções como instrumento político e seduz por se comunicar com ela (SOLANO, 2019).

Assim como afirma Quintela (2020), “a crise não é apenas político-econômica, não na narrativa. Enquanto parte da direita construiu a crítica ao PT e à esquerda em termos de política econômica, os conservadores deram à crise um caráter moral” (p. 12). E a direita, principalmente a bolsonarista, se proclamou a restauradora de todos esses valores, defendendo a família e os bons costumes.

Esse movimento fica muito nítido se observamos o que foi e ainda é colocado em prática no Ministério da Família, das Mulheres e dos Direitos Humanos tendo a formulação e implementação de políticas públicas com a perspectiva familiar como base. Temos como exemplo a criação de programa como “Município amigo da família” e o programa de estímulo às “políticas públicas familiares”:

Uma política pública “familiar”, como define a pasta, não é qualquer uma que tenha a família como objeto, mas aquelas voltadas para o fortalecimento da estrutura e dos vínculos da família, dando o suporte necessário para que elas possam agir “com responsabilidade”. Nessa perspectiva, o papel do Estado é, por meio dessas políticas, “dar a elas [famílias] autonomia para que sejam capazes de exercer suas funções” (QUINTELA, 2020, p. 10).

Outro apontamento importante a ser feito neste caso é que a censura e a limitação do que se deve ou não ter acesso se opõem a princípios liberais ativos, o que causa uma “relação

tensa com uma agenda ampliada de direitos individuais que é contestada com base na ideia de direito das famílias e de liberdade religiosa”:

Retoricamente, o discurso público do “inimigo” - gays, feministas, elites internacionais que orquestrariam ataques contra a famílias - tem ampliado o apoio a medidas iliberais, como a censura e o banimento de atividade culturais e conteúdos escolares. (BIROLI, VAGGIONE e MACHADO, 2020, p. 34 e p. 35).

Entretanto, o neoconservadorismo é composto por uma diversidade de atores que complexifica esse fenômeno - ao mesmo tempo que nos leva à compreensão de que esses conflitos acontecem em contextos democráticos e que estes são compostos também por atores neoconservadores.

Devido a heterogeneidade desses grupos, pautas e discursos, percebe-se também que existem estratégias discursivas muito superficiais sobre qualquer tema e geralmente, quem se posiciona de forma diversa é taxado de “ideológico”:

(...) definir como “ideológicos” os movimentos referenciados pelo pluralismo ético permite a atores conservadores reivindicar a ciência e até a democracia, ainda que sua atuação pese sobre os pressupostos liberais básicos e sobre a própria democracia, enquanto regime que garante direitos a minorias e se pauta pelo pluralismo ético (BIROLI, VAGGIONE e MACHADO, 2020, p. 35 p. 35).

Além disso, diversos argumentos são distorcidos, poucos dados são contextualizados e referenciados e muitas acusações são feitas. Para se ter ideia, em outro momento do texto da justificativa, a vereadora utiliza-se do termo “Falácia do Espantalho” ao se referir aos “caprichos elitistas⁴³”:

A tentativa de imputar a pecha de que a língua portuguesa é estruturalmente machista e outras alegações absurdas não passam de um capricho elitista camuflado pela falência argumentativa do Ataque ao Espantalho. Fosse verdadeiramente inclusiva, seus próceres estariam preocupados com o ensino correto da língua, uma vez que o Brasil possui uma população de 6,6% de analfabetos e 30% de analfabetos funcionais. (...) Entretanto, esse tipo de medida, além de inconstitucional, não possui absolutamente nenhum embasamento científico (JOÃO PESSOA, 2020, p.5).

Sendo que a falácia do espantalho é uma forma de ignorar significados de posicionamentos de adversários e substituí-los por uma versão distorcida que não representa aquilo que foi dito pelo outro - algo que é recorrentemente feito pela vereadora Eliza em plenário e no próprio parágrafo em destaque.

⁴³ Elite aqui é um grupo composto por integrantes da ONU, feministas, defensores dos Direitos Humanos, entre outros.

Isto porque o seu projeto de lei pretende proibir o uso de linguagem neutra e quem defende a sua utilização defende justamente por ser uma forma de incluir pessoas não-binárias e cisdissidentes, por exemplo, para que sejam respeitadas pela população e tenham seus direitos garantidos. E essa inclusão pode ser na fala ou na escrita, sendo mais uma transformação que a língua portuguesa pode sofrer, assim como já sofreu diversas vezes devido Acordos e Formulários Ortográficos⁴⁴ e a incorporação de centenas de palavras no dicionário. O intuito da linguagem neutra ou inclusiva não é alfabetizar, é incluir pessoas. Para alfabetização existem outras políticas específicas (EJA - Educação de Jovens e Adultos, por exemplo) e que ensinam a língua portuguesa a partir da norma culta. A língua falada pode variar inclusive, de acordo com regiões, gerações, entre outras coisas. O que ocorre é que esse ataque ao seu uso só acontece por uma razão: argumentar sobre a construção retórica onde a natureza supostamente define papéis, aptidões e temperamentos de gênero dicotômicos retirando espaço para o reconhecimento da cidadania de pessoas LGBTQIAP+.

3.5 Sobre o uso da linguagem neutra ou inclusiva

A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele (FREIRE, 1989, p. 13).

No artigo 4º do projeto de lei 2284/2020, a vereadora Eliza Virgínia apresenta o conceito de linguagem neutra ou inclusiva e não cita nenhuma referência:

[A linguagem neutra ou inclusiva é] toda e qualquer, forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, sejam escritos ou falados com a intenção de anular as diferenças de pronomes de tratamento masculinos e femininos baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes, mesmo que venha a receber outra denominação por quem a aplica (JOÃO PESSOA, 2020, p. 4).

Entretanto, de acordo com Costa, Silva e Santos (2020) a linguagem neutra ou inclusiva ou neolinguagem consiste em não demarcar binarismo de gênero no discurso linguístico, com o fim de incluir toda a população. Caracteriza-se também pelo emprego de recursos gramaticais ou discursivos com o objetivo de reduzir a desigualdade na linguagem, tirando a prevalência do gênero masculino. A sua utilização serve como proposta para implementar inclusão de mulheres, pessoas não-binárias e cisdissidentes através do rompimento do binarismo na fala e na escrita.

⁴⁴ Ver mais em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>

Comparando ambos os conceitos, percebemos que há uma distância entre concepções quando se trata de gênero e sexualidade: de um lado apresenta-se uma agenda marcada pela moral unitária, típica de grupos conservadores, e do outro um pluralismo ético que guia a atuação de movimentos como o das feministas e LGBTQIAP+.

Enquanto o mandato da vereadora Eliza diz que a linguagem neutra é uma forma de “anular as diferenças de pronomes de tratamentos baseados na dicotomia masculino e feminino” e que são baseadas em “infinitas possibilidades de gênero inexistentes” percebemos que há continuação da estratégia de instalação de pânicos morais na sociedade, assim como vem sendo feito desde 2004, com a criação da Escola Sem Partido, ou desde 2010 quando passou-se a utilizar o termo “ideologia de gênero” como uma espécie de saco vazio onde cabiam todos os tipos de narrativas antigênero necessárias para barrar avanços na construção de políticas sociais diversas.

A colocação da palavra “infinitas”, inclusive, remete a algo impossível de ser colocado em prática e julga identidades de gênero que não se enquadram em masculino e feminino como inexistentes, como se elas fossem “invenções”. A reação de neoconservadores em situações como esta se dá pela mesma razão que se deu quando houve as tentativas de retirar a palavra gênero do PNE: tratar da identidade e orientação sexual como algo estático, fixo e não-relacional com o meio e com a sociedade.

Justamente por estar enraizada na sociedade, a linguagem ainda reflete e reforça estereótipos e papéis de gênero, revelando estruturas de poder existentes. Por isso, na língua portuguesa, infelizmente, ainda esbarramos em uma construção binarista e sexista devido a tendência de usarmos pronomes masculinos de forma genérica.

Mas sendo a linguagem um meio que nos permite interagir com o que há a nossa volta, um elemento chave para a transmissão da cultura e um “produto elaborado que reflete um complexo sistema de crenças, ideias, atitudes, conceções e valores da sociedade em que vivemos e que permitem dar sentido ao que nos rodeia” (CERQUEIRA e MAGALHÃES p. 122) chega a ser contraditório querer que ela estacione no tempo e não se adapte ao que a própria sociedade demanda. Principalmente se levarmos em consideração que a linguagem é dinâmica e historicamente situada, podendo ser mudada a partir das nossas práticas cotidianas e acontece ao longo dos anos até chegarmos ao que conhecemos e falamos atualmente.

Desta forma, diferente do que delimita a vereadora Eliza no projeto de lei 2284, o papel da linguagem neutra, neolínguagem ou inclusiva (COSTA, SILVA e SANTOS, 2021) é incluir parte da população que vem lutando para ter sua cidadania reconhecida - mulheres, pessoas não-binárias e cisdissidentes. E por isso, a linguagem neutra ou inclusiva

caracteriza-se pelo emprego de recursos gramaticais ou discursivos com o objetivo de reduzir a desigualdade na linguagem.

Diversos grupos e movimentos têm apresentado formas diferentes de inclusão através da linguagem. Uma delas é a neutralização da linguagem culta, como aponta Facciolla (2020). Nesse caso o autor destaca que é possível utilizar termos coletivos, suprimir artigos e preposições quando o uso não é obrigatório e/ou substituir por palavras que não denotem diretamente o gênero de alguém.

Cassiano (2019) aponta a utilização da neolinguagem, linguagem neutra ou linguagem inclusiva a partir do uso de letras que dão uma compreensão binária como “e” em vez de “o” ou “a”, em substantivos, preposições e adjetivos. Essas letras substituem o uso do “x” ou “@” em virtude de serem excludentes para pessoas com deficiência visual e dislexia, além do fato de afetar a linguagem oral pois algumas palavras tornam-se impronunciáveis.

Outra forma de utilizar a linguagem inclusiva de gênero é através do sistema elu ou ile ou ilu. É uma medida mais recente e procura utilizar o “u” como substitutivo em pronomes (“elu”, “delu”) o que funciona bem na fala, escrita e leitura. Segundo Valente (2020), a linguagem neutra ou inclusiva pode ser usada por qualquer pessoa, pois a sua aplicação não tem a finalidade de ser exclusiva.

Compreendida assim, a sua utilização propõe uma reflexão sobre representatividade, além de objetivar a inclusão de pessoas não-binárias, transexuais, travestis e intersexo na língua, pois o uso do masculino genérico não abrange esta população. Ainda não é norma, mas uma demanda cada mais forte dos movimentos sociais.

3.6 Primeira parada: a Comissão de Redação e Justiça

Após ser protocolado no SAPL, o PLO 2284/2020 - assim como os projetos que são protocolados na CMJP - segue para a que a Comissão de Justiça defina seu relator para que seja feito um parecer sobre a matéria e em seguida ser votada pelos demais integrantes do grupo.

Neste caso, a CCJ foi composta pelos vereadores Tanilson Soares, Bispo José Luiz (Republicanos), Durval Ferreira (PL), Guga (PROS), Tarcísio Jardim (Patriota) e Thiago Lucena (PRTB). Como relator da matéria, foi nomeado o vereador Bispo José Luiz (Republicanos).

O relatório, escrito com muito cuidado e atenção pelo relator, diz que ao fazer buscas no SAPL sobre o tema nada foi encontrado - o que dá um certo destaque para a matéria por ser a primeira sobre o tema. Além disso, segundo o Bispo, o PLO zela pelo direito dos estudantes a uma educação de qualidade e referencia nesta parte o artigo 205 da Constituição Federal (CF) e artigo 13 da Carta Magna.

No relatório também é dito que a matéria não invade a competência legislativa, pois está de acordo com o artigo 30 (sobre competência dos municípios) e com o 23 (competência das três escalas de poder) da CF e o artigo 5 da Lei Orgânica Municipal. E copia e cola partes do texto da justificativa do PLO para reforçá-la.

O que o Bispo adiciona, entretanto, é que se houvesse uma “modificação da língua portuguesa padrão para uma linguagem neutra, traria consequências para várias pessoas, principalmente para os deficientes visuais (...).” E pessoas autistas também seriam prejudicadas já que seria mais difícil ensinar uma nova linguagem para eles - o que é um equívoco, pois, o que poderia dificultar a aprendizagem destes e de outros grupos era justamente o que já está sendo, aos poucos, extinto: o uso do “@” e/ou do “x” no lugar das vogais “a” ou “o”.

A única ressalva que o vereador Bispo José Luiz faz ao projeto é sobre o artigo 5º, que menciona a multa de R\$ 5 mil reais para instituições e servidores que descumprirem a lei. Por isso, sugere a supressão do mesmo artigo, pois ao atribuir ao setor privado uma sanção o projeto torna-se inconstitucional:

Desse modo, com respeito a nobre Vereadora Eliza Virgínia, sugerimos uma emenda modificativa/supressiva ao art. 5º, parágrafo 1º e 2º e ao artigo 6º. O artigo 5º atribui ao setor privado uma sanção, o que o tornaria inconstitucional, tendo em vista que recairia na competência privativa da União e dos chefes de estado. Bem como, o art. 6º violaria a competência privativa do Prefeito Municipal, já que geraria atribuição e função a Secretaria de Educação e Cultura conforme expresso no art. 30 da Lei Orgânica Municipal (JOÃO PESSOA, 2021, p. 2).

Percebemos que a forma como está escrito demonstra uma preocupação em como a vereadora vai ler e interpretar a sugestão - por isso, usa-se “com muito respeito” e “sugerimos” no texto que o relator escreve. Em outros casos, o projeto de lei ficaria parado por muito tempo na Comissão ou até voltaria para que o autor fizesse os ajustes necessários para que a sua tramitação continuasse.

No artigo 6º o Bispo sugere que haja uma modificação no texto, pois de acordo com o artigo 30 da Lei Orgânica, compete ao Executivo a iniciativa de leis sobre regime jurídico dos servidores, criação de cargos, orçamento anual e criação de órgãos. Por isso, sugerem a modificação que desobriga a Secretaria de Educação a empreender meios necessários para a

valorização da língua portuguesa. Ao invés de estar escrito “deverá” trocam por “poderá” e o artigo 6º torna-se o artigo 5º com a supressão do anterior e dá o parecer favorável à constitucionalidade do projeto com a emenda supressiva.

O texto modificado ficaria assim:

Inclui no anexo único da Lei Ordinária n. 13.768 de 04 de julho de 2019, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados no município de JP o dia 05 de maio como dia Municipal de Valorização da Língua Portuguesa (JOÃO PESSOA, 2021, p. 2).

Entretanto, o Bispo José Luiz sugere a supressão do artigo 5º e a modificação do artigo 6º para que o projeto seja editado e passe para a próxima Comissão. Fica nítido que é de interesse comum que haja a sua aprovação - principalmente porque o Bispo está licenciado, mas faz parte da Igreja Universal e sua atuação tem como base as pautas voltadas para pessoas cristãs, famílias nucleares heteronormativas e idosos, bem como para o estímulo ao esporte e para a causa animal⁴⁵.

3.7 Segunda parada: a Comissão de Políticas Públicas

A Comissão de Políticas Públicas, na ocasião, estava formada pelos vereadores Marcílio do HBE (Patriota), Junio Leandro (PDT), Eliza Virgínia (Progressistas), Milanez Neto (PV), Toinho de Pé de Aço (PMB), Chico do Sindicato (Avante) além do relator deste projeto, Damásio Franca (PP).

O parecer nesta Comissão basicamente copia a justificativa do PLO e traz de diferente apenas a constatação: “Destarte, no exercício da competência estabelecida pelo art. 44 da Resolução 05/2003 (Regimento Interno desta Casa Legislativa), a referente propositura atende aos requisitos estabelecidos pela Comissão de Políticas Públicas”. E dá o parecer favorável.

3.8 Um dos destinos: a realização da Sessão Especial

No dia 08 de setembro de 2021 houve uma sessão especial sobre o uso de linguagem neutra ou inclusiva nas escolas pessoenses. A vereadora Eliza Virgínia presidiu e convocou o evento e o vereador Coronel Sobreira secretariou. Participaram de forma remota Valdiney

⁴⁵ Ver mais em:

<https://www.joaopessoa.pb.leg.br/videos/2022/05/vereador-bispo-jose-luiz-pela-primeira-vez-no-acao-parlamentar/>

Gouveia (que foi empossado como reitor da Universidade Federal da Paraíba, sem ter ganho a eleição); os professores José Antônio, Antomari Trajano e Marcos Ribeiro, entre outros convidados/as que compareceram presencialmente ao Plenário.

Em eventos deste tipo, os/as parlamentares aproveitam para discursar (ou convidar algum especialista que assuma esse papel) em defesa de alguma iniciativa do seu mandato. Além de dar muita visibilidade para quem preside e secretaria a sessão, a mídia local noticia o acontecimento e matérias são publicadas no portal da CMJP resumindo o que foi discutido. Por isso, um/a vereador/a pode realizar apenas uma sessão especial por mês na Câmara.

Além disso, se houverem convidados/as importantes para o tema, a sessão especial consegue alcançar um público amplo, levando o tema a portais de notícia nacionais. Para além desse alcance, a realização de uma sessão especial com convidados especialistas ou militantes da causa pode ser considerado uma forma de pressionar outros vereadores a se posicionarem a favor da matéria, já que houve a adesão da pauta por alguns e/ou a sessão contou com muitos espectadores/as.

Na matéria sobre a sessão especial nº 18, publicada pelo portal da CMJP, encontramos recortes de discursos feitos pelos presentes. Destacarei aqui apenas os recortes de falas do vereador Coronel Sobreira e da vereadora Eliza.

Sendo assim, Coronel Sobreira, em uma de suas falas, afirmou que propositores da linguagem neutra "desconhecem o interior da gramática, pois veem gênero onde não há", e acrescentou que, "forçar uma alteração nas palavras para criar um gênero neutro é uma violência". Para ele, é preconceituoso "aqueles que pretendem utilizá-la [a Língua Portuguesa] para militância ideológica e para exaltação da agenda política, modificando a realidade para moldá-la a seus propósitos escusos".

Podemos ver que uma das estratégias discursivas que são evocadas com frequência nestas e em outras falas de vereadores/as é o questionamento da científicidade dos estudos de gênero e ênfase no seu caráter ideológico, como aponta Melo (2020). É recorrente o discurso que pretende supor que quem recorre ao conceito de gênero - sejam teóricas, ativistas etc. - são responsáveis por propagar ideologia, enquanto quem critica e está na linha de frente das cruzadas antigênero está totalmente isento de vieses ideológicos.

Entretanto, o real objetivo desse grupo de representantes conservadores e/ou religiosos é usar a retórica da “ideologia de gênero” para exercer controle sobre o Estado e suas instituições e impor sua visão social e econômica (ARGUEDAZ RAMÍREZ, 2020) sob a sociedade que estão inseridos – assim como qualquer outro grupo em todo o espectro político.

Como apontam Rubin (1984) e Vance (1995), desde meados dos anos 1980, os trabalhos que têm como foco investigar a construção da sexualidade na sociedade mostram o quanto a área é veementemente disputada por diferentes grupos. Essas lutas, sugerem a corrida para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias, mesmo utilizando narrativas que exploram outros aspectos.

Destaco aqui também a fala da vereadora Eliza:

Língua, religião e alta cultura são os únicos componentes de uma nação que podem sobreviver quando ela chega ao término da sua duração histórica. São os valores universais, que, por servirem a toda a humanidade e não somente ao povo em que se originaram, justificam que eles sejam lembrados e admirados por outros povos. (JOÃO PESSOA, 2020, p. 3).

Assim como afirma Rosaldo (1995), a busca por origens revela uma crença em verdades últimas e essenciais. Por isso, esses discursos tendem a fazer-nos pensar que nossos sistemas de gênero são primordiais, separados pelas diferenças biológicas e que são imutáveis nas suas raízes, mas pelo contrário: são produto de relações sociais em sociedades concretas e, portanto, mutáveis. A busca pela verdade humana universal é limitada por ser “incapaz de transcender os preconceitos que suas questões pressupõem” (p. 7).

Constatamos, então, que as discussões acerca de gênero devem ser compreendidas e feitas de modo interseccional. Nesta fala, por exemplo, entende-se que há uma tentativa de suprimir aquilo ou aqueles/as que não se enquadram num padrão “universal”, pois os “valores universais”, que servem a “toda humanidade” e são “lembados e admirados por outros povos” para a vereadora Eliza, uma mulher branca, cis, hétero e evangélica, são um mito, pois, como afirma Grada Kilomba⁴⁶:

Branquitude, como outras identidades no poder, permanece sem nome. É uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. (...) E acreditam em mim, não existe uma posição mais privilegiada do que ser apenas a norma e a normalidade.

A estratégia de querer englobar tudo e todos no mesmo discurso é utilizada para excluir quem não se encaixa na norma: “uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa” (KILOMBA, 2019). Ou seja: quanto mais um indivíduo se encaixar em normas criadas socialmente, menos é necessário localizar-se na sociedade.

⁴⁶ Em palestra-performance no MITSP. Ver mais em:
<https://mitsp.org/2016/em-palestra-performance-grada-kilomba-desfaz-a-ideia-de-conhecimento-universal/>.

Quando citamos a palavra casal, por exemplo, o imaginário social aponta para duas pessoas, cisgêneras e de orientação heterossexual, ou quando falamos em gênero, o binarismo homem e mulher domina o imaginário. Estamos inseridas numa cultura que transformou essas identidades em padrões e normas sociais. Isso não significa que não existam outras identidades de gênero para além dos binarismos, nem que não existam casais homoafetivos. O que existe são tentativas de suprimir, apagar e invisibilizar a existência de determinados segmentos, e a língua é uma das ferramentas utilizadas estratégicamente devido o enorme poder na vida em sociedade. Quem detém o poder político, por exemplo, busca impor o que considera correto a partir do benefício que essas mudanças estruturais podem causar para o segmento do qual pertence.

Isso revela também a tentativa aberta de não reconhecimento da cidadania e existência de outros corpos que não se enquadram em regras criadas pela sociedade em que vivemos, além da reprodução de um discurso que está preenchido de intolerância e racismo religioso, lgbtfobia e preconceito de gênero.

Certamente, os valores universais que estão sob ameaça, segundo a vereadora, correspondem aos privilégios de uma parte da sociedade que já tem acesso a seus direitos às oportunidades, bem como bens materiais garantidos. Enquanto isso, o projeto de lei de sua autoria pretende dificultar ainda mais o processo de cidadanização (Duarte, 1993) de pessoas trans, não-binárias e em sua maioria negra, ao proibir que a linguagem neutra ou inclusiva seja utilizada.

A última fala destacada na matéria⁴⁷ é, mais uma vez, do Coronel Sobreira:

(...) O grande segredo é saber conviver com as diferenças. Quando a gente verifica a palavra de Deus, entende que é uma regra, um dispositivo de fé e prática para os cristãos. Nós, os cristãos que cremos nas escrituras, jamais poderemos aceitar ou ficar omissos diante dessas propostas. Tem um ministro que está para tomar posse no STF, André Mendonça, que é um cristão, evangélico, pastor. Outro dia vi uma reportagem dizendo que ele não vai respeitar a Bíblia, que ele tem que respeitar a Constituição. Olha, que coisa! A Constituição está abaixo das escrituras, do que Deus estabeleceu para a humanidade. Nós jamais poderemos nos calar: homem, mulher. Ponto. Respeitamos toda e qualquer escolha, apenas não concordamos baseados nas escrituras sagradas, que acreditamos, e com muita luta tentamos colocar em prática.

Arguedas Ramírez (2020) aponta que o termo espanhol “neointegrismo católico” designa um movimento de defesa da centralidade da tradição católica para orientar tanto as práticas dos crentes como a vida social e institucional das sociedades. Esse movimento tem

⁴⁷ Ver mais em:

<https://www.bastidoresdapoliticapb.com.br/uso-de-linguagem-neutra-nas-escolas-e-debatido-na-camara-de-joao-pessoa/>

origem no final do século XIX com a consolidação do integrismo católico. A diferença entre o neointegrismo e o integrismo, no entanto, encontra-se na perspectiva econômica. A nova versão do integrismo tem uma visão que a moral e a economia estão profundamente conectadas (STEINLEN, 2011 *apud* ARGUEDAS RAMIREZ, 2017).

Junto a esse movimento católico é necessário destacar também a grande influência de igrejas evangélicas. Muitas delas estão ligadas a um reavivamento evangélico consolidado nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecido como a Direita Cristã:

Em toda a América Latina esta corrente tem realizado um trabalho intenso de ativismo político disfarçado de evangelização. Esse movimento fundamentalista estabeleceu fortes conexões com o Partido Republicano no final dos anos 1960 e, desde então, vem promovendo uma agenda contra os direitos humanos das pessoas da comunidade LGBTTI, o direito das mulheres de interromper uma gravidez, bem como contra a secularização da educação pública (ARGUEDAS RAMIREZ, 2020, p. 49).

Além disso, há uma enorme rejeição das agendas políticas da esquerda, já que a base do pensamento político de algumas dessas correntes tem confrontado o poder eclesiástico e sua cumplicidade com forças econômicas burguesas - que promovem a livre iniciativa e o livre comércio, lutam contra os direitos sexuais e reprodutivos, o acesso à educação secular e à igualdade de gênero.

Quando o vereador diz: “Nós não podemos nos calar: homem e mulher. Ponto.”, podemos considerar que a ideia por trás dessa narrativa visa situar a natureza como determinante dos papéis sociais, fortalecer uma moral familista unitária e definir temperamentos distintos para homens e mulheres. O conceito de gênero, para esse grupo, é um engodo “porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar uma suposta diferença sexual biológica, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano” (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 11). Por isso, a “ideologia de gênero”, categoria acusatória criada para recusar o conceito de gênero nas disputas públicas, é apresentada como ameaça à “ordem natural” e facilita o recrutamento de muitos seguidores/as e simpatizantes.

Mais de 30 propostas foram mapeadas em 19 estados brasileiros com a finalidade de legislar sob o mesmo tema. Destaco aqui o caso de Rondônia, que teve a primeira lei aprovada e, após seis dias de sua aprovação, teve sua eficácia suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin.

Um dos argumentos que podem ser utilizados contra essas matérias foi mencionado pelo professor da Universidade de São Paulo e doutor em linguística, Eduardo Calbucci: uma língua não funciona por uma legislação, ela é usada naturalmente pela sociedade e sua

implementação não depende da determinação de determinados sujeitos. Assim, as mudanças que prosperam e se concretizam precisam encontrar uma conjuntura social e estrutural para se estabelecer. Ainda assim, vereadores/as em João Pessoa, e em outras cidades e estados brasileiros, insistem em aprovar e implementar leis com esse teor. Então, quais outras estratégias políticas estão em jogo?

3.9 Mais um destino: o Plenário

A Sessão Plenária onde o projeto foi votado, depois de ter passado pelas Comissões, aconteceu no dia 11 de novembro de 2021. Nesse período, Eliza assumiu a presidência da Casa por alguns dias, enquanto o presidente, vereador Dinho, assumiu a Prefeitura pois o Prefeito e o vice estavam em um evento fora do estado. Foi a primeira vez que a Câmara teve uma mulher na sua presidência.

Quando a Sessão Ordinária foi feita, o projeto da vereadora Eliza já havia recebido parecer favorável da CCJ, junto com as emendas modificativa e supressiva do vereador e relator da Comissão, Bispo José Luiz, bem como o parecer favorável da CPP. Ou seja, o projeto estava na Ordem do Dia, pronto para ser discutido e apreciado pelos demais vereadores da Casa.

Ao ter sua ementa lida pelo secretário da Sessão, abre-se espaço para que antes de haver a votação, os vereadores discurssem sobre o conteúdo do projeto: se apoiam, se são contra, enfatizam a existência da matéria e parabenizam sua autoria, entre outros apontamentos. Numa tentativa de ser contrário ao conteúdo da matéria, o vereador Marcos Henriques (PT), basicamente a única representação de oposição ao poder executivo dentre os 27 vereadores, fala:

Esse é um projeto em que se criou toda uma narrativa falsa. É um projeto em que se fala de uma linguagem neutra como se houvesse uma iniciativa de levá-la ao Ministério da Educação e Cultura para que a linguagem se tornasse oficial. Não se levou em conta que é uma linguagem de um grupo específico, que usa uma linguagem, e quer se aproveitar do contraditório para falar sobre isso e para, inclusive, penalizar, porque isso nada mais é do que perseguição ideológica. Criando até uma multa de R\$ 5000. Eu acho que a gente tem tanta coisa mais importante para discutir. Fico extremamente triste (JOÃO PESSOA, 2021, p. 13).

Apesar de afirmar que fica triste com a matéria, é importante notarmos que antes dessa frase o vereador menciona que tem muita coisa mais importante para ser discutida pelos vereadores. Inicialmente também, trata a linguagem neutra ou inclusiva como uma linguagem

de um grupo específico e que não há, no seu entendimento, uma iniciativa de torná-la parte da linguagem culta ou formal. E apesar de afirmar que a vereadora Eliza quer se aproveitar do contraditório e penalizar pessoas pelo uso da linguagem neutra, é nítido que o vereador apresenta falta de compreensão sobre o tema e interesse em discutir pautas acerca de políticas sexuais ou de gênero, pois, segundo ele, outras pautas mais importantes deviam ser discutidas. Sendo que o que ocorre é um despreparo de diversos representantes progressistas ou de esquerda e um encapsulamento de pautas, quando na verdade o que existe e deveria ser enfatizado são políticas a favor ou contra a construção de uma agenda de direitos, com pautas que são interdependentes e interseccionais (COUTO, 2022).

E após ter sua fala comentada pela vereadora Eliza e pelos vereadores Carlão e Thiago Lucena - que menciona que o artigo referente a multa foi suprimido do texto do projeto de lei -, Marcos Henriques prossegue:

Eu quero dizer que eu falei para os telespectadores porque eu sei que tem telespectadores que são dessa comunidade e é uma questão de respeito, porque eu não sou homofóbico, eu respeito as pessoas como elas são. Então, acho que esse projeto, ele nada mais é do que um projeto ideológico para perseguir, é um projeto que está tentando achar uma narrativa. Nós precisamos discutir emprego nesse país, precisamos discutir inclusão social, precisamos discutir algo muito importante que é a questão da política econômica do governo. Se vocês estão pensando que vão pautar essas questões ideológicas na eleição do próximo ano, não vão não (JOÃO PESSOA, 2021, p. 23).

E aqui a palavra ideologia é utilizada para se referir também a um projeto que não tem uma base científica ou que propõe melhorias para a sociedade. O que chama atenção é que a estratégia discursiva aqui é muito semelhante a utilizada pelos neoconservadores ao suporem que quem recorre ao conceito de gênero é responsável por propagar ideologia e quem aponta a situação não segue vieses ideológicos. É como se em alguns casos a palavra ideologia se torna um adjetivo pejorativo: projetos ideológicos servem para perseguir grupos ou para doutriná-los. Neste caso, de fato, há uma perseguição por parte do mandato da vereadora Eliza a população LGBTQIAP+ pessoense - e não é a primeira vez que isso acontece. Mas, também há a continuação da utilização de retóricas voltadas para construir pânico moral e que foi mais utilizada desde o golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

Durante a Sessão, a vereadora Eliza diz ter áudios do vereador Marcos Henriques “saudando a todos, todas e todxs” enquanto utilizava-se da tribuna da Casa. E prossegue afirmando que “aqui é uma instituição pública, nós não estamos aqui no meio de um gueto de não binários, de homossexuais, de bi, de gays”. Chamo atenção para utilização da palavra gueto na fala da vereadora. Gueto, um conceito mutante e opaco (WACQUANT, 2004), utilizado por elites políticas e intelectuais para conceituar o nexo perverso de diversos grupos

para referir-se a diversas populações e grupos ao longo dos anos - entre etnias, pobreza, imigrantes, orientação sexual - pode ser conceituado sociologicamente como:

Podem ser detectados nesse momento inaugural os quatro elementos que constituem o gueto, isto é, o estigma, o limite, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional. O gueto é um meio sócio-organizacional que usa o espaço com o fim de conciliar dois objetivos antinônicos: maximizar os lucros materiais extraídos de um grupo visto como pervertido e perversor e minimizar o contato íntimo com seus membros, a fim de evitar a ameaça de corrosão simbólica e de contágio. (WACQUANT, 2004, p. 157)

O reconhecimento de que o gueto é um produto e um instrumento de poder de um grupo permite-nos a apreciação de que na sua forma completa ele é uma instituição de duas faces, na medida em que serve a funções opostas para dois coletivos aos quais une em uma relação assimétrica de dependência. Para a categoria dominante, sua função é circunscrever e controlar, o que se traduz no que Max Weber chamou de "cercamento excludente" da categoria dominada. Para esta última, no entanto, trata-se de um recurso integrador e protetor na medida em que livra seus membros de um contato constante com os dominantes e permite colaboração e formação de uma comunidade dentro da esfera restrita de relações criada. (...) O gueto é o produto de uma dialética móvel e tensa entre a hostilidade externa e a afinidade interna que se expressa como uma ambivalência no nível do consciente coletivo (WACQUANT, 2004, p. 159)

Fica nítido que neste contexto, a vereadora utilizar a palavra gueto para separar grupo, estigmatizá-lo e afastá-lo do ambiente institucional - por meio do cerceamento da linguagem.

Eliza também diz que tem “provas em que professores de universidades inclusive estão usando esse tratamento” e que o “mundo LGBTQI+ZYWZ está querendo, sim, alterar a língua”. Na primeira frase, vemos a estratégia de perseguir a grupos que apoiam ou constituem a população mencionada pela vereadora, e esta estratégia é utilizada com frequência por Eliza. Na segunda frase, outra estratégia de ironizar o tamanho da sigla LGBTQIAP+, na tentativa de mostrar que não se importa com o reconhecimento de grupos e nem acompanha as discussões.

Na sequência de falas, o vereador Junio Leandro (PDT) - que teoricamente tem o partido coligado também a situação - vez ou outra se expressa e vota de maneira “independente”. Neste caso, a tentativa de defesa do vereador se deu da seguinte maneira:

Não binário paga imposto? Gay paga imposto? Trans paga imposto? Espírita paga imposto? Candomblecista paga imposto? Quem paga o ar-condicionado desta Casa, o salário do vereador não é o contribuinte? É isento de contribuição o não binário? Aqui não se deve legislar para todos? Porque eu sou cristão, eu não tenho que legislar para o candomblecista? Porque eu sou hétero, eu não tenho que legislar para o gay, ou travesti ou não binário? Aqui nós somos servidores públicos. Aqui não é templo religioso. Os vereadores têm que legislar para toda sociedade de João Pessoa. Não é justo que queiram excluir pessoas. A ideologia fica da porta para fora (...). E eu quero dar o meu repúdio à Câmara de Campina Grande que se negou a discutir políticas públicas para a população LGBT. Isso é um absurdo. Todo mundo é igual.

A Bíblia fala uma coisa, e eu sou cristão, mas aqui a lei é a Constituição (JOÃO PESSOA, 2021, p. 24).

Mais uma vez, o uso da palavra ideologia como algo que fere o trabalho legislativo institucional que deve ser desenvolvido na CMJP e como algo a ser deixado “da porta para fora”. E no meio e no final de sua fala, deixa nítido que o que deve guiar os trabalhos na instituição é a Constituição e não a Bíblia, pois não se trata de um templo religioso. Dessa forma, Junio Leandro enfatiza que o que guia a atuação da vereadora são as ideologias religiosas, usando como referência os textos bíblicos para legislar para apenas uma parte da sociedade pessoense. Para o vereador isso não devia acontecer, pois os vereadores devem legislar para todas as pessoas que são contribuintes, que pagam seus impostos e por isso, mantém a CMJP funcionando como deve ser.

Chama-me atenção também o fato de o vereador se reafirmar: “Porque eu sou cristão, eu não tenho que legislar para o candomblecista? Porque eu sou hétero, eu não tenho que legislar para o gay, ou travesti ou não binário?”. Enfatiza que todos são servidores públicos, que devem legislar para toda a população, mas ao mesmo tempo se localiza e fica entre os seus pares - já que a CMJP é composta apenas por vereadores héteros e cristãos.

Na sequência, o vereador Bruno Farias (Cidadania), líder da situação, começa seu discurso utilizando referências de autores e políticos, afirmando que a língua é dinâmica, mas ao final, comprehende que o PLO da vereadora Eliza diz respeito a uma preocupação da mesma com esse patrimônio imaterial:

Eu respeito a língua portuguesa, a última flor do Lácio inculta e bela, já dizia Olavo Bilac. E eu sei que a língua, como tecido social, como os símbolos da Pátria, a língua é um instrumento dinâmico e não é estática. Em 1998, o então Senador Ronaldo Cunha Lima fez um belíssimo discurso em defesa da língua portuguesa falando sobre os estrangeirismos que foram adicionados a nossa língua e isso é fruto de um processo natural. (...) Enfim, como tantas outras expressões, mas nós temos uma língua que é revisada periodicamente pelos estudiosos, pelos intelectuais e a gente deve preservar aquilo que de tempos em tempos é analisado de maneira científica, histórica, antropológica e social. Então, eu vejo que o projeto de lei da vereadora Eliza é uma forma da gente proteger a nossa língua. Não é uma barreira que impede o seu desenvolvimento, que impede a adição de novos termos que o mundo contemporâneo nos apresenta, não, mas é defender um dos patrimônios imateriais do povo brasileiro que é a língua portuguesa, como a gente se expressa, como a gente se comunica de tal sorte que eu parabenizo a vereadora por esse zelo, por essa preocupação, e já antecipo o meu voto favorável (JOÃO PESSOA, 2021, p. 25).

Entretanto, o que vemos neste recorte de discurso é uma ambiguidade, sendo esta uma das estratégias discursivas que caracteriza o “mentir verdadeiro”:

Convém primeiramente explicar o que Charaudeau (2017) denomina de “mentir verdadeiro”, ou seja, uma fala em que o próprio enunciador sabe que diz o contrário do pensa ou conhece, pela conveniência da situação ou para assegurar seu status. Trata-se de uma forma de dizer o contrário do que as coisas realmente são, pois todo político sabe que é impossível falar o que realmente é, o que leva a discursos artificiais, porém pronunciados como se efetivamente fossem verdadeiros. A aparência de verdade efetiva é inerente ao “mentir verdadeiro”. (JESUS e BARROS, 2020, p. 4)

Bruno Farias é advogado de formação e na maioria dos seus discursos faz questão de explicar aos colegas o que sabe sobre o tema. Usa recorrentemente termos acadêmicos e jurídicos para se expressar e recorre a referências consideradas clássicas para dar ainda mais credibilidade a sua fala. Geralmente seus discursos arrancam elogios dos colegas da situação, bem como faz opositores recuarem ao se depararem como tamanha segurança e confiança. Trata-se de um fenômeno denominado de *interplay discursivo*, que consiste em jogos retóricos pautadas por polarizações e lutas e disputas discursivas, bem como de cooperação simbólica, solidariedade política e reforço de argumentos (BARROS; LEMOS, 2018; BARROS; BARBOSA, 2020).

Após o discurso de Bruno Farias, o vereador Bispo José Luiz utiliza-se da mesma estratégia retórica: “sou um apreciador e eterno defensor da língua do meu país. Por isso o meu parecer foi favorável para esse projeto em defesa da língua portuguesa.” O projeto deixou de ser sobre a proibição do uso da linguagem neutra ou inclusiva ou sobre a fixação de uma nova data comemorativa no calendário municipal e passou a ser um projeto sobre proteção, zelo e defesa da Língua Portuguesa. A questão que fica é: em que momento, principalmente dentro da CMJP, ela foi atacada?

Por fim, a votação teve 13 vereadores favoráveis e 01 contrário: Marcos Henriques. O vereador Junio Leandro, que inicialmente fez uma tentativa de defender sua visão de que a Casa deveria legislar para todos, todas e todes votou também a favor do projeto - ou, quem sabe, se ausentou do Plenário na hora de se posicionar a favor ou contra a matéria. De todo modo, seu voto não contou como favorável, sendo sua atuação nesta e em outras pautas bastante incoerente ao discursar de um modo e votar de outro.

Logo em seguida, no Grande Expediente, Junio Leandro ressalta que apoia a população LGBTQIA+ e que seu mandato recebe pessoas diversas, de etnias e raças, pois “todos são contribuintes, todos pagam impostos, todos mantém a Câmara funcionando e ela precisa legislar para todo mundo”. Neste momento, é apoiado pelo vereador Zezinho Botafogo, que diz querer se acostar às palavras do colega.

3.10 A penúltima parada: o Executivo recebe o projeto aprovado

Após aprovado na CMJP com apenas 01 voto contrário, o projeto de lei 2284/2020 segue para análise do Poder Executivo. No dia 30 de novembro de 2021 a CMJP recebe o veto total ao projeto, que conta com diversos argumentos para a defesa, dentre eles: a sua inconstitucionalidade por incompetência do município, pelo vício de iniciativa da CMJP, pela proteção ao princípio do pacto federativo, da separação e da autonomia dos poderes e por ofensa material à lei orgânica de João Pessoa e a lei municipal 13768/2019, a lei federal n 9394 de 1996 e Constituição Federal.

No texto do veto, o poder executivo entende que o projeto de lei da vereadora Eliza tem dois objetivos. O primeiro pretende definir uma data comemorativa e segundo visa garantir a utilização da linguagem culta com a proibição da linguagem neutra ou inclusiva. Em relação ao primeiro objetivo, o veto argumenta que, apesar de o município ter interesse em instituir datas comemorativas, no artigo 4º existem disposições contrárias ao que a Constituição Federal previu, como a de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, e também destaca o princípio da separação e harmonia entre os poderes.

No veto também encontramos o argumento de que a Lei Estadual de Rondônia de n. 5123/2021, que proíbe a adoção da linguagem neutra ou inclusiva nas instituições de ensino e em concursos públicos no Estado, foi suspensa devido sua inconstitucionalidade pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin. Além disso, para o ministro, a lei que proíbe a utilização de linguagem neutra ou linguagem inclusiva “constitui nítida censura prévia, por ser incompatível com a liberdade de expressão, já que o objetivo da linguagem é combater preconceitos linguísticos, além de expressar elemento essencial da dignidade das pessoas”:

Em resumo, o ministro alega que a lei é inconstitucionalmente formal por apropriar-se da competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de ensino (artigo 22, inciso XXIV), já fixadas pela Lei Federal 9394/1996. Por isso, foge da competência dos municípios estabelecerem normas que alteram as regras gerais de educação, como a do artigo 4º do PLO 2284. Por isso, é necessário cumprir o Pacto Federativo inscrito no art 1º da CF, bem como à autonomia dos poderes, inscritas no artigo 18 da Carta Magna (JOÃO PESSOA, 2022, p. 2).

Além disso, o texto do veto diz que os artigos 2º, 3º, 4º e 5º do projeto de lei de n. 2284/2020 impõe ações ao município que só cabem ao chefe do executivo, de acordo com a Lei Orgânica de João Pessoa. Aqui também encontramos estabelecidas as competências dos poderes executivo e legislativo, sendo dever do prefeito criar leis sobre o regime jurídico dos

servidores, criação de cargos, empregos ou funções na administração direta e autárquica do município, orçamento anual e plano plurianual e criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta do município.

O texto também aponta a inconstitucionalidade dos artigos 1º e 4º pois a data comemorativa fixada não cumpre critérios que a Lei n. 13.768/2019, tais como: 1) alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõe a sociedade pessoense; 2) o critério de alta significação será realizado mediante consultas e audiências públicas, documentadas e com a participação de segmentos sociais; 3) os resultados das audiências públicas serão objeto de ampla divulgação pelos meios oficiais; e 4) a instituição de datas comemorativas serão procedidas de projetos de lei que altere o texto da Lei 13.768/2019. Sendo assim, não há notícias sobre a ocorrência de consultas e audiências públicas para o critério de alta significação documentadas e com a participação de segmentos sociais, tampouco de seus resultados.

O veto do executivo fornece argumentos necessários para que tanto o primeiro quanto o segundo objetivos identificados na matéria sejam dispensados e ainda não há a interpretação de que o projeto de lei pretenda proteger a língua portuguesa. Logo após, o PLO volta para a CMJP e os vereadores decidem votar pela manutenção do voto do executivo. E o que devia ser o fim da tramitação da matéria, torna-se um novo começo.

3.11 O retorno para a CMJP e a nova estratégia: o PLO de n. 976/2022

Em abril do ano de 2022, após todo o processo de voto do PLO de n. 2284/2020, a vereadora Eliza Virgínia deu entrada no PLO 976/2022. Ao ler o texto do “novo” projeto de lei percebo que a única mudança é que não há mais o objetivo de fixar uma data comemorativa, como no anterior. A ementa do projeto é direta e objetiva: “dispõe sobre a proibição da linguagem neutra ou inclusiva no âmbito do município de João Pessoa”.

E, mesmo depois de alguns anos monitorando a CMJP e presenciando algumas manobras políticas, fico surpresa com a atitude do mandato da vereadora. Isto porque o texto do projeto de lei é exatamente igual ao texto do PLO 2284/2020, incluindo a justificativa e o artigo referente a multa, que tinha sido suprimido pela CCJ, através da emenda do relator Bispo José Luiz.

Este projeto também tem seis artigos e segue a mesma estrutura. No artigo 1º há a proibição do uso da linguagem neutra ou inclusiva e num parágrafo único há a definição do

que é linguagem neutra ou inclusiva para o mandato; no 2º garante aos estudantes o direito ao aprendizado a língua portuguesa de acordo com a norma culta; no 3º segue definido as sanções aos servidores e as instituições caso não garantam o direito dos estudantes ao que diz o artigo 2º; no artigo 4º há, entretanto, uma novidade: a definição de um canal de comunicação destinado ao recebimento das reclamações sobre o descumprimento desta lei, um órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos direitos da criança e do adolescente; o artigo 5º descreve sobre a obrigação da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) de empreender os meios necessários para a valorização da Língua Portuguesa Culta em suas políticas educacionais; o 6º e último aponta que a lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Logo em seguida, no dia 20 de abril, o projeto já havia sido encaminhado para a CCJ. Tramitou por cerca de dois meses na Comissão e no dia 09 de junho recebeu parecer contrário da relatoria. Neste caso, o vereador responsável foi Tanilson Soares.

No texto escrito pelo relator Tanilson, a conclusão afirma que “devido a sua ilegalidade, injuridicidade e falta de técnica legislativa” o parecer é contrário. O vereador chega a essa sentença pois se deparou “com projeto de lei anterior, com matéria bem similar de mesma autora, cujo foi vetado pelo Executivo”. E segue usando os argumentos do veto que o poder executivo encaminhou à CMJP, meses antes.

Como podemos ver, o PLO passa por diversas etapas, segue todos os protocolos desde a sua construção - com um texto enxuto e uma justificativa mais calorosa -, passando pelas Comissões Permanentes da Casa, até chegar Plenário, para ser apreciado pelos vereadores presentes. Entretanto, notamos também que durante essas etapas, os sujeitos responsáveis podem facilitar ou não a continuação desse fluxo, fazem vista grossa para inconstitucionalidades, criam pareceres que ajudam a manter o PLO apto para ir Plenário e quando chegam lá, discursam a seu favor, chegando até a distorcer o sentido real da matéria. Além disso, a oposição praticamente inexiste na Câmara, e por isso, o fluxo de projetos antigênero como o 2284/2020 acontece sem obstáculos.

Depois deste levantamento, partiremos para algumas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 1980 foram marcantes para que as democracias latino-americanas se tornassem espaços para lutas de movimentos sociais, como o feminista e o LGBTQIAPN+.

Ao decorrer dos anos 1990, entretanto, vemos surgir diversas reações conservadoras em eventos transnacionais, fortalecendo ainda mais alianças entre política e religião e o aumento gradativo de representações neoconservadoras ocupando espaços institucionais, como o judiciário e principalmente o legislativo - o que gera também uma mobilização da sociedade civil contra o gênero. Além disso, o surgimento do termo “ideologia de gênero” ajuda na construção de alianças entre grupos diversos permitindo que o conceito de neoconservadorismo jogue luz sobre as afinidades entre diferentes setores.

Nas duas primeiras décadas dos anos 2000, vimos a intensificação das ofensivas no Brasil devido aos ataques ao PNDH 3, ao PNE, o direcionamento de parte do movimento em torno das Jornadas de Junho de 2013, a concretização do golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma, os diversos sucateamentos de políticas trabalhistas, a eleição de 2018 e a apresentação da extrema direita como antissistema, a vitória de Bolsonaro e toda modificação das políticas que andam corroendo as instituições estatais desde o começo desta linha do tempo.

Agora, percebemos a continuidade de ataques contra o gênero a partir de novas alianças, discursos e alvos. Desta forma, esta pesquisa tratou de mapear quais iniciativas ocorreram dentro da CMJP, dos anos de 2016 até 2022, trazendo uma perspectiva local e municipal e tendo como base para as pesquisas os documentos encontrados no SAPL.

Num primeiro momento, expor os fluxos institucionais por onde matérias legislativas passam, bem como descrever como e quais os fins das Comissões Permanentes e das Sessões Plenárias, alinhando a um quadro geral sobre o perfil do grupo de vereadores que compõem atualmente a Câmara nos ajuda a compreender as manobras para manter pautas sendo discutidas, havendo ou não a aprovação de projetos de lei.

Neste momento, também notamos o peso que os discursos têm dentro da instituição ao nos depararmos com momentos como o Grande Expediente e possibilidade da promoção de Sessões Especiais para discutir pautas e projetos de lei em trâmite na Casa. Constatamos também que é dentro do próprio regime democrático, no centro das Casas Legislativas, que há espaço para que haja ataques ao gênero.

Assim, para além da aprovação de projetos de lei - e sua possível implementação através das instâncias estatais - considero que o acesso a instituições como a CMJP e o lugar de poder ocupado pelos vereadores além de fortalecerem narrativas, também servem de referência para que a sociedade civil entenda que está autorizada a falar, se comportar e agir contra populações que não se enquadram dentro do ideal de “universalidade”, que como vimos, inexiste. É justamente o que afirmam Miskolci (2007) e Costa (2019): os ideias e as bandeiras desses grupos se materializam também a partir da capilarização dos discursos na

sociedade, de modo que as narrativas ganham vida própria e ficam disponíveis para qualquer pessoa acessá-los e usá-los como bem entenderem.

Percebemos também que a busca por tentar a aprovação de projetos de lei como o 2284/2020, por exemplo, não representa uma preocupação com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), com crianças ou adolescentes. Mas são bases de uma nova faceta das ofensivas antigênero, que desde o final dos anos 1990 acompanham os ganhos da extrema direita, a politização das igrejas (principalmente evangélicas) e um verdadeiro projeto de restauração de uma ordem que supostamente teria sido destruída com os ganhos de políticas de cunho mais progressistas. E esse projeto de restauração precisa perseguir pessoas não-brancas, não-heteros, cisdissidentes, assim como professores e artistas para poder ser concretizado. Esse movimento resulta também na corrosão de instituições, bem como na retirada do reconhecimento de cidadania e de direitos dessas populações.

Desta forma, esse contexto, composto por essas alianças e ocupando lugares estratégicos na sociedade, fortalecem as ofensivas antigênero e podemos citar como acontece a sua propagação para além da aprovação e implementação de PLOs: 1) com autoria de matérias legislativas que apoiam iniciativas como a Escola Sem Partido (2004) e compõem atualmente uma agenda antigênero; 2) a partir de declarações públicas - seja em formato de entrevistas à mídia, em redes sociais ou no plenário da CMJP - de apoio a iniciativas que compõem a agenda antigênero; 3) votos a favor em matérias antigênero, seja no plenário ou em Comissões, mesmo que o conteúdo da matéria seja inconstitucional; 4) o silêncio diante da defesa de termos e situações criadas e utilizadas para criar pânicos morais, que não apresentam dados científicos ou referências teóricas que embasem determinados discursos; 5) o incentivo a autorias de matérias legislativas que reagem ao gênero com o argumento de proteção a crianças, adolescentes e a família nuclear heteronormativa; 6) a escassez de matérias legislativas e discursos que contra-ataquem as ofensivas ou que garantam a implementação de políticas sexuais e de gênero, que protejam as legislações até agora já aprovadas e fiscalizem como se dá o seu cumprimento a partir das ações públicas; 7) e a falta de protocolo de novas matérias de cunho mais progressistas.

Tudo isso nos leva a notar que o neoconservadorismo, entendido a partir da pesquisa desenvolvida por Vaggione, Machado e Biroli (2020), se apresenta como uma racionalidade política que se expressa regulando a moralidade sexual, baseada na ideia de família heterocisnormativa. Aciono aqui Wendy Brown (2017), que por se utilizar do conceito de governamentalidade de Foucault (1997), afirma que o neoconservadorismo vai além de um

projeto de defesa ou representação estatal e consolida-se como um modelo de governança e cidadania, que, ao ser implementado, nos leva a um processo de desdemocratização.

Apesar de o conceito ser desenvolvido pensando no contexto de países como os EUA, onde os mecanismos e ferramentas democráticas funcionam de maneira distinta, se comparado a países como o Brasil, creio que seja necessário pensar que pode ser possível analisar as políticas antigênero em curso na América Latina a partir de um enquadramento que enfatiza uma diferença significativa nos processos de desdemocratização regionais (Ofensivas antigênero no Brasil, 2021) - e por isso, inicio essa trajetória de pesquisa localizada pelo que circula na CMJP, para depois seguir compreendendo como esses ataques afetam sujeitos e sujeitas no seu cotidiano.

É necessário, então, compreender mais a fundo os processos de formação política e social de cidades como João Pessoa, alinhado as particularidades de modernização conservadora (FILGUEIRA, RAYGADAS, LUNA E ALEGRE, 2012) vivida em países como o Brasil, que nos revela os processos múltiplos e díspares vividos pela sociedade: “isto supõe manter um olhar cauteloso antes de supor a homogeneidade dessas políticas simplesmente porque compartilham discursos e práticas” (p. 36).

É necessário perceber também a emergência do neoliberalismo (como racionalidade política que organiza a esfera política) e “à permanência de formas de política associadas ao militarismo, caudilhismo, clientelismo, nepotismo e autoritarismo associados a formas coloniais de governabilidade que persistem ativas na cultura política regional” (Ofensivas antigênero no Brasil, 2021). Inclusive, tendo o neoliberalismo como racionalidade, entendemos também a redução da cidadania ao terreno das particularidades, ao invés de ser um bem comum, e a redução do governo à gestão que busca a maximização do lucro acima da ampliação de direitos (DARDOT, LAVAL, 2016). Compreendendo alguns desses aspectos em países de dinâmica pós-coloniais, também entendemos como o cenário deu espaço para a erupção de políticas antigênero.

Outro ponto de destaque é que, devido ao cenário político que se instalou no país desde as eleições de 2018 e a de 2020, a ocupação das Casas Legislativas sofreu alterações que, no caso de João Pessoa, deixou-a ainda mais conservadora. Na cidade, vimos também que apenas um vereador faz o papel de oposição ao governo, sendo este filiado ao Partido dos Trabalhadores. Mas, ainda assim, não encontramos estratégias discursivas construídas com algum direcionamento capaz de construir uma perspectiva científica e preocupada com o avanço das políticas antigênero.

Isso nos leva a entender que ainda tem muito o que ser feito para que as Casas Legislativas sejam ocupadas por outras representações que levem a pauta de gênero para um patamar de importância igual a qualquer outra pauta discutida - se levarmos em consideração a fala do vereador Marcos Henrques durante a Sessão Plenária onde o PLO 2284/2020 foi votado.

Falta também o desencapsulamento de temas e a compreensão de que, o que existe na verdade, é uma agenda de direitos sociais que precisa ser defendida e ampliada, evitando o isolamento de pautas e o seu controle pela extrema direita - que acaba se utilizando das narrativas em defesa da família e das crianças para implementar seus ideais de sociedade. Enquanto não tivermos representantes que entendam a importância de localizar o debate, levando em consideração toda sua interseccionalidade com raça/etnia, classe e gênero, continuaremos construindo políticas para grupos específicos, enquanto outros grupos continuam sendo jogados às margens, sendo violentados e mortos diariamente.

Desta forma, estudar e agir em prol de políticas de gênero significa construir uma democracia que inclua a liberdade de expressão de gênero como uma liberdade fundamental, que, como afirma Butler, “enxergue a igualdade das mulheres (e também de pessoas LGBTQIAP+, negros/as, etc) como peça essencial de um compromisso democrático com a igualdade e que considere a discriminação, o assédio e o assassinato como fatores que enfraquecem qualquer política que tenha aspirações democráticas^{48”}.

Além disso, é preciso afirmar, assim como Bambiarra e Lisboa (2019), que em sociedades multirraciais, como as latino-americanas, é necessário ter como eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, que segundo a autora, determina a hierarquia de gênero nas nossas sociedades. Isto porque, o racismo “estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas^{49”}.

Estudar, pautar e construir políticas de gênero significa dizer também que precisamos analisar como determinadas populações de acordo com as suas demandas, têm acessado políticas de saúde, educação, trabalho, meio ambiente, economia, saneamento básico,

⁴⁸ Tradução de Clara Allain. Ver mais:

<https://www.fafich.ufmg.br/nuh/2017/11/21/judith-butler-escreve-sobre-sua-vinda-ao-brasil-e-sobre-os-ataques-sorridos/>.

⁴⁹ Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, de autoria de Sueli Carneiro. Ver mais em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

mobilidade e qualquer outra pauta. Bem como se indagar: como determinadas políticas são pensadas para beneficiar populações que tem demandas e desejos diversos?

Falar sobre gênero não é uma cortina de fumaça e nem deveria ser uma pauta controlada por pessoas de um determinado espectro político: se afirmamos essas perspectivas, estamos seguindo o projeto de sociedade articulado e implementado por neoconservadores e pela extrema direita brasileira.

Por isso, a etnografia do processo legislativo através dos documentos realizada na CMJP, revelou-se num momento de pesquisa em meio a uma pandemia mundial, um primeiro passo viável em direção à compreensão de como as narrativas e matérias legislativas são construídas, quais sujeitos e sujeitas apoiam ou se isentam dessa discussão e como os fluxos institucionais e as leis são utilizados e manipulados para dar espaço para que, cada vez mais, essas ofensivas consigam capilarizar-se na sociedade pessoense.

Este trabalho também pretendeu mostrar que enquanto vemos diariamente corpos sendo criminalizados e odiados, pessoas invisibilizadas sem espaço para conseguirem expressar seus desejos e concretizá-los e sem acesso adequado a políticas públicas, estão avançando em instituições democráticas a construção de agendas antidemocráticas, sucateamento não só de políticas de gênero como também todo um leque de direitos sociais, construídos com muito esforço por movimentos sociais progressistas, desde a redemocratização do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philip. “Notas sobre la dificuldade de estudiar el Estado” In: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy (orgs). *Antropología del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- ABÉLÈS, Marc. *Un ethnologue à l'Assemblée*. Odile Jacob, 2000.
- ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda. Os labirintos do Minotauro. *Política, troca e linguagem*. 2000. Tese de Doutorado, Brasília, Depto de Antropologia, Universidade de Brasília.
- ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 08, n. 01, p. 229-236, 2000. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2000000100017&lng=pt&nrm=iso>.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Suely Carneiro, Pôlen, 2018.
- ARGUEDAS RAMÍREZ, G., & Morgan, L. M. The Reproductive Rights Counteroffensive in Mexico and Central America. *Feminist Studies*, p. 423-437, 2017.
- BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 3, nº 2, 1995, pp.458-463 [https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034 »](https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034)
- BAMBIARRA, Natercia V; LISBOA, Teresa Kleba. *Revista Ártemis*, vol. XXVII nº 1; jan-jun, 2019. pp. 270-284
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Escolher um tema e um campo. In *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Editora Vozes, Petrópolis.
- BELIVAQUIA, Cimea; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica dos setores do Estado brasileiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2000, v. 43, nº 42.
- BENTO XVI. Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios. Libreria Editrice Vaticana, 21 dez. 2012. Disponível em: www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html
- BERTOLDO, Sanny. “Se continuarmos nesse ritmo, só em 56 anos teremos paridade entre homens e mulheres nas câmaras municipais”. *Gênero e Número*, 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/56-anos-paridade-genero/>. Acesso em: maio de 2021.
- BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Porto Alegre, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BROWN, Wendy. Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution. Cambridge, MA: Zone Books, 2017.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Capítulo 1, parte 4 do Capítulo 3 (Inscrições corporais).

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. Physis – Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 19 (1) 2009.

Câmara Municipal de João Pessoa. Site institucional disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.leg.br/>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

CAMPANA, M. Políticas antigênero en América Latina: Argentina. Rio de Janeiro, Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids — ABIA / Sexuality Policy Watch — SPW, 2020. Disponível em https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-argentina_20200203.pdf

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

CARRARA, Sergio. “Moralidades, rationalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo.” Mana, 21(2), p. 323-345, 2015.

CASSIANO, O. Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR) - “Linguagem Neutra” (PTBR) - Medium. Disponível em: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guiapara-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em: 25 abr. 2021

CERQUEIRA, Carla; MAGALHÃES, Sara Isabel. (Des)Fazer gênero, (des)construir futuros Diálogos sobre linguagem inclusiva e literacia crítica mediática. Faces de Eva, 39 – Diálogos.

Cidades e Estados. IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso: maio 2021.

Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga. Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: setembro de 2020.

Conferências Globais da ONU. Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/textos/conf.html>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu* (53), 2018:e185301.

COSTA, Pedro Henrique Mourthé de Araújo. 2015. Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos

COSTA, SILVA e SANTOS. O escola sem partido e as novas facetas da caçada antigênero no cenário educacional: o que há por trás das tentativas de proibição da linguagem neutra? II Congresso Brasileiro Virtual de Diversidade Sexual e Gênero CDSG/OAB'PE, 2021.

COUTO, Claudio. 02 de julho de 2022. Podcast Fora da política não há salvação. Ep.: A reação antigênero com Flavia Biroli. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1z5IsUblRBX4UGxQuVRvg5?si=v7G5e_2nQjuBiLTG8cycDw&utm_source=whatsapp. Acesso em: 05 de julho de 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.

CREWE, Emma. Ethnography of Parliament: Finding Culture and Politics Entangled in the Commons and the Lords. *Parliamentary Affairs*, Volume 70, Issue 1, 1 January 2017, Pages 155–172, <https://doi-org.ez31.periodicos.capes.gov.br/10.1093/pa/gsw012>

CURIEL, Ochy; MARIA DE ABREU GENEROSO, L. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. *rth* |, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 231–245, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>.

DALLA COSTA, Julia Marques. 2019. O “agir temerário, fraudulento e tirânico”: a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017). Brasília: Universidade de Brasília.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORLIN, Elsa. Historicidade do sexo. In: Sexo, gênero e sexualidades. Introdução à teoria feminista. São Paulo: Ubu editora, 2021, p. 35-53.

DUARTE, Andre de Macedo; CESAR, Maria Rita de Assis. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia.

DUARTE, Luís Fernando et alii. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 8, 1993, pp.24-40.

ELEIÇÕES 2020. Antra, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>. Acesso em junho de 2021.

Entrevista: a ofensiva antigênero como política de Estado. Conectas, 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado/>. Acesso em: novembro 2021.

FACIOLLA, Mar. Linguagem Neutra de Gênero por que e como usar?. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342079619_Linguagem_NaoBinaria_ou_Neutra_de_Genero_Neolinguagem_-_Pronomes_Neutros. Acesso em: 25 abr. 2021

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981–1002, 2002.

FILGUEIRA, Fernando; REYGADAS, Luis; LUNA, Juan Pablo; ALEGRE, Pablo. Crisis de incorporación en América Latina: límites de la modernización conservadora. *Perfiles Latinoamericanos*. Julio/diciembre 2012.

Folha de São Paulo. Bolsonaro, Biden e a cúpula das Américas. Podcast Café da Manhã, 2022. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1u0yr4hTm87rsZfMpn35SG?si=Y8TcUcxiRWWl1Xql96c9TQ&utm_source=whatsapp. Acesso em: julho 2022.

FONSECA, Claudia; SCALCO, Lucia. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. In FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Org.) Ciência, identificação e tecnologias de governo. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 21-37.

FONSECA, Ligia de França Carvalho. 2015. Etnografando repertórios políticos no Congresso Nacional. Dissertação de mestrado. Natal: UFRN/PPGAS.

FORTES, Meyer; Evans-Pritchard, E. Sistemas Políticos Africanos. traducción Leif Korsbaek, Alí Ruiz Coronel, Héctor Manuel Díaz Pineda... [et al.]. México : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social : Universidad Autónoma Metropolitana : Universidad Iberoamericana, 2010.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Editora Paz&Terra, 2019, 9º impressão, p. 407-431.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. A vontade de saber, Vol. 1, 12ª edição. Rio de Janeiro, Graal, 1997, p. 127-149.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.

FOUCAULT, Michel. Apresentação. Ditos e Escritos V - Ética, Sexualidade e Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. V-LXI.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GÊNERO E NÚMERO. Página inicial. Disponível em: <https://www.generonumero.media/>. Acesso em: 10 de julho.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira (1980). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Coletânea organizada e editada pela UCPA União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, p. 190-214, 2018.

GUPTA, Akhil. Red tape: bureaucracy, structural violence and poverty in India. Durham and London: Duke University Press, 2012.

JESUS, M. P. H. de; BARROS, A. T. de. Estratégias discursivas de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU em 2020. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 274-305, abr./ago. 2021.

JOÃO PESSOA. Lei Orgânica Municipal. Plenário da Assembléia Municipal Constituinte na Casa de Napoleão Laureano em João Pessoa no Estado da Paraíba, em 02 de abril do ano de 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-joao-pessoa-pb>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Ata da 31ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 26 dias do mês de maio do ano de 2022. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/sessaoplenaria/924/ata/minuta_at_31_so_26.05.2022.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Ata da 56ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Sessão realizada de forma híbrida, aos 11 dias do mês de novembro do ano de 2021. João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/sessaoplenaria/797/ata/minuta_at_56_so_11.11.21.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 2284/2020. Modifica artigo primeiro do projeto de lei ordinário 2284/2020 dando-lhe nova redação. João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2020/2954/emenda.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Parecer favorável com emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 2284/2020. João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2020/2667/parecer_favoravel_com_emenda_supressiva_plo_2.284-20.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2284/2020. Comissão de Políticas Públicas. João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2020/2929/parecer_da_cpp_-plo_2284-2020_1.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 2284/2020. Estabelece dia 05 de maio “dia municipal de valorização da língua portuguesa” e cria medidas protetivas ao direito dos estudantes de município ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona. João Pessoa, 2020. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2020/109693/plo_-linguagem_neutra_-pdf.pdf. Acesso em: Abril de 2021.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 976/2022. Dispõe sobre a proibição da "linguagem neutra" no âmbito do município de João Pessoa. João Pessoa, 2022. Disponível em:

https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2022/144503/proibicao_da_linguagem_neutra_14042022.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 394/2021. Dispõe sobre a vedação do uso de novas formas de flexão neutralizadora de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas no país e aprovadas pela comunidade lusófona, no município de João Pessoa. João Pessoa, 2021. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2021/114594/projeto_de_lei_vedacao_de_novas_formas_de_frexao_neutraliadora_de_genero.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Regimento Interno. Resolução nº 5, de 18 de dezembro de 2003. Disponível em: <https://joaopessoa.pb.leg.br/regimento-interno/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Veto 194/2022 ao Projeto de Lei nº 2284/2020. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2022/138884/msg_194-2021.pdf. João Pessoa, 2022. Acesso em: 25 de maio.

JULIANA, Caruso; FIORI, Ana Letícia; FONTGALAND, Arthur; LEINER, Piero. A Antropologia do espectro de uma guerra híbrida: entrevista com Piero Leirner, Ponto Urbe [Online], 28 | 2021, posto online no dia 27 julho 2021, consultado o 20 agosto 2021. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/10623>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.10623>

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Rev. psicol. polít. [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 449-502. ISSN 1519-549X.

KALIL, Isabella. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. In: Derechos en riesgo en América Latina 11 estudios sobre grupos neoconservadores. Fundación Rosa Luxemburg - Biblioteca Pensadores/as latinoamericanos/as: Bogotá, 2020.

KALIL, Isabella. Políticas Antigênero en América Latina: Brasil. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

KALIL, Isabella. Incursões da "ideologia de gênero" na educação: princípios constitucionais e laicidade do Estado. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, n. 29, 2019. (versões em inglês, espanhol e português), 2019.

KALIL, Isabella. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. In: São Paulo, FESPSP, 2018.

KELM, Caroline. Estado e relações de poder no pensamento genealógico de Michel Foucault. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

KIOMBÁ, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David. Rev. psicol. polít. vol.18 no.43 São Paulo set./dez. 2018.

LAQUEUR, Thomas. Capítulo 1 - Da linguagem e da carne. In: Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 13-40.

LEIRNER, Piero C. A formação do Estado numa perspectiva antropológica. In Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Org. Antonio Carlos de Souza Lima. Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nO 32, 2003, p. 194-200.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. A Antropologia e o Estado no Brasil: breves notas acerca de uma relação completa. In Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015.

LOWENKRON, Laura. 2015. O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos plano. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LOWENKRON, Laura, FERREIRA, Letícia. “Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers”. In: Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, v. 11, n. 2. July to December 2014. Brasília, ABA

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. Cad. Pagu, v. 50, 2017.

NASCIMENTO, Pedro. Alguns comentários sobre a mesa “Antropologia em campos up. In Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Org. Patrice Schuch, Miriam Steffen Vieira e Roberta Peters. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

NAVARO-YASHIN, Yael. Make-believe papers, legal forms and the counterfeit: affective interactions between documents and people in Britain and Cyprus. Anthropological Theory, v. 7, n. 1, p. 79-98, 2007.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. Religião e Sociedade, vol. 32, no 2, 2012, pp.29-56.

MACHADO, Richard; CAMPANA “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017.

Manual de Comunicação LGBTI+. 2^a edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

MELO, Flávia. El género como catástrofe: performatividades religiosas y la emergencia de la “ideología de género” en Brasil», Etnográfica [En línea], Artículos en prepublicación , Puesto en línea el 18 mayo 2021, consultado el 18 mayo 2021. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/10190>.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(3): e72564. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/qzQJqn8gWfBY4Rvdp3dxwDP/?lang=pt>.

MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. 2020. Uma análise do processo de elaboração da Nova Lei de Migração brasileira. Dissertação de mestrado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. Cadernos pagu, n. 28, p. 101-128, 2007.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. 6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordaça, 2020

Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social. Organizado por: ABIA, Ação Educativa, Gênero e Educação, ABGLT, ANTRA, CLADEM, Conectas, FAFICH e IPAS. Rio de Janeiro : Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021.

Observatório das Elites. Disponível em: <http://observatory-elites.org/>. Acesso: 11 de janeiro de 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Alan Kardec. Judith Butler: feminismo radical trans-excludente, J.K. Rowling e a “cultura do cancelamento”. Medium, 2020. Entrevista com Alona Ferber para o portal New Statesman. Disponível em: <https://medium.com/@allankardecpereira/judith-butler-feminismo-trans-excludente-j-k-rowling-e-a-cultura-do-cancelamento-1576d7572fe1> . Acesso em: janeiro de 2022.

PESQUISA revela quem são as mulheres que governam o Brasil. Instituto Alziras, 2020. Disponível em: <https://www.alziras.org.br/>. Acesso em: maio de 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. Barbarói, v. 1, n. 24, p. 78-109, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.821>. Acesso em 09 jan. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019. 192p.

PISCITELLI, Adriana. Gênero. A história de um conceito. In ALMEIDA, Heloisa; SZWAKO, José (Orgs.) Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, 2009, p. 116-148. Coleção Sociedade em Foco: Introdução às Ciências Sociais.

PLANOS Nacionais de Direitos Humanos 1, 2 e 3. Sistemas internacionais de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/pndh/index.html>. Acesso em 12 de maio de 2022.

PLENÁRIA ANPOCS: A questão de gênero nas eleições municipais de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pJHfM2hWO2c&ab_channel=ANPOCS. Acesso: 10 de dezembro de 2020.

PNE. Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 12 de maio de 2022.

Políticas antigênero na América Latina [livro eletrônico] : resumos dos estudos de casos nacionais / editado por Sonia Corrêa ; tradução Nana Soares. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021.

Portal da Câmara Federal de Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>.

Portal das Eleições 2020. Tribunal Regional Eleitoral, 2020. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-anteriores/eleicoes-2020>. Acesso em: maio de 2021.

POTECHEI, Bruna. Fazer mulher, fazer lei: uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos.

PRITNS, B; MEIJER, I.C. Entrevista com Judith Butler. Revista de Estudos Feministas. 10(1), 2002.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzy Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. Cadernos Pagu [online]. 2018, n. 53

QUINTELA, Débora Françolin. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da "família". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-25.

RILES, Annelise. 2006. Documents: Artifacts of Modern Knowledge. Ann Arbor: The University of Chicago Press.

ROSALDO, Michelle Z. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Revista Horizontes Antropológicos – Gênero, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, 1995

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo. In: Políticas do sexo. São Paulo: Ubu editora, 2017. p. 8-61. Originalmente publicado em: Reiter, Rayna (Ed.): Toward an Anthropology of Women. Nova York, Monthly Review, 1975.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. In. Políticas do sexo. São Paulo: Ubu editora, 2017. p. 62-128. Publicado originalmente em: RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, H., BARALE, M., HALPERIN, D. (eds.). The lesbian and gay studies reader. New York: Routledge, 1984.

SANCHEZ, Beatriz. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. BIB, São Paulo, n. 80, 2º semestre de 2015 (publicada em maio de 2017), pp. 103-117.

SCHUCH, Patrice. Antropologia com grupos up, ética e pesquisa. In Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Org. Patrice Schuch, Miriam Steffen Vieira e Roberta Peters. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e. Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

SENADO FEDERAL. Página inicial. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>. Acesso em 14 de abril de 2022.

SISTEMA de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). Câmara Municipal de João Pessoa. Disponível em: <https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/login/>. Acesso em março de 2022.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil... In: ABRANCHES, Sérgio (et. al.) Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a, p. 307-321.

SPRANDEL, Marcia Anita. Processo legislativo e antropologia dá jogo? Cadernos de Campo (São Paulo, online). Vol. 30, n. 1. p. 1-11. USP, 2021.

TEIXEIRA, Carla Costa; CRUVINEL, Lucas; FERNANDES, Renato. Notas etnográficas sobre mentiras, segredos e verdades no congresso brasileiro (working paper). Série Antropologia Vol. 457, Brasília: DAN/UnB, 2016.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. 2016. A mulher Universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade. Rio de Janeiro: Mar de Idéias. 216 pp.

Tradução por ALLAIN, Clara. Judith Butler escreve sobre sua vinda ao Brasil e sobre ataques sofridos. Disponível em: <http://cienciascognicao.org/redeneuro/canal-online/7-exposicao-dos-resultados-onde-e-como-posso-divulgar-as-minhas-descobertas/7-1-1-regras-para-citacoes-e-referencias/>

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Página inicial. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em 20 de março de 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. La antropología del Estado en la era de la globalización. Encuentros cercanos de tipo engañoso. Current Anthropology, Vol.42, N°1, febrero 2001 (Traducción: Alicia Comas, Cecilia Varela y Cecilia Diez).

VALENTE, P. O “X” e o “@” não são a solução: Sistema Elu | Linguagem Neutra em Género | Medium. Disponível em: <https://medium.com/@pedrosttv/sistema-elu-linguagemneutra-em-g%C3%A9nero-pt-pt-9529ed3885cf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-31, 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/01.pdf>

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: Edson de Oliveira Nunes (Org). A aventura sociológica. Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46, 1978.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs). Antropologia das práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contracapa/LACED, 2014.

WACQUANT, Loic. Debate. Rev. Sociol. Polit. (23). Nov 2004.

WEEKS, Jeffrey. 1989 [1981]. Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800 Londres/N.York: Longman.

TV Câmara de João Pessoa. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@TVCamaraJoaoPessoa>. Acesso em 19 de março de 2022.